



**TRAJETÓRIAS
DE REFÚGIO:
ANÁLISE DE GÉNERO,
INTERSECCIONALIDADE
E POLÍTICAS PÚBLICAS
EM PORTUGAL**

**BEATRIZ PADILLA (COORD.)
THAIS FRANÇA
ADRIANE VIEIRA**

JUNHO 2022

**TRAJETÓRIAS DE REFÚGIO:
ANÁLISE DE GÉNERO, INTERSECCIONALIDADE
E POLÍTICAS PÚBLICAS EM PORTUGAL**

BEATRIZ PADILLA (COORD.)

THAIS FRANÇA

ADRIANE VIEIRA

PADILLA, Beatriz, e outros

Trajetórias de refúgio: análise de género, interseccionalidade e políticas públicas em Portugal

Beatriz Padilla; Thais França, Adriane Vieira. – 1ª ed.– (Estudos OM; 71)

ISBN 978-989-685-127-9

I – FRANÇA, Thais

II – VIEIRA, Adriane

CDU 314

PROMOTOR

OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES (OM)

www.om.acm.gov.pt/om@acm.gov.pt

COORDENADORA DO OM

CATARINA REIS DE OLIVEIRA

AUTORES

BEATRIZ PADILLA (COORD.)

THAIS FRANÇA

ADRIANE VIEIRA

EDIÇÃO

ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES, I.P. (ACM, I.P.)

RUA ÁLVARO COUTINHO, 14, 1150-025 LISBOA

TELEPHONE: (00351) 21 810 61 00 FAX: (00351) 21 810 61 17

E-mail: om@acm.gov.pt

EXECUÇÃO GRÁFICA

CMVA Print

PRIMEIRA EDIÇÃO

300 EXEMPLARES

ISBN

978-989-685-127-9

DEPÓSITO LEGAL

501154/22

LISBOA, JUNHO 2022

ÍNDICE GERAL

PREÂMBULO	5
NOTA DE ABERTURA	7
NOTA DA COORDENADORA DO OM	9
TRAJETÓRIAS DE REFÚGIO: ANÁLISE DE GÊNERO, INTERSECCIONALIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS EM PORTUGAL	11
INTRODUÇÃO	13
CAP. 1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO-METODOLÓGICO	17
1. GÊNERO E INTERSECCIONALIDADE	17
1.1. Género, refúgio e perspetivas de análise	18
2. POLÍTICAS DE REFÚGIO NA EUROPA E EM PORTUGAL	21
2.1. Programa português de acolhimento e integração de refugiados	26
2.2. Mulheres refugiadas em Portugal	27
CAP. 2. METODOLOGIA	31
1. CONSTRUÇÃO DE BIOGRAFIAS/TRAJETÓRIAS DE VIDA E DE REFÚGIO	31
1.1. Entrevista com as mulheres refugiadas	31
2. INVESTIGAÇÃO AÇÃO E PARTICIPATIVA	33
2.1. Investigadora Comunitária e tradutoras comunitárias	33
2.2. Construção de aliança comunitária com entidades da sociedade civil	35
2.2.1. Grupo de Discussão com Entidades/instituições da sociedade civil que trabalham com refugiados	35
2.2.2. Grupo de Discussão com investigadores que trabalham sobre a temática	36
2.2.3. Grupo de Discussão com mulheres refugiadas	36
2.3. Observação participante	37
2.4. Fórum Comunitário	37
2.5. Intervenções e ações empoderadoras	38
3. MAPEAMENTO DOS PROGRAMAS E AÇÕES DE ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO LEVADO A CABO POR ENTIDADES GOVERNAMENTAIS E SOCIEDADE CIVIL	38
3.1. Entrevistas com técnicos das organizações e informantes chaves	39
3.2. Inquérito online	39
3.3. Mapeamento de projetos de investigação com/sobre pessoas refugiadas	40
4. METODOLOGIA DA ANÁLISE DOS DADOS	40
CAP. 3. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	43
1. DESAFIOS NA TRAJETÓRIA E ACOLHIMENTO DE MULHERES REFUGIADAS EM PORTUGAL	45
2. IDENTIDADES E PAPÉIS DE GÊNERO NUM CONTEXTO DE REFÚGIO	55

3. MAPEAMENTO DOS PROGRAMAS E AÇÕES DE ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO - DESAFIOS E ESTRATÉGIAS	62
4. MODELO DE (DES)GOVERNANÇA E SOCIEDADE CIVIL	69
5. PROGRAMAS E AÇÕES DESTINADOS A MULHERES REFUGIADAS	70
5.1. Ações e atividades para mulheres refugiadas	71
6. PANDEMIA COVID-19 E MULHERES REFUGIADAS	74
CAP. 4. RECOMENDAÇÕES	77
1. RECOMENDAÇÕES DAS ENTIDADES QUE ATENDEM PESSOAS REFUGIADAS	77
2. RECOMENDAÇÕES DAS MULHERES REFUGIADAS ENTREVISTADAS	77
3. RECOMENDAÇÕES DA EQUIPA DE INVESTIGAÇÃO A PARTIR DOS DADOS RECOLHIDOS	78
CONCLUSÕES	81
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	83
ANEXOS	89
ANEXO I. GUIÃO DE ENTREVISTA COM MULHERES REFUGIADAS	89
ANEXO II. GUIÃO GRUPO DE DISCUSSÃO COM ENTIDADES	92
ANEXO III. FICHA DE INSCRIÇÃO PARA GRUPO DE DISCUSSÃO COM INVESTIGADORES	94
ANEXO IV. GUIÃO GRUPO DE DISCUSSÃO COM INVESTIGADORES	95
ANEXO V. PROGRAMAÇÃO FÓRUM COMUNITÁRIO: MULHERES REFUGIADAS EM PORTUGAL (GUIÃO)	96
ANEXO VI. INQUÉRITO ONLINE – MAPEAMENTO SOBRE O ATENDIMENTO A PESSOAS REFUGIADAS (GUIÃO)	97
ANEXO VII. TRAJETÓRIA DE REFÚGIO – MARI	99
LISTA DE TABELAS	
Tabela 1. Definição de conceitos	19
Tabela 2. Entrevistas com as mulheres refugiadas	33
Tabela 3. Desenvolvimento das entrevistas (investigadora e idioma)	34
Tabela 4. Entrevistas com técnicos e informantes-chave	39
Tabela 5. Desafios na trajetória, acolhimento e integração de mulheres refugiadas em Portugal	46
Tabela 6. Situação pré, durante e pós trajetória migratória	56
Tabela 7. Mudança nas estruturas familiares	59
Tabela 8. Mudanças: mercado de trabalho	60
Tabela 9. Desafios e estratégias no acolhimento de refugiados, segundo as entidades	63
LISTA DE GRÁFICOS	
Gráfico 1. Pedidos de proteção internacional em Portugal	28
Gráfico 2. Pedidos de Proteção Internacional realizados por sexo em Portugal (2014-2019)	28
Gráfico 3. Pedidos de Proteção Internacional por sexo em Portugal em % (2014-2019)	29

PREÂMBULO

Estamos a enfrentar complexos desafios no contexto global atual, e, em particular, no continente europeu, que requerem respostas mais robustecidas e mais integradas, em que os princípios da igualdade, não discriminação e justiça social sejam efetivamente transversais. Portugal veio a conhecer uma nova realidade sobre o fenómeno de pessoas refugiadas, a partir de 2015 com a crise humanitária na Europa, através dos vários programas, como os programas de recolocação e reinstalação.

Mais de metade das pessoas em movimento no mundo, atualmente, são mulheres e meninas. Em Portugal, de acordo com o Relatório de Integração de Imigrantes (2021), do Observatório para as Migrações, o número de mulheres estrangeiras em território nacional superava o número de homens entre 2012 a 2018. Esta tendência de feminização das migrações inverteu ligeiramente, com 51,5% de homens e 48,5% de mulheres nos dados mais recentes (Relatório Estatístico do SEF, 2020).

As migrações são uma realidade cada vez mais presente e dinâmica nas atuais sociedades globais e modernas. Sabemos que as experiências de mulheres e meninas migrantes, refugiadas e requerentes de asilo cruzam várias vulnerabilidades em razão, nomeadamente, do sexo, da idade, da origem racial e étnica e que estes fatores têm impacto no seu percurso migratório e durante o qual enfrentam riscos agravados de exploração sexual, o tráfico de seres humanos e violência.

É imperativo considerar a heterogeneidade das experiências destas mulheres e meninas, reconhecendo a importância da promoção de políticas e de medidas com perspetiva de género, bem como a necessidade de uma abordagem interseccional, com particular enfoque onde diversas desigualdades se cruzam, materializando também as recomendações europeias e internacionais.

A Estratégia da União Europeia para a Igualdade de Género 2020-2025 imprime como princípios essenciais o *mainstreaming* de género e a interseccionalidade; e a Estratégia do Conselho da Europa para a Igualdade de Género 2018-2023, que apresentou pela primeira vez um Objetivo Estratégico sobre a “Proteção dos direitos das mulheres e meninas migrantes, refugiadas e requerentes de asilo”, procurando responder aos complexos desafios atuais que vivemos no contexto global, e em particular no continente europeu.

O presente estudo, coordenado por Beatriz Padilla, vem sublinhar estas recomendações e contribuir para uma maior visibilidade das experiências e necessidades das mulheres e meninas refugiadas, neste caso, em Portugal, bem como das necessidades das entidades envolvidas no seu acolhimento.

Este trabalho de investigação vem reiterar a importância fundamental de uma mudança de paradigma que pressupõe reconhecer as mulheres refugiadas como “sujeitos e agentes da migração”, contrariando a tendência do olhar para a pessoa refugiada como “sujeito único e universal”.

Das recomendações elencadas nas três categorias – entidades que atendem pessoas refugiadas, mulheres em situação de refúgio em Portugal e equipa de investigação –, é de destacar a participação ativa destas mulheres em todos os processos de decisão e projetos/atividades, da formação de profissionais de primeira linha (incluindo mediadores/as e tradutores/as), da capacitação e formação das próprias mulheres e o

acesso a serviços, informação, e espaços de debate, e de políticas de acolhimento com perspectiva de género (sem esquecer as crianças).

O Estado Português comprometeu-se com a promoção da igualdade (Artigo 9.º alínea h), nos termos da Constituição da República Portuguesa, compromisso esse reafirmado pelo atual Governo, plasmando no seu Programa as desigualdades como um dos quatro eixos estratégicos.

As políticas de inclusão e integração das pessoas migrantes em Portugal têm sido reconhecidas como uma boa prática, a nível europeu e internacional, pela sua abordagem intercultural e com base nos direitos humanos. Este estudo apresenta um contributo relevante para Portugal prosseguir e reforçar o seu esforço de bem receber e integrar toda a população migrante, incluindo a refugjada, através de uma abordagem cada vez mais interseccional e sensível ao género, refletindo a diversidade da população migrante.

ANA CATARINA MENDES

MINISTRA ADJUNTA E DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES

NOTA DE ABERTURA

Os dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, através do relatório *Global Trends*, indicam que o número de deslocados forçados no mundo terá superado os 84 milhões em meados de 2021 (os dados de finais de 2020 indicavam 82.4 milhões). Estima-se que cerca de metade corresponda a mulheres e meninas. Frequentemente a situação e necessidades específicas das mulheres e meninas são invisibilizadas nos processos globais de refúgio. Por este motivo é fundamental a existência de investigação dedicada ao tema do refúgio que considere a perspetiva interseccional.

O estudo *Trajetórias de Refúgio: Análise de Género, Interseccionalidade e Políticas Públicas em Portugal* parte precisamente desta perspetiva para revelar de forma mais aprofundada a forma como o género influencia as experiências de refúgio, sendo também necessário considerá-lo nas políticas públicas que lidam, por exemplo, com o acolhimento e integração de pessoas refugiadas. Os resultados deste estudo permitirão um maior desenvolvimento de medidas de política pública que considerem devidamente a necessidade de respostas específicas para mulheres e meninas que se encontram em Portugal no âmbito do acolhimento e proteção internacional.

O Alto Comissariado para as Migrações (ACM, I.P.) tem vindo a aprofundar também a sua intervenção neste âmbito, através da Equipa de Projeto sobre Desigualdades Interseccionais, criada em 2019 para permitir a este instituto público uma atuação mais alinhada com as perspetivas interseccionais. A promoção de respostas sensíveis ao género tem sido implementada de forma consistente (tanto no âmbito interno da organização como a nível externo) e tem envolvido, por exemplo, uma maior capacitação interna e da rede de parceiros do ACM, I.P. através da realização de ações de formação e de sensibilização, participação em projetos sobre esta temática, fortalecendo parcerias com entidades relevantes, públicas e da sociedade civil, e promovendo momentos de debate e reflexão.

Entre 2020 e 2021 o ACM, I.P. desenvolveu e implementou o primeiro Plano para a Igualdade, sendo o primeiro Instituto Público a ter esta iniciativa, considerada um exemplo de boa prática interna. Entre as medidas incluem-se o compromisso inequívoco com a recolha e tratamento de dados desagregados por sexo, a formação e sensibilização interna e externa no âmbito da interseccionalidade e a promoção da visibilidade das mulheres e meninas migrantes, refugiadas e ciganas. Especificamente no âmbito do acolhimento de mulheres refugiadas, o ACM, I.P. assinou em 2021 um protocolo com a Adolescere para adoção de uma resposta especializada para famílias monoparentais (essencialmente do sexo feminino) e promoveu durante a *Refugee Week* em 2021 momentos dedicados à situação específica das mulheres refugiadas.

SÓNIA PEREIRA

ALTA-COMISSÁRIA PARA AS MIGRAÇÕES

NOTA DA COORDENADORA DO OM

O estudo *Trajetórias de Refúgio: análise de género, interseccionalidade e políticas públicas em Portugal* resulta da candidatura do CIES-IUL/ISCTE ao Aviso n.º 44 do Fundo Europeu de Asilo, Migração e Integração (FAMI), ao tema a concurso sobre “mulheres imigrantes e refugiadas”. Esta candidatura foi destacada em 2018 pelo painel de avaliadores da rede do Observatório das Migrações pela sua originalidade e pertinência, reconhecendo-se que este é um tema ainda pouco estudado e publicado na investigação sobre as migrações, tendo-se por isso aguardado com expectativa os resultados agora tornados públicos com este volume 71 da Coleção de Estudos do OM.

Nesta Coleção de Estudos do OM, lançada em 2003, este é o primeiro volume acerca das mulheres refugiadas e com uma análise da interseccionalidade nas políticas públicas para migrantes, sendo certo que o estudo acompanha a atualidade e as recentes mudanças (profundas) nas respostas de Portugal aos requerentes e beneficiários de proteção internacional.

Reconhecendo a importância de aprofundar o conhecimento acerca da realidade do asilo em Portugal, nomeadamente com factos estatísticos e científicos para agir sobre representações sociais, e para capacitar decisões políticas com mais informação, o Observatório das Migrações tem reforçado as suas linhas editoriais desde 2016: veja-se a publicação de dissertações de mestrado e teses de doutoramento sobre o tema na Coleção de Teses OM (volume 48, volume 50, volume 52 e volume 54) – duas das quais com foco nos percursos de refúgio de mulheres e meninas: Tese OM #54, *Políticas, Instituições e Percursos Migratórios de Mulheres e Meninas Refugiadas em Portugal e Dinamarca*, de Sofia de Almeida (2021) e Tese OM #52, *A violência sexual e de género nos campos de população refugiada: Enquadramento e análise legal*, de Tatiana Morais (2020) –; de novos estudos sobre o tema (volume 68 e volume 69 da *Coleção de Estudos* do OM, publicados em 2021); e, no âmbito da Coleção *Imigração em Números* do OM, passou a publicar-se anualmente o *Relatório Estatístico do Asilo – Requerentes e Beneficiários de Proteção Internacional em Portugal* (de Catarina Reis Oliveira), indo na sua terceira edição (2020, 2021 e 2022), com lançamento habitual no Dia Mundial dos Refugiados, 20 de junho.

Como se tem vindo a mostrar anualmente nesses Relatórios Estatísticos do Asilo, embora Portugal tenha estado entre os primeiros países a ratificar a Convenção de Genebra que definiu o estatuto de refugiado, incorporando esta Convenção na sua ordem jurídica a partir de 1961, nas seis décadas que se seguiram Portugal nunca se destacou como um destino de requerentes de proteção internacional. Segundo dados apurados pelo ACNUR para 2020, dos 26,4 milhões de refugiados no mundo, apenas 2,7 milhões (12,9%) estavam em países da União Europeia (UE27) e desses refugiados residentes na UE27, Portugal somente acolheu cerca de 2,4 mil (0,1% do total dos refugiados da UE27), sendo que este é um dos valores absolutos mais elevados alguma vez assumido pelo país. Em 2020 Portugal posicionava-se na vigésima posição entre os 27 Estados-membros da UE, por ordem dos que receberam maior número de refugiados para os que receberam menos.

A repartição por sexo dos requerentes de asilo mostra que globalmente nos países da UE27 há mais pedidos de proteção internacional de homens (65% em 2020 e 70% em 2021) do que mulheres

(35% em 2020 e 30% em 2021). Portugal, mantendo uma sobre representação de requerentes do sexo masculino, viu ainda assim nos últimos diminuir a sua importância relativa (de 80% em 2020, os requerentes do sexo masculino passaram a representar 68% em 2021, explicado pela admissão humanitária de afegãos no decurso de 2021). Se globalmente há mais pedidos de asilo de homens do que de mulheres, verifica-se, por outro lado, que os Estados-membros da UE27 mantêm-se sensíveis à necessidade de proteção específica para os grupos mais vulneráveis, neste caso para mulheres e raparigas: considerando o peso do sexo nas decisões de primeira instância positivas, nota-se que as mulheres aumentam a sua importância relativa face à expressão que assumiam no universo dos pedidos de asilo, passando a representar 46% do total de decisões positivas em 2020 (+11 pontos percentuais que nos pedidos). Em 2020, essa maior proteção é especialmente clara em países como Portugal onde de 20% dos pedidos de proteção internacional, o sexo feminino passa a representar 42,1% das decisões positivas (+22pp). Em 2021, em Portugal, a expressão das requerentes do sexo feminino apenas aumentou 3 pontos percentuais nas decisões positivas (de 31,5% os pedidos de proteção internacional, o sexo feminino passa a representar 34,4% das decisões positivas).

Sendo certo que em termos numéricos há menor expressão feminina nas requerentes e beneficiárias de proteção internacional de uma maneira geral nos países de asilo, observa-se também que a perspetiva de género é ainda escassa nas políticas destinadas a pessoas refugiadas, como este volume 71 mostra. Como é discutido pelas autoras deste estudo, as políticas e as medidas dirigidas aos refugiados são ainda indiferentes ao género, identificando-se desafios e obstáculos específicos vivenciados pelas mulheres e meninas em situação de refúgio que carecem de maior atenção (e.g. distintas formas de violência ao longo das suas trajetórias de refúgio; desafios da maternidade e responsabilidades com os filhos; mudanças nos papéis sociais e de género). Este estudo traz uma leitura rica do tema, também na primeira pessoa, dando voz a inúmeras mulheres refugiadas em Portugal, ilustrando as suas trajetórias de refúgio, e os processos de negociação e aprendizagem de papéis de género e de adaptação a um novo regime de género pelo qual passam em contexto de asilo.

Imbuído do mote deste Observatório das Migrações de “conhecer mais para agir melhor”, este estudo traz ainda importantes conclusões e recomendações, dando tanto a perspetiva das entidades que atendem pessoas refugiadas, como a perspetiva das mulheres refugiadas entrevistadas, como a leitura da própria equipa de investigação a partir dos dados recolhidos.

Resta-nos agradecer à equipa de investigação do CIES-IUL – toda ela feminina, com Beatriz Padilla, Thais França e Adriane Vieira – pelo trabalho de qualidade desenvolvido e pelas boas razões que nos dão para uma leitura atenta desta obra inédita nesta Coleção de Estudos OM, esperando que esta obra seja a primeira de muitas mais que entrecruza a teoria, com a prática e a recomendação para a ação, neste tema de estudo acerca das trajetórias de refúgio de mulheres e meninas em Portugal.

CATARINA REIS DE OLIVEIRA

COORDENADORA DO OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES

TRAJETÓRIAS DE REFÚGIO: ANÁLISE DE GÉNERO, INTERSECCIONALIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS EM PORTUGAL

INTRODUÇÃO

“*Trajatórias de Refúgio: análise de género, interseccionalidade e políticas públicas em Portugal*” (PT/2018/FAMI/351) foi um projeto de investigação ação financiado pelo FAMI (Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração), desenvolvido no Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL), do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL). A equipa do projeto foi constituída pela Coordenadora Beatriz Padilla, e pelas investigadoras Thais França (CIES-IUL) e Adriane Vieira (CIES-IUL), para além de uma investigadora comunitária e de tradutoras comunitárias contratadas no decorrer do projeto.

O projeto foi desenvolvido a partir da perceção de que a perspetiva de género e a especificidade da mulher refugiada ainda é pouco aprofundada e levada em consideração tanto no desenho de políticas públicas focadas nas mulheres e nas suas famílias em Portugal, como nas investigações sobre a temática, com poucos estudos focados na experiência das mulheres refugiadas em Portugal (Coelho, 2017; Dias, 2006; Lemos, 2018; Luís *et al.*, 2017; Padilla *et al.*, 2019; Santinho, 2012; Vieira, 2018). Em geral a literatura tradicional sobre migrações e refúgio, tal como em outros campos, assume que o refugiado é homem e em consequência analisa a experiência dos requerentes de asilo de sexo masculino, focando-se no acolhimento e integração sem considerar o papel de marcadores de diferença como o género, a raça, a classe social, a religião, a idade, entre outros (Young e Chan, 2015). Ou seja, na sua maioria, os estudos migratórios não levam em conta as questões de género e protagonismo das mulheres como “sujeitos e agentes da migração” (Padilla, 2013).

Sendo assim, os estudos sobre as pessoas refugiadas compreendem a perspetiva do “refugiado” enquanto sujeito único e universal, sem considerar as especificidades de género. Porém, o refugiado em si não existe, pois este é marcado por um género, raça, classe social, pertencente a uma etnia, é proveniente de uma sociedade e cultura na qual foi socializado, com papéis sociais e de género estabelecidos, com diferentes redes sociais (Padilla, 2007), sendo que estes marcadores da vivência do refúgio precisam de ser estudados e analisados.

Contudo, a partir dessa visão do refúgio há uma homogeneização do sujeito de refúgio, o que ocasiona uma maior invisibilidade, acentuando as situações de vulnerabilidade para diferentes grupos (Faist, 2018). O não reconhecimento das mulheres refugiadas como uma categoria específica resulta na criação de políticas, programas e investigações centrados numa visão masculina enviesada do sujeito tanto nas motivações como nas políticas e práticas de receção, acolhimento e integração, e o papel do homem como “*bread winner*” é tido como dado adquirido. Dessa forma as políticas, apresentadas como neutras, não são desenhadas com base nas especificidade das mulheres refugiadas e limitam ou condicionam o acesso destas aos programas de proteção e integração no país de acolhimento (Binder e Toši, 2005), salvo como apêndice dos refugiados do sexo masculino (marido, progenitor, etc.).

Com base em estudos anteriores desenvolvidos pela equipa do projeto (Padilla *et al.*, 2019; Vieira, 2018), a pouca visibilidade do género nos estudos sobre refúgio revela uma imprudência dos próprios investigadores que generalizam as suas observações e análises e compreendem os fenómenos sociais

como não influenciados pelo género (Padilla, 2008). Dessa forma, este projeto visou preencher esta lacuna já assinalada em trabalhos anteriores (Padilla *et al.*, 2019; Vieira, 2018). Neste sentido, deu-se relevância também a novos referenciais teóricos e metodológicos que salientam tanto novas temáticas e perspetivas, quer questões vinculadas à violência de género como ao direito a migrar e ao bem-estar (Núñez Puente *et al.*, 2017).

Desde a chamada crise dos refugiados, Portugal tem aumentado a sua disponibilidade no acolhimento de requerentes de asilo e refugiados através de diferentes programas. Segundo dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), no ano de 2015, quando o país aderiu ao Programa Europeu de Recolocação, recebeu um número de 896 solicitações de asilo, 100,4% a mais que o ano anterior (447 pedidos). A tendência de crescimento manteve-se constante, em 2019, as solicitações de asilo chegaram a 1.849. Neste contexto, os pedidos de proteção realizados por mulheres têm crescido exponencialmente, cerca de 184% de crescimento entre 2014 e 2019.

Em resposta a esta nova realidade e partindo de uma perspetiva de género, o projeto visou compreender as trajetórias e experiências vivenciadas por mulheres em situação de refúgio em Portugal, especificamente na Área Metropolitana de Lisboa, e incluindo as refugiadas e famílias, que chegaram ao país por meio dos programas de recolocação, reinstalação, recolocação *ad hoc* (navios humanitários) ou de forma espontânea. Os objetivos específicos foram:

- Descrever as trajetórias e itinerários das mulheres em situação de refúgio;
- Aprofundar, analisar e compreender a realidade vivenciada pelas mulheres refugiadas e requerentes de asilo e pelas suas famílias, a partir das suas próprias experiências e com uma perspetiva de género;
- Analisar o desenvolvimento dos diferentes programas de acolhimento e integração de refugiados em Portugal focando tanto nos atores estatais como nas entidades da sociedade civil, desde uma perspetiva de género;
- Compreender as respostas dadas pelos diferentes atores na Área Metropolitana de Lisboa, mapeando o universo de apoio oferecido às mulheres e às suas famílias;
- Identificar possíveis estratégias de empoderamento que permitam melhorar as capacidades de ação coletiva e intervenção das próprias mulheres, visando melhorar a sua inserção social, económica, cultural e política em Portugal;
- Construir alianças comunitárias com as organizações que trabalham com refugiados, académicos e as próprias refugiadas, de modo a dar sustentabilidade ao projeto e gerar um grupo de advocacia em prol das populações refugiadas em Portugal.

O projeto foi desenvolvido num período de 20 meses, de maio de 2019 a janeiro de 2021. Originalmente estava prevista uma duração de 18 meses, mas a pandemia do Covid 19 dificultou a realização do mesmo no período estipulado e foi necessário um prolongamento. Tal como mencionado, e diferentemente de outros estudos, o projeto abrangeu a diversidade dos programas destinados à população refugiada, dado que no próprio desenvolvimento do projeto os programas aumentaram e foram sendo modificados quanto ao conteúdo e alcance.

Assim, por um lado, o projeto centrou-se na análise das especificidades das mulheres refugiadas, buscando ouvi-las e perceber as suas necessidades; por outro, o projeto mapeou, na medida do possível, o universo de programas, apoios e serviços recebidos e a adequação às suas necessidades desde a perspectiva de género. Para isso, optámos por uma abordagem qualitativa e etnográfica, acompanhada por uma metodologia de investigação ação, que combinava um conjunto de metodologias sequenciais e /ou paralelas:

- I) Construção de biografias/trajetórias de vida e de refúgio a partir de entrevistas em profundidade com mulheres refugiadas;
- II) Observação participante: realizada no acompanhamento e participação com/em grupos de mulheres refugiadas;
- III) Investigação ação participativa desenvolvida em diferentes âmbitos e utilizando diversas ferramentas:
 - a) Investigadora comunitária/tradutoras comunitárias;
 - b) Construção de aliança comunitária com organizações governamentais, entidades da sociedade civil e académicos. O processo de construção da aliança comunitária realizou-se ao longo do projeto, e incorporou vários métodos, dependendo do público-alvo:
 - i) Entrevistas a informantes chave das organizações da sociedade civil, entidades governamentais e oficiais de acolhimento;
 - ii) Grupos de discussão com académicos e investigadores;
 - iii) Grupo de discussão com mulheres refugiadas (com vista a determinar a realização de intervenções e ações empoderadoras);
 - iv) Realização de um Fórum Comunitário (virtual) com todas as entidades envolvidas, académicos, outros interessados e mulheres refugiadas (na medida do possível), com apresentação dos resultados preliminares, partilha de experiências, e grupos de discussão, abordando problemáticas e temáticas específicas das mulheres refugiadas e das entidades que trabalham com elas.
- IV) Mapeamento dos programas e ações de acolhimento e integração levados a cabo por entidades governamentais e sociedade civil, com uma perspectiva de género; através de entrevistas com técnicos e informantes chave e do inquérito *online*.

CAPÍTULO 1.

ENQUADRAMENTO TEÓRICO-METODOLÓGICO

O projeto “Trajetórias de refúgio: análise de gênero, interseccionalidade e políticas públicas em Portugal” visou conhecer e compreender as realidades das mulheres refugiadas em Portugal e das suas famílias, a partir das suas próprias perspetivas e biografias, focando na equidade de gênero e na interseccionalidade (Crenshaw, 2002), pelo que foi necessário em primeiro lugar compreender tais conceitos e valorizar a dita perspetiva de análise.

1. GÉNERO E INTERSECCIONALIDADE

Primeiramente devemos reconhecer que um estudo que tem como foco a perspetiva de gênero contribui de forma significativa para o conhecimento científico ao clarificar, descrever e aprofundar de forma mais completa as realidades (diferenças e semelhanças) entre os géneros (Padilla, 2007). Apesar de sexo e gênero às vezes serem usados como sinónimos, na realidade são conceitos diferentes. Enquanto o sexo tem a ver com as diferenças anatómicas e fisiológicas entre homens e mulheres, o gênero é um conceito social relacionado com as diferenças sociais e culturais que uma sociedade atribui às pessoas com base no sexo biológico. Nesse sentido, o gênero é uma construção social, e com base nessa construção, as sociedades determinam papéis de gênero que definem as expectativas que as ditas sociedades têm sobre os comportamentos e atitudes segundo sejam percebidas como homens ou mulheres. Em consequência, o comportamento das pessoas não está determinado pela sua biologia, mas pelas expectativas criadas, e ao longo da vida, devido ao processo de socialização, as pessoas desenvolvem uma identidade de gênero que responde às ditas expectativas, e que são conhecidas como feminilidade e masculinidade.

O gênero assim está vinculado com uma identidade ‘socialmente adquirida e realizada’, com diferentes modos de vida e papéis na sociedade, que revela também as assimetrias como produtos da ordem social, institucional e sociopolíticas (Lutz, 2010). Neste sentido, é preciso compreender melhor como acontece a construção social de masculinidade e feminilidade, tendo em conta as relações de gênero como expressões de desigualdade, dominação, poder, mas não apenas entre géneros, como também dentro de uma categoria de gênero (Lutz, 2010). Dado que a mulher não é uma categoria universal ou unitária e reconhece outros marcadores como raça, classe social, etnicidade, entre outros (Padilla e Gomes, 2016), outros conceitos resultam úteis para aprofundar mais sobre as realidades das mulheres e famílias refugiadas. Por exemplo, a interseccionalidade visa a compreensão das consequências estruturais e dinâmicas da interação de diferentes eixos de subordinação, que se sobrepõem e cruzam, gerando interseções complexas de discriminação e desigualdade (Crenshaw, 2002). Uma análise interseccional parte da compreensão de que a interseção de subordinações e assimetrias revela-se como uma discriminação interativa (Padilla e Gomes, 2016).

West e Zimmerman (1987) falam de “fazer gênero / *doing gender*” como um processo pelo qual os indivíduos fazem gênero como uma rotina metódica e recorrente de sucessos, embora Williams (2002)

sugira que a ideia de fazer género é utilizada para demonstrar situações nas quais os atores atingem e gerem socialmente uma identidade de género, embora estes processos sejam contínuos. Connell (1987) acredita que o género é parte constituinte da estrutura social, definindo o conceito de regime de género como o inventário estrutural de uma instituição particular que representa o estado do jogo das relações de género numa instituição determinada; pelo que este conceito assinala não só as especificidades mas também a centralidade das dimensões de tempo e de espaço na forma como o género é realizado e na fluidez/rigidez das estruturas de género. Neste sentido, o género influencia a vidas das refugiadas ou requerentes de asilo e proteção internacional, no país de origem, no trânsito e no país de destino, sendo que os regimes de género existentes em cada um destes contextos são muito diferentes, e em consequência as pessoas passam por processos de socialização e ressocialização no qual aprendem novos papéis de género, desenvolvendo (ou resistindo) novas identidades de género.

1.1. Género, refúgio e perspetivas de análise

Esta discussão revela-se como fundamental diante do fenómeno migratório. A migração clássica compreendia a mulher apenas como um elemento da migração familiar, submissa, sem decisão, vulnerável e que não era a promotora do movimento migratório. Esta premissa tem sido criticada pelos estudos de género e migrações, pelo que estudos mais recentes reconhecem os diferentes papéis que a mulher pode desenvolver e assumir, incluindo ser a protagonista do seu percurso (Padilla, 2013).

Lutz (2010), enfatiza que o género não pode ser percebido apenas enquanto um aspeto a mais a ser estudado dentro das migrações, como a economia, a religião, etc., mas sim como um princípio organizador tanto dos fluxos migratórios como da organização da vida das pessoas e da sociedade no geral. Isto é, a migração é um fenómeno genderizado, não sendo possível estudá-la sem dar atenção a esta dimensão. Não se trata de um fenómeno assexual, e sim amplamente influenciado e condicionado pelas relações de género (Padilla, 2013), sendo necessários estudos que não se baseiem apenas na 'mulher refugiada', mas sim na perceção de homens e mulheres como atores de género (*gendered actors*) nos processos migratórios, considerando assim a dita influência nas experiências resultantes da migração, neste caso, no acolhimento e na integração, também influenciado pelas próprias políticas migratórias (Padilla, 2007).

Ao longo do tempo também se observou uma feminização nos fenómenos migratórios, a qual se manifesta tanto numa maior expressividade numérica como numa mudança qualitativa da sua presença (maior protagonismo, outras dinâmicas, etc.). Apesar das migrações ainda serem compreendidas enquanto um processo principalmente masculino, o que não condiz com a realidade, a feminização das migrações traz consequências profundas para as próprias mulheres e famílias, como para o país de acolhimento e de origem (Padilla, 2007). Conforme destaca Padilla (2013):

“Consequentemente, o processo de feminização das migrações, deve ser entendido para além do sujeito migratório - mulheres - e abordar a questão de uma perspetiva de género mais ampla. Isso implica uma análise mais sofisticada do processo de migração que inclui vários aspetos das experiências de mobilidade: a (re) constituição de (novas) famílias mistas e transnacionais, a liberação e autonomia derivada de empoderamento ou desempoderamento migratório, participação no mercado trabalho, os processos de adaptação a novas

culturas e regimes género, a vivência de novas formas de discriminação, racismo e sexismo; à negociação de novas identidades incluindo as identidades de género e orientação sexual, o preconceito / neutralidade das políticas migratórias, a adaptação a novas formas de ser / agir / viver / sentir em relação à sociedade de origem e destino.” (Padilla, 2013 p. 5)

Porém, antes de aprofundar o olhar na realidade das mulheres refugiadas, cabe a diferenciação entre conceitos como: migrantes, migração forçada, requerente de proteção internacional, refugiados (ver tabela 1). Ainda que em alguns momentos sejam enfatizados o fenómeno migratório e a feminização das migrações de forma genérica e como uma experiência em diálogo com a realidade do refúgio, faz-se importante o conhecimento de tais conceitos.

Tabela 1. Definição de conceitos

Conceito	Definição
Migrante	Não existe uma definição universalmente aceite para este conceito. Contudo, refere-se a pessoas e famílias que se deslocam para outras regiões ou países, em busca de melhores condições de vida.
Migração Forçada	Termo utilizado para definir o movimento migratório devido a ameaças à vida ou à sobrevivência, quer tenham origem em causas naturais, quer em causas provocadas pelo homem.
Pedido de proteção internacional	Refere-se ao pedido de proteção apresentado por estrangeiro ou apátrida que pretenda beneficiar do estatuto de refugiado ou de proteção subsidiária e não solicite expressamente outra forma de proteção suscetível de ser objeto de um pedido separado (Lei 26/2014 alínea s) do n.º 1 do artigo 2.º).
Requerente	Estrangeiro ou um apátrida que apresente um pedido de proteção internacional que ainda não foi objeto de decisão definitiva (Lei 26/2014 alínea ae) do n.º 1 do artigo 2.º).
Beneficiário de proteção internacional	Uma pessoa a quem foi concedido o estatuto de refugiado ou o estatuto de proteção subsidiária (Lei 26/2014 alínea b) do n.º 1 do artigo 2.º).
Estatuto de proteção subsidiária	O reconhecimento, por parte das autoridades portuguesas competentes, de um estrangeiro ou de um apátrida como pessoa elegível para concessão de autorização de residência por proteção subsidiária (Lei 26/2014 alínea i) do n.º 1 do artigo 2.º).
Pessoa elegível para proteção subsidiária	O nacional de um país terceiro ou um apátrida que não possa ser considerado refugiado, mas em relação ao qual se verificou existirem motivos significativos para acreditar que não pode voltar para o seu país de origem ou, no caso do apátrida, para o país em que tinha a sua residência habitual, quer atendendo à sistemática violação dos direitos humanos que aí se verifique, quer por correr um risco real de sofrer ofensa grave na aceção do artigo 7.º, e ao qual não se aplique o n.º 1 do artigo 9.º, e que não possa ou, em virtude das referidas situações, não queira pedir a proteção desse país (Lei 26/2014 alínea x) do n.º 1 do artigo 2.º).
Refugiado	Estrangeiro ou apátrida que, receando com razão ser perseguido em consequência de atividade exercida no Estado da sua nacionalidade ou da sua residência habitual em favor da democracia, da libertação social e nacional, da paz entre os povos, da liberdade e dos direitos da pessoa humana ou em virtude da sua raça, religião, nacionalidade, convicções políticas ou pertença a determinado grupo social, se encontre fora do país de que é nacional e não possa ou, em virtude daquele receio, não queira pedir a proteção desse país ou o apátrida que, estando fora do país em que tinha a sua residência habitual, pelas mesmas razões, não possa ou, em virtude do referido receio, a ele não queira voltar (Lei 26/2014 alínea ac) do n.º 1 do artigo 2.º).

Fonte: Lei 26/2014, 2014-05-05; OIM, 2009.

As distinções conceptuais indicam que tanto as diferenças como as semelhanças devam ser consideradas na própria investigação para assim aprofundar sobre as experiências das pessoas refugiadas, e neste caso focando no género, desvelando os desafios, barreiras e realidades diversas que enfrentam, comparando com outras populações. Em consequência, a necessidade de entender as complexas realidades vividas pelas mulheres refugiadas na atualidade é central, considerando os contextos específicos que as afetam tanto no país de origem como ao longo da trajetória migratória.

Evidencia-se ainda que o endurecimento das políticas de imigração, o maior controle nas fronteiras na Europa e ao longo da rota dos Balcãs Ocidentais, com a demora em obter respostas aos pedidos de asilo e reagrupamento familiar, as mulheres e meninas estão ainda em situações mais vulneráveis, uma vez que estão expostas à diferentes formas de violência não apenas nas zonas de conflito, mas também no seu trajeto de fuga, nos campos de refugiados e mesmo depois de chegarem à Europa (Robbers *et al.*, 2016). Apesar de várias semelhanças em relação a compartilharem altos níveis de vulnerabilidade, as experiências das mulheres refugiadas não podem ser homogeneizadas tal como indicado. Neste sentido a interseccionalidade ajuda a situar as suas experiências em contextos mais amplos, que permitem compreender como as opressões e discriminações se relacionam e interagem (Crenshaw, 2002) e como afetam suas trajetórias, experiências e acessos a direitos assim como também as ideologias hierárquicas de género, de raça, etnia, religião, classe social e etc. que determinam sua experiência social (Padilla, 2013). Além disso, é preciso considerar também o país de origem, o nível de educação, a bagagem cultural e de religião, a idade, a classe social, a situação familiar e política, assim como a estatuto legal no país de acolhimento (Binder e Tošić, 2005). Neste sentido, e em conformidade ao referenciado anteriormente sobre interseccionalidade, é fundamental que estudos sobre mulheres refugiadas incorporem perspetivas interseccionais de *análise* com o objetivo de compreender a complexidade das suas experiências, permitindo assim um melhor mapeamento das diferentes situações vividas e pontos de vista, que variam conforme a intersecção analisada (Padilla, 2013).

Diferentes autores (Coelho, 2017; Santinho, 2012) destacam que face ao género e à condição de refugiadas, as mulheres vivenciam uma dupla vulnerabilidade. Para além das vulnerabilidades e discriminações às quais estão expostas como mulheres, como refugiadas ainda experienciam discriminação e diferentes formas de violência, sofrendo as consequências de uma invisibilidade nas políticas públicas e mecanismos de proteção internacional. As mulheres refugiadas, portanto, não estão apenas expostas a violências e ameaças às suas vidas, mas também vivenciam processos de marginalização e inferiorização, ao não serem reconhecidas como uma categoria específica nas políticas nacionais e internacionais de asilo. Sendo assim, as singularidades das suas experiências não têm sido consideradas ou atendidas, levando a uma situação de cegueira de género, que por um lado apresenta as políticas como neutras, com o intuito de beneficiar igualmente homens e mulheres, mas que na realidade por ser concebida e praticada desde uma visão predominantemente masculina, não reconhece as singularidades nem as necessidades específicas. Dessa forma, reforçam as situações de vulnerabilidade e desigualdade, às quais as mulheres refugiadas estão estruturalmente submetidas, não reconhecendo a sua capacidade de ação (França, 2017; Padilla, 2008; Padilla *et al.*, 2019). Tal como referido por Mi-

randa (2009) sobre a importância da dimensão de gênero nas migrações no geral, no caso do refúgio, as políticas públicas, incluindo a legislação sobre asilo, não respondem aos problemas específicos de gênero que as refugiadas vivenciam.

Contudo, apesar das violências e invisibilidade em que vivem, as mulheres refugiadas não podem ser compreendidas como vítimas e sujeitos passivos. Segundo Santinho (2012), o rompimento com o país de origem, a busca por refúgio, as suas trajetórias, revelam coragem, agência e força. Nesse sentido, Pittaway e Pittaway (2017) destacam como um ponto importante de discussão uma redefinição do termo ‘mulheres refugiadas’, que por si só carrega consigo uma identidade baseada na vulnerabilidade em termos sociais e legais. O refúgio não deve ser compreendido como uma identidade rígida destas mulheres, pois elas não são refugiadas permanentemente, mas estão numa situação de refúgio, e por outro lado, elas têm outras várias identidades além de gênero, étnico-raciais, religiosas, culturais, de classe social, no seio da família, no mercado de trabalho, etc.

As identidades caracterizam-se enquanto um processo dinâmico, mutável e múltiplo, influenciado por diferentes conexões, sendo constituídas por narrativas sociais e resultantes de constantes negociações das condições pessoais num determinado contexto (Saez, 2008; Valentine *et al.*, 2009). Ou seja, as identidades podem ser definidas enquanto produtos da interação social, que abarcam diferentes papéis sociais desempenhados pelos indivíduos na sociedade (La Barbera, 2015). Num contexto de refúgio, as mulheres encontram-se numa nova sociedade, que as define e percebe como “refugiadas”, coincidindo com um momento no qual são confrontadas com novas expectativas em relação aos papéis sociais e de gênero, sendo que o seu *master status* e a sua principal identidade social é a de “refugiada”; estes aspetos devem ser evidenciados e investigados, dado que para as mulheres em situação de refúgio esta é uma nova realidade e supõe um processo de aprendizagem, adaptação e resistência.

O presente projeto avaliou como fundamental ouvir as vozes das mulheres refugiadas, e tentou a sua incorporação tanto no processo de investigação como no desenvolvimento de ações e propostas para melhoramento das políticas de refúgio. Tal visão contribui para o empoderamento destas mulheres e para o desenvolvimento de ações e programas adequados, uma vez que estão sendo construídos a partir das suas experiências reais. Neste sentido, este projeto de investigação optou por uma metodologia qualitativa, ouvindo as próprias mulheres, e incorporou a investigação ação ao longo do processo de recolha de dados. Para isto, visou a participação e colaboração de uma investigadora comunitária que resultou ser também uma interlocutora na reflexão crítica e desenvolvimentos de ações para mudança social e novas compreensões (Coutinho *et al.*, 2009).

2. POLÍTICAS DE REFÚGIO NA EUROPA E EM PORTUGAL

Na União Europeia, a política de asilo é um dos elementos base do Espaço da Liberdade, Segurança e Justiça (Padilla e Goldberg, 2017; Palladino e Iermano, 2019), o qual se refere ao espaço (conjunto de territórios dos Estados-membros) nos quais se assegura a liberdade de circulação em condições igualitárias de segurança e justiça para todos (Palladino e Iermano, 2019).

Desde a sua criação, os Estados-membros da União Europeia estabeleceram normas comuns em matéria de mobilidade, circulação, incluindo também asilo e imigração, como é o caso do Acordo Schengen (1985), Acordo de Dublin (1990). O Sistema Europeu Comum de Asilo (SECA), baseado num sistema comum de asilo e num estatuto uniforme para a proteção internacional entre os Estados-Membros, teve a sua definição no Programa de Tampere (1999) e seria realizado em duas fases. A primeira designou as normas de harmonização legislativa, a qual levou a adoção do Regulamento de Dublin e Regulamento EURODAC e várias Diretivas sobre a proteção temporal, acolhimento, requisitos e procedimentos (MAI, 2015; Palladino e Iermano, 2019). A segunda fase, para além da harmonização legislativa, visou elevar o padrão de proteção, reforçando a cooperação entre os membros, com a criação do Gabinete Europeu de Apoio ao Asilo – EASO e a elaboração do Plano de Políticas de Asilo (2008) (MAI, 2015; Palladino e Iermano, 2019).

A União Europeia (UE) ocupa o primeiro lugar em pedidos de proteção internacional e em 2015 registou a maior chegada de pessoas extracomunitárias no continente, por mar e por terra. Este processo foi denominado ‘crise dos refugiados’. Neste contexto, o continente recebeu 1,3 milhões de pedidos de proteção internacional, atingindo o valor histórico mais elevado de solicitações, o que levou a um estado de alerta geral que por sua vez conduziu a uma maior securitização das migrações (Oliveira, 2020; Padilla e Goldberg, 2017). Com o intuito de dar uma resposta conjunta a esta nova realidade, a UE desenvolveu a Agenda Europeia das Migrações.

A Agenda Europeia das Migrações de 2015, que pode ser entendida como a política europeia das migrações, está fundada em quatro pilares: a) Reduzir os incentivos à imigração ilegal; b) Salvar vidas humanas e garantir a segurança das fronteiras externas; c) Oferecer proteção a nível da UE com uma política de asilo sólida, com foco *hotspot*; d) Fomentar uma nova política em matéria de migração legal (Avallone, 2019). Neste sentido, o terceiro pilar está relacionado com a política de asilo e destinava-se a aplicar o Sistema Europeu Comum de Asilo de forma integral por meio de um mecanismo de acompanhamento, avaliar o sistema de Dublin, adotar medidas a fim de prevenir o abuso do sistema de asilo, refletir sobre o desenvolvimento de um processo de asilo único para garantir o tratamento equitativo dos requerentes de asilo em toda a Europa¹.

Além da dita Agenda, a UE visou dar algumas respostas imediatas à situação, ativando o sistema de emergência (artigo 78, n.º 3, do Tratado Funcionamento da União Europeia) com objetivo de assegurar uma melhor distribuição geográfica dos requerentes de asilo na Europa (sistema de recolocação) e desenvolver um programa articulado de reinstalação, além das colaborações específicas com países terceiros a fim de combater a migração por via ilegal, e promover as vias legais de acesso à Europa, com foco nos migrantes qualificados. Assim, a política migratória da UE, plasmada na Agenda Europeia das Migrações, está relacionada com um controle direto das migrações, com a luta contra as migrações definidas como irregulares e económicas e com os controlos de fronteiras (Avallone, 2019).

Em Portugal, em conformidade com as diretivas da União Europeia, a Lei de Asilo portuguesa (Lei 27/2008, alterada pela Lei

¹ Vd. https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/pt/IP_15_4956

26/2014) transpõe para a ordem jurídica nacional as seguintes diretivas comunitárias:

- a) *Diretiva n.º 2004/83/CE, do Conselho, de 29 de abril, que estabelece normas mínimas relativas às condições a preencher por nacionais de países terceiros ou apátridas para poderem beneficiar do estatuto de refugiado ou de pessoa que, por outros motivos, necessita de proteção internacional, bem como relativas ao respetivo estatuto e ao conteúdo da proteção concedida;*
- b) *Diretiva n.º 2005/E, do Conselho, de 1 de dezembro, relativa a normas mínimas aplicáveis ao procedimento de concessão e perda do estatuto de refugiado;*
- c) *Diretiva n.º 2011/95/UE, do Conselho, de 13 de dezembro, que estabelece normas relativas às condições a preencher pelos nacionais de países terceiros ou por apátridas para poderem beneficiar de proteção internacional, a um estatuto uniforme para refugiados ou pessoas elegíveis para proteção subsidiária e ao conteúdo da proteção concedida;*
- d) *Diretiva n.º 2013/32/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho, relativa a procedimentos comuns de concessão e retirada do estatuto de proteção internacional;*
- e) *Diretiva n.º 2013/33/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho, que estabelece normas em matéria de acolhimento dos requerentes de proteção internacional."*

Historicamente, Portugal recebeu um número muito reduzido de refugiados, devido a sua localização geográfica, à não existência de fronteiras com países em conflito, assim como também ao facto de não ser um destino muito procurado (Ribeiro, 2017). No entanto, acompanhando a tendência europeia e com a pressão da UE por uma política comum de enfrentamento da crise, o país tornou-se num novo destino para requerentes de asilo e refúgio. Comparando os pedidos de asilo desde 2011 até 2019, o país recebeu cerca de sete vezes mais solicitantes de proteção internacional, passando de 275 em 2011 para 1.820 em 2019 (Oliveira, 2020), embora comparativamente com outros países, os números continuem a ser reduzidos.

Portugal passou a acolher refugiados provenientes de diversos programas; incluindo o Programa Europeu de Recolocação de Refugiados (2015-2017), Programa de Reinstalação UE/Turquia 1X1 (2016-2017) e Programa de Reinstalação Voluntária para refugiados vindos do Egito e da Turquia (2018-2019), ambos do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), o Programa de Recolocação *ad hoc* que visa a integração de requerentes de asilo provenientes das ações de solidariedade de resgate dos navios humanitários (a partir de 2018), além de requerentes de asilo espontâneos que continuaram a chegar no país. Os tipos de programas existentes em Portugal incluem:

a) Pedidos Espontâneos

Os pedidos de proteção internacional espontâneos referem-se, segundo o Artigo 13.º da Lei de Asilo (nº27/2008 e alterada pela Lei nº 26/2014), ao estrangeiro e apátrida que entre em território português, por via terrestre, aérea ou marítima (Padilla e Goldberg, 2017), a fim de obter proteção internacional.

No que diz respeito ao processo de solicitação de proteção internacional espontânea em Portugal, que se distingue dos demais mecanismos de acolhimento que serão apresentados a seguir, ao chegar ao país o requerente deve apresentar seu pedido, por escrito ou oralmente, ao SEF ou a qualquer auto-

ridade policial. Nesta sequência, ao receber o pedido, o SEF informa o ACNUR, por meio do Conselho Português para os Refugiados (CPR), sendo que cabe a este o contacto com o solicitante a fim de informar sobre o procedimento e intervenções. O pedido de proteção internacional é registado pelo SEF num período de três dias úteis após a apresentação do mesmo. Além disso, o SEF é o responsável pela avaliação dos pedidos para averiguar se o requerente possui as condições para beneficiar do estatuto de refugiado ou proteção subsidiária. Os requerentes podem permanecer em território português até à decisão sobre a admissibilidade do pedido (Oliveira, 2020).

Neste período, enquanto aguardam a avaliação do seu pedido, os requerentes são encaminhados para o Centro de Acolhimento do CPR, ou no aeroporto, em caso do pedido ter sido feito neste local. Se o pedido for negado, o requerente pode entrar com recurso no prazo de 4 dias. Sendo assim, aqueles que se encontram em decisão de não admissão ou em fase de recurso são apoiados pela Santa Casa de Misericórdia de Lisboa (SCML) (Oliveira, 2020), com um valor monetário para alojamento, alimentação e demais gastos, não sendo permitido aos requerentes trabalhar.

Ao ser admitido o pedido, passa para a fase de instrução do processo (de 6-9 meses), sendo que o requerente recebe uma autorização de residência provisória, válida por um período de 6 meses, mas renovável. Nesta fase, o requerente permanece o primeiro mês no CPR, e é encaminhado de seguida para o Grupo Operativo do Protocolo de Cooperação em Matéria de Apoio a Requerentes e Beneficiários de Proteção Internacional (composto por Instituto de Segurança Social - ISS, SEF, Instituto de Emprego e Formação Profissional - IEFP, SCML, Alto Comissariado para as Migrações - ACM, CPR, Ministério da Saúde - MS, Ministério de Educação - ME, Associação Nacional de Municípios Portugueses - ANMP, Serviço Jesuíta aos Refugiados - JRS), para a definição do plano de acolhimento e integração. Caso os requerentes não sejam autónomos e precisem de apoios sociais, serão encaminhados pelo Grupo Operativo para um Centro Distrital de Segurança Social (Oliveira, 2020).

Após o período de instrução o requerente receberá a concessão do estatuto de refugiado ou proteção subsidiária (com uma autorização de residência de 5 anos, no caso do estatuto de refugiado, e de 3 anos, no caso de proteção subsidiária) ou a recusa do pedido. Neste segundo caso, é permitida a permanência no país por um período de 30 dias, sendo possível proceder a impugnação judicial para tribunais administrativos (Oliveira, 2020). Os beneficiários de proteção internacional que ainda dependam de apoios do Estado são apoiados pelo ISS, num Centro Distrital de Segurança Social de Portugal. Ao final de cinco anos de residência no país, os beneficiários podem requerer a nacionalidade portuguesa (Oliveira, 2020).

b) Reinstalação ACNUR

Segundo o ACM, “A reinstalação consiste na transferência, sob a coordenação do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, de refugiados do seu país de asilo para um país terceiro, tendo este previamente acordado acolhê-los e conceder-lhes um estatuto formal, geralmente o de refugiado com autorização de residência” (ACM, 2017, p. 4). Ou seja, sendo um acordo entre os Estados Membros e ACNUR, o mecanismo de reinstalação tem como objetivo, a partir da admissão de pessoas que

se encontram com estatuto de refugiadas num primeiro país de asilo externo à União Europeia, com necessidade de proteção internacional num Estado Membro, estabelecer alternativas seguras e legais para pessoas em busca de proteção, além de se configurar enquanto uma resposta de solidariedade europeia com os países extracomunitários que recebem um maior número de pessoas em busca de proteção (Oliveira, 2020).

O mecanismo de reinstalação está em vigor em Portugal desde 1983, através do Decreto-Lei nº 415/83, que estabelecia o acolhimento de refugiados reinstalados através do ACNUR. Posteriormente, através da Resolução do Conselho de Ministros nº 110/2007, determinou-se a criação de condições para conceder asilo a uma quota anual de um mínimo de 30 pessoas por ano, através do mecanismo de reinstalação previstos no artigo 27.º da Lei n.º 15/98, de 26 de março. Mais recentemente, a partir de 2015, a Comissão Europeia estabeleceu as bases de um mecanismo de reinstalação europeu, no desenvolvimento de dois programas, criados com apoio financeiro da CE, sendo estes: Acordo EU/Turquia 1x1 e Reinstalação Esquema 50.000 (Oliveira, 2020).

A resposta portuguesa para o acolhimento de refugiados reinstalados foi desenvolvida de 2006 a 2016 pelo CPR, por meio de um protocolo assinado entre a organização e o Estado Português (SEF). Os refugiados reinstalados eram acolhidos inicialmente por cerca de 30 dias no Centro de Acolhimento para Refugiados na Bobadela e em seguida continuavam a ser acompanhados pelo CPR de forma individual, com apoio social, jurídico e laboral (Oliveira, 2020).

A partir de 2016, com os novos compromissos assumidos pela Comissão Europeia, e a disponibilidade de acolher um maior número de reinstalados, face à quota anual de 30 pessoas, Portugal passa a rever o seu programa de acolhimento, não sendo mais uma resposta exclusiva do CPR, mas envolvendo diferentes organizações (Oliveira, 2020), à semelhança da resposta desenvolvida para o programa de recolocação, como será apresentado a seguir.

c) Programa Europeu de Recolocação

Segundo o ACM (2017), *“a recolocação consiste na transferência de requerentes de proteção internacional entre Estados-Membros da União Europeia, como medida de solidariedade entre estes para aliviar os sistemas de asilo mais sobrecarregados. Depende de acordo do Estado-Membro e do refugiado e concede um estatuto formal, geralmente o de refugiado com autorização de residência”* (ACM, 2017, p.4).

Em 2015, em decorrência do elevado fluxo de pessoas a atravessar o Mar Mediterrâneo em busca de proteção na Europa, a Comissão Europeia, com base no ponto 3, do artigo nº 78 do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, criou o programa europeu de recolocação. Dessa forma, o Programa Europeu de Recolocação de refugiados estabeleceu cotas obrigatórias para os 28 Estados Membros para a recolocação de solicitantes de proteção internacional que se encontravam no espaço Schengen, nos países de entrada como Grécia e Itália, almejando promover assim um equilíbrio entre os esforços e responsabilidade de todos os países da União Europeia com os requerentes de proteção

internacional (Comissão Europeia, 2015). Neste contexto, Portugal assumiu o compromisso de receber 2.951 pessoas (Padilla e Goldberg, 2017; Oliveira 2020) ao longo de dois anos.

Sendo assim, o Estado português, que acolhia até então um pequeno número de refugiados provenientes do programa de reinstalação do ACNUR e requerentes espontâneos, atualizou e criou novas políticas de acolhimento, a fim de dar respostas adequadas às necessidades dessa população que chegava ao território português em número superior ao que o país recebia e com novas demandas. O Programa português de acolhimento e integração de refugiados será explicado na próxima secção.

d) Recolocação ad hoc de pessoas provenientes de barcos humanitários

Para além dos programas de recolocação e reinstalação, a partir de 2018, Portugal disponibilizou-se a receber migrantes que foram resgatados na costa italiana e Malta, oriundos de países da África ocidental. A recolocação *ad hoc* segue a mesma lógica de acolhimento dos demais programas destinados a responder aos refugiados provenientes de mecanismos europeus de acolhimento (recolocação e reinstalação), divergindo apenas em termos processuais legais, ou seja, enquanto os refugiados que chegaram a Portugal por meio do programa de reinstalação já possuíam o estatuto de refugiado e os recolocados já tinham o seu processo de solicitação em andamento, os recolocados provenientes dos barcos humanitários devem requerer asilo em Portugal ao chegarem ao país, tal como um refugiado espontâneo, e sem saber qual será a resposta ao seu pedido (Oliveira, 2020).

Segundo dados disponibilizados pelo Governo português, até dezembro de 2020, Portugal já havia recebido 217 migrantes resgatados no Mediterrâneo².

2.1. Programa português de acolhimento e integração de refugiados

Diante das responsabilidades assumidas pelo governo português desde 2015 e as mudanças dos fluxos de requerentes de asilo a chegarem em Portugal, o país deparou-se com a necessidade de rever e redesenhar as políticas vigentes de acolhimento de pessoas refugiadas. Dessa forma, o Estado português, através do Despacho n^o 1041-A/2015, criou o Grupo de Trabalho para a Agenda Europeia para as Migrações (GTAEM) com o objetivo de reorganizar as suas ações e políticas voltadas para a população refugiada e cumprir com os compromissos assumidos em relação aos mecanismos europeus de acolhimento (Oliveira, 2020; Padilla e Goldberg, 2017).

O GTAEM foi constituído com a participação de representantes da Direção-Geral dos Assuntos Europeus/MNE; Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF); Instituto de Segurança Social, I.P (ISS); Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I.P (IEFP); Direção-Geral da Saúde (DGS); Direção-Geral da Educação (DGE); Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU); Alto Comissariado para as Migrações (ACM). O referido Despacho permitiu também a participação, quando necessário, de representantes de autarquias locais e organizações não governamentais, dentre elas a Plataforma de Apoio aos Refugiados (PAR), a Cruz Vermelha Portuguesa (CVP), a União das Mutualidades Portuguesas (UMP), Câmara Muni-

² Vd. <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/comunicacao/noticia?i=dia-internacional-dos-migrantes>

cipal de Lisboa (CML), Conselho Português para os Refugiados e entre outras entidades (OM, 2016; Ribeiro, 2017).

A este grupo coube analisar a capacidade do país para o acolhimento e elaborar um plano de ação para a implementação do programa de recolocação. O plano resultante foi posteriormente adotado de forma ampla como resposta a todos os mecanismos europeus de proteção internacional, ou seja, os programas de recolocação, reinstalação, recolocação *ad hoc* de refugiados seguiram o mesmo modelo de resposta e ação (Oliveira, 2020; Ribeiro, 2017).

O Programa português de acolhimento e integração desenvolvido determinou de entre os seus princípios o acolhimento de refugiados por meio de instituições; de forma descentralizada em diferentes regiões geográficas do país em territórios de média e baixa densidade populacional, através de consórcios com diferentes entidades locais (autarquias e organizações da sociedade civil); com vista à plena integração e autonomia das pessoas refugiadas (ACM, 2017; Costa *et al.*, 2019).

Anteriormente a 2015, a gestão do acolhimento e integração de refugiados estava sobre a responsabilidade do SEF, CPR e ISS. Contudo, a partir de 2015 esta gestão sofreu alterações e, a partir de 2016, o ACM (Alto Comissariado para as Migrações) assumiu pela primeira vez a coordenação e tutela das políticas de acolhimento de refugiados, que estava sob a responsabilidade até então do ACNUR, sendo executada pelo CPR (Padilla e Goldberg, 2019).

Neste sentido, ao SEF coube a responsabilidade da revisão dos processos de pedidos de asilo e ao ACM o acolhimento, integração, sensibilização pública e o *matching* entre o perfil do refugiado recolocado/reinstalado e as instituições de acolhimento em consórcio com o Estado. O SEF e o ACM também ficaram encarregados das questões legais relacionadas a vinda e permanência dos refugiados no país (ACM, 2017; Ribeiro, 2017). O ensino da língua portuguesa e acesso ao mercado de trabalho ficaram a cargo do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), o direito à saúde da Direção Geral de Saúde (DGS) e o direito à educação da Direção Geral do Ensino (DEG). Ao ISS coube o acompanhamento dos programas de acolhimento e o acesso aos benefícios sociais e alojamento (Ribeiro, 2017).

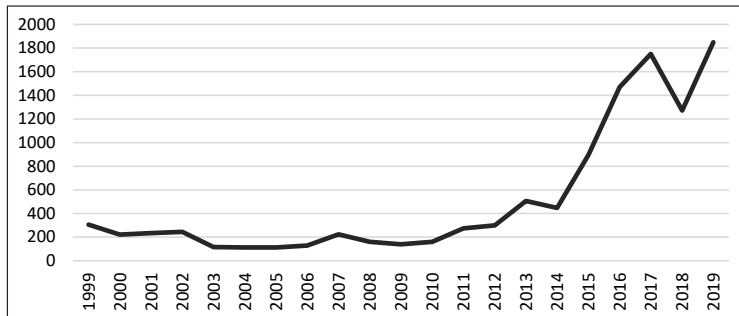
O programa português de acolhimento, destinado aos refugiados recolocados e reinstalados, foi planeado para um período de 18 meses de execução, após os quais existe a expectativa que estejam autónomos economicamente e integrados no país. Ao longo deste período, estão sob a responsabilidade das entidades de acolhimento que funcionam em articulação com o Estado, como por exemplo CPR, PAR, Câmara Municipal de Lisboa, Cruz Vermelha, entre outras, as quais devem garantir acomodação, alimentação, acesso aos direitos básicos como saúde e educação, inserção laboral, aprendizagem da língua portuguesa, entre outros serviços.

2.2. Mulheres refugiadas em Portugal

Como já mencionado, no período de 2015 – 2019 o número de refugiados e requerentes de asilo cresceu consideravelmente e, além do crescimento, evidenciou-se uma diversificação dos fluxos e categorias

de refugiados a chegarem ao país. Num período de dez anos o número de solicitações de refúgio e refugiados em Portugal passou de 307 em 2009, para 1.849 em 2019. No Gráfico 1 o aumento é visível, especialmente o salto experimentado no número de solicitações a partir de 2015, em virtude dos novos compromissos assumidos pelo Estado português no acolhimento de requerentes de asilo e refugiados devido aos mecanismos europeus. No entanto, o número de solicitantes de proteção internacional espontâneos também contribuiu para este crescimento segundo dados do SEF (2019), em 2018 houve um aumento de 21,9% dos pedidos de proteção internacional espontâneos comparados com 2017.

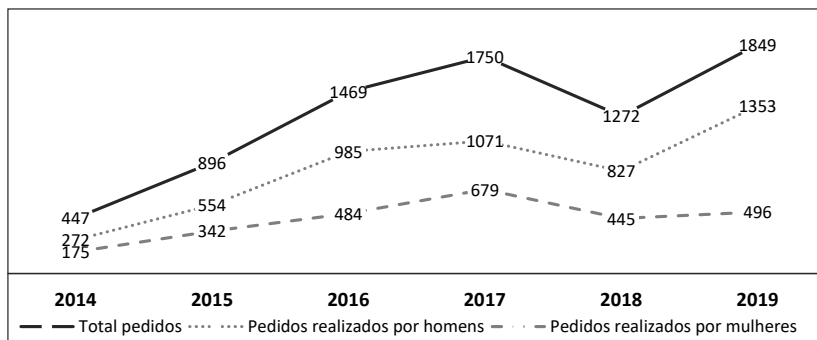
Gráfico 1. Pedidos de proteção internacional em Portugal



Fonte: (SEF, 2014, 2020) - Elaboração própria

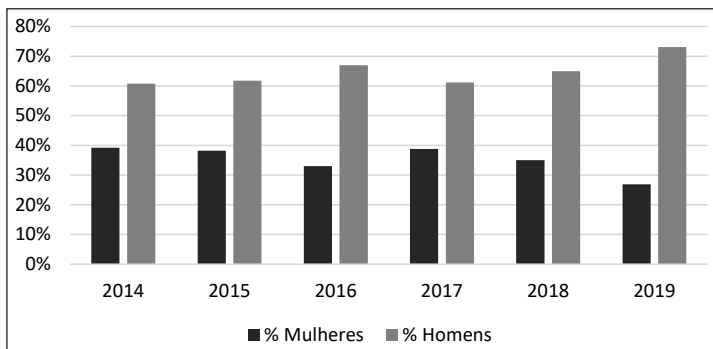
As informações desagregadas por género são escassas nos relatórios estatísticos referentes aos pedidos de proteção internacional. No entanto os dois últimos relatórios do SEF, 2019 e 2020, apresentam informações relativas à faixa etária das mulheres que pediram asilo no país em 2018 e 2019. A maioria delas são jovens entre 19-39 anos, portanto estão em idade ativa, com potencial de contribuição económica no país.

Gráfico 2. Pedidos de Proteção Internacional realizados por sexo em Portugal (2014-2019)



Fonte: (SEF, 2014, 2020) - elaboração própria

Gráfico 3. Pedidos de Proteção Internacional por sexo em Portugal em % (2014-2019)



Fonte: (SEF, 2014, 2020) - elaboração própria

Apesar do crescimento no número de mulheres a solicitarem proteção internacional em Portugal, o número de pedidos realizados por elas é inferior aos dos homens (vd. Gráficos 2 e 3). Porém, observa-se um crescimento das decisões positivas de proteção internacional em Portugal e em todo contexto europeu em relação aos pedidos das mulheres. Em 2018, as mulheres representavam 35% dos pedidos no país e, do número de pedidos total, 40,8% tiveram decisões favoráveis. No ano seguinte, em 2019, 26,9% dos pedidos foram realizados por mulheres e, apesar de ter existido uma diminuição em termos de solicitações, estas passaram a ser 41,2% do total de decisões favoráveis. Segundo concluído por Oliveira (2020), é possível observar uma maior sensibilidade de género às necessidades de proteção específica apresentadas por mulheres, embora este facto possa evidenciar que são percebidas como mais vulneráveis e com menos agência que os homens.

A Lei de Asilo portuguesa (Lei n.º 27/2008, com revisões da Lei n.º 26/2014), no seu artigo 5.º, alínea f, evidencia a proteção internacional para a situação específica de vítimas de perseguição em razão de género. Desta forma, as mulheres que foram vítimas de violações dos seus direitos e perseguições, são enquadradas como vulneráveis e podem requerer esta proteção, embora a perseguição com base no género possa estar vinculada a orientação sexual e identidade de género. No ano de 2019, em Portugal, 4,8% dos pedidos de proteção internacional foram realizados em virtude de perseguições em função do género, totalizando 24 solicitações (num total de 496). Deste total, 9 casos de mutilação genital feminina, 6 casos de casamento forçado, 6 casos de mulheres em situação de vulnerabilidade (por se encontrarem sem marido e direitos) e 3 casos de discriminação por orientação sexual (Oliveira, 2020).

Através destes dados é possível perceber que apesar das mulheres em situação de refúgio chegarem em Portugal em menor número, comparativamente com os homens, existe um aumento progressivo no número de mulheres a solicitarem proteção internacional e a terem os seus pedidos aceites. Isto reforça ainda mais a necessidade de estudar esta população, a qual deveria ser abordada e atendida na sua especificidade, pelo Estado e pelas instituições, através de políticas públicas e ações específicas e direcionadas a

elas (Padilla *et al.*, 2019). Contudo, as políticas públicas não evidenciam esta realidade. O Plano Nacional para o Acolhimento e Integração de Pessoas Refugiadas, desenhado pelo GTAEM e apresentado pelo ACM (2017), destaca as seguintes áreas de intervenção no seu programa de acolhimento: Identificação e proteção adequada de pessoas com necessidade de proteção internacional particularmente vulneráveis; Acesso à habitação; Acesso aos cuidados de saúde; Acesso à educação; Aprendizagem do português; Acesso a formação, reconhecimento, validação e certificação de competências; Acesso à alimentação, Acesso ao mercado de trabalho; Acesso aos serviços da comunidade; Estratégia de comunicação com a sociedade civil; Acesso à informação e ao apoio jurídico; Interpretação/tradução de documentos.

Destaca-se ainda no documento apresentado pelo ACM (2017, p. 12): *“Este Plano de ação teve como principais objetivos a promoção de um acolhimento que restaurasse a segurança, controlo e independência social, económica e cultural das pessoas refugiadas, satisfazendo as suas necessidades básicas, assim como, facilitar a comunicação e promover a integração na sociedade de acolhimento”*. Nota-se, porém, que na construção do Plano de Acolhimento e Integração de refugiados, as políticas e ações se caracterizam como neutras e, dessa forma, cegas ao género.

A nível municipal, a Câmara Municipal de Lisboa, sendo uma das entidades em consórcio com o Estado para o acolhimento de refugiados, desenvolveu o Programa Municipal de Acolhimento de Refugiados na Cidade de Lisboa (PMAR LX). O PMAR LX foi desenhado a partir de três etapas: Acolhimento, Acompanhamento, Integração. No entanto, no seu programa esquemático de desenvolvimento, o programa faz referência de forma bastante difusa às questões de género, apenas na primeira fase do programa, no que se refere a prestação de cuidados primários, tendo como subitem: *facilitação de espaços de socialização (com especial atenção a especificidades culturais, género e idade³)*. Porém, ainda que esta referência evidencie uma sensibilidade ao género, não se mostra clara na relação com os cuidados primários e nem suficiente, uma vez que se restringe à área da saúde, vinculada apenas à socialização, além de que não se configura em ações concretas e as demais fases do programa não contemplam esta dimensão. Dessa forma, observa-se um silêncio em relação às questões de género a nível nacional e municipal das políticas.

No entanto, diferentemente dos planos e programas desenvolvidos pelo Estado e pelo município de Lisboa, a sociedade civil portuguesa revela em algumas das suas ações e projetos um olhar mais atento ao impacto das diferenças de género na experiência de refúgio. Assim, podem observar-se projetos e iniciativas direcionadas exclusivamente às mulheres refugiadas, como é o caso da Iniciativa de Empoderamento das Mulheres em Situação de Refúgio em Portugal, do Fórum Refúgio e da organização Lisbon Project, que desenvolvem ações e atividades específicas para e com as mulheres refugiadas. Além disso, projetos como o restaurante Mezze, da Associação Pão a Pão, e Amal Soap, são empreendimentos que têm como principal objetivo auxiliar a integração de mulheres refugiadas por meio de oportunidades de emprego e valorização cultural. Apesar dessas iniciativas serem pioneiras e importantes no que diz respeito à integração e incorporação de mulheres refugiadas em Portugal, ao mesmo tempo podem vir a reforçar estereótipos dos papéis tradicionais de género, uma vez que as mulheres estão ligadas a culinária e estética, respetivamente, embora seja um papel não criticado por elas.

3 Vd. <https://www.am-lisboa.pt/documentos/1444307049B9bHL8dw2Fm66PP9.pdf>

CAPÍTULO 2.

METODOLOGIA

O presente projeto assenta numa metodologia de carácter qualitativo e de investigação ação. A partir da combinação da análise teórica e prática, com o objetivo de compreender as experiências das mulheres refugiadas em Portugal, buscou-se desenvolver e produzir evidências para a elaboração de recomendações para políticas públicas, criação de alianças comunitárias e o desenvolvimento de ações que fossem de encontro aos interesses e necessidades do grupo-alvo.

A metodologia qualitativa envolveu: a) Construção de biografias/trajetórias de vida e de refúgio; i) Entrevistas em profundidade com mulheres refugiadas; ii) Observação participante; b) Investigação ação e participativa através de i) incorporação de investigadora comunitária e tradutoras comunitárias; ii) construção de aliança comunitária (entidades da sociedade civil e investigadores/as – grupos de discussão); iii) intervenções e ações empoderadoras (Grupo de discussão com mulheres refugiadas); c) Mapeamento dos programas e ações de acolhimento e integração levado a cabo por entidades governamentais e sociedade civil, com uma perspetiva de género; i) Entrevistas com técnicos das organizações e informantes chave; ii) Inquérito *online*.

Para tal, o trabalho de campo foi realizado com mulheres em situação de refúgio na Área Metropolitana de Lisboa, acolhidas em Portugal através dos Programas de Recolocação, Reinstalação, Recolocação ad hoc (navios humanitários), espontâneas, além de entidades que atendem/trabalham com/para os refugiados e refugiadas em Portugal.

O projeto original era destinado apenas mulheres sírias acolhidas em Portugal através do programa português de recolocação. Contudo, devido aos cortes orçamentários do financiador, o projeto foi reorganizado. Optou-se por uma limitação geográfica à Área Metropolitana de Lisboa e por um alargamento da população a ser estudada, ou seja, mulheres refugiadas acolhidas em Portugal por meio dos Programas europeu de acolhimento (Reinstalação, Recolocação e Recolocação ad hoc) e solicitações espontâneas. Em contrapartida, através do inquérito *online*, foi possível analisar as ações de entidades em diferentes cidades do país.

1. CONSTRUÇÃO DE BIOGRAFIAS/TRAJETÓRIAS DE VIDA E DE REFÚGIO

1.1. Entrevista com as mulheres refugiadas

Um total de 17 entrevistas em profundidade foram realizadas com mulheres refugiadas e requerentes de asilo. Destas, nove foram realizadas pela investigadora comunitária, quatro foram desenvolvidas pela equipa com a intermediação das tradutoras comunitárias, três foram feitas em inglês e uma foi realizada completamente em português. As entrevistas foram realizadas entre agosto de 2019 a fevereiro de 2020.

O recrutamento e acesso às participantes foi realizado utilizando diferentes pontos de entrada, pelo que a amostragem combinou o sistema de seleção de amostra propositada e bola de neve. Por um lado, várias entrevistadas foram selecionadas a partir da rede de contactos da investigadora comunitária, especialmente as provenientes de Síria; ainda algumas outras foram sugeridas por algumas das organizações da sociedade civil que colaboraram com o projeto e, finalmente, algumas foram identificadas na realização do trabalho de campo, o qual envolveu voluntariado e acompanhamento de proximidade em colaboração com alguns projetos comunitários. Uma vez identificadas, as mulheres foram contactadas e informadas sobre o estudo, e aquelas que se mostraram interessadas, foram entrevistadas. As entrevistas foram realizadas em espaços escolhidos pelas próprias entrevistadas, como cafés, salas facilitadas pelas organizações da sociedade civil, ou nas suas próprias casas, devido a que várias levantaram dificuldades de mobilidade, cuidado dos filhos ou responsabilidades domésticas. No início de cada entrevista, as inquiridas foram informadas novamente e em detalhe sobre os objetivos do projeto, deram o consentimento informado oral e concordaram com a gravação em áudio; foram ainda informadas da possibilidade de interromper a entrevista a qualquer momento ou desistir da sua participação se assim o desejassem. As entrevistas semiestruturadas foram organizadas em três grandes momentos das suas vidas e trajetórias, de modo a perceber o presente em conexão com o passado. Estes momentos foram: vida no país de origem; trajetória migratória ou de mobilidade e trânsito; e chegada e integração no país de acolhimento. O Guião de entrevista (Anexo I) foi composto por uma ficha de caracterização sociodemográfica da entrevistada e 53 perguntas abertas. As entrevistas foram realizadas na língua de preferência das mulheres refugiadas, sempre e quando possível, nomeadamente em árabe no caso das refugiadas sírias e iraquianas, mas também em francês, somali, inglês. Uma das entrevistas foi realizada em português sem necessidade de intermediação. Posteriormente todas as entrevistas foram transcritas e traduzidas para o português.

No seu todo, o perfil das entrevistadas resultou diversificado, incluindo mulheres dos seguintes países: ex-Jugoslávia, Camarões, Guiné-Conacri, Quênia, Somália, Síria e Iraque; a faixa etária variou entre os 21 – 49 anos, predominando a faixa dos 32-34 anos. A tabela abaixo apresenta um resumo esquemático do perfil das participantes; os nomes apresentados são fictícios para assegurar o anonimato e confidencialidade das entrevistadas (Tabela 2).

No desenvolvimento do trabalho de campo, a equipa foi confrontada com vários desafios. Por um lado, o recrutamento e acesso às mulheres refugiadas foi mais complexo do que o previsto devido a vários fatores. Algumas mulheres não tiveram interesse ou disponibilidade para participar e partilhar as suas vivências devido à delicadeza do tema, a desconfiança, ou também ao fato de algumas delas já terem sido entrevistadas por jornalistas e terem ficado desiludidas por as suas histórias não terem tido a repercussão esperada; a diferença entre investigadoras e jornalistas para muitas delas não é evidente. Além disso, a barreira linguística foi agravada pela escassez de tradutoras falantes da língua do país de origem das refugiadas e/ou português/inglês para se comunicar com a equipa. No próprio recrutamento houve *gate-keeping* por parte de algumas instituições, que não permitiram acesso às mulheres refugiadas que apoiavam, não permitindo a divulgação do projeto.

Tabela 2. Entrevistas com as mulheres refugiadas

Nome	Idade	País de origem	Estado civil	Nº de Filhos	Programa	Ano de chegada em Portugal
Maria	32	Síria	Casada	1	Recolocação	2016
Marah	35	Síria	Casada	3	Recolocação	2016
Sara	38	Síria	Viúva	3	Recolocação	2017
Mari	28	Síria	Casada	3	Recolocação	2016
Iman	38	Síria	Divorciada	2	Recolocação	2016
Yara	29	Iraque	Casada	1	Recolocação	2016
Amal	44	Síria	Casada	4	Recolocação	*
Krista	49	Jugoslávia	Divorciada	2	Migrante	1999
Rita	39	Síria	Casada	2	Reinstalada	2019
Amena	33	Síria	Casada	3	Recolocação	2017
Maria L	34	Síria	Casada	2	Reinstalada	2018
Janaina	34	Camarões	Solteira	0	Espontânea	2019
Ana	33	Quênia	Solteira	4	Espontânea	2011
Vanda	31	Guiné-Conacri	Casada	1	Espontânea	2010
Samira	32	Iraque	Solteira	0	Reinstalada	2019
lasra	21	Somália	Divorciada	1	Recolocação ad hoc	2019
S*	*	Somália	*	*	Recolocação ad hoc	*

Fonte: Elaboração própria. 17 entrevistas – Síria (9), Iraque (2), Somália (2), Camarões (1), Quênia (1), Guiné-Conacri (1), ex-Jugoslávia (1). Nota: Os dados destacados com um * correspondem a informações não referidas pelas entrevistadas.

2. INVESTIGAÇÃO AÇÃO E PARTICIPATIVA

2.1. Investigadora Comunitária e tradutoras comunitárias

Padilla e Rodrigues (2017) destacam que a diversidade existente nas sociedades configura-se de igual forma num desafio aos serviços públicos em atender diferentes populações, assim como à investigação. Neste sentido, as autoras propõem uma metodologia de pesquisa-ação, integrando pesquisadores comunitários como membros da equipa, na expectativa de uma compreensão mais aprofundada dos dados obtidos, assim como uma maior abertura e entendimento da temática. Segundo as autoras, o investigador comunitário possui uma compreensão detalhada da comunidade particular que se procura estudar, e possui a capacidade de alcançar e compreender as diversidades e singularidades culturais, religiosas, socioeconómicas, entre outras, trazendo contributos profundos para a pesquisa. Além disso, o envolvimento de membros da própria comunidade nas pesquisas traz novas dimensões e perspetivas

na própria análise, além de aportar um conhecimento privilegiado sobre a vida social da comunidade e rede de contactos significativos (Goodson e Phillimore, 2010). Nesta perspetiva, cria-se um empoderamento por parte dos membros da comunidade diante da pesquisa, gerando crescimento em diferentes âmbitos académicos e sociais.

Dessa forma, e com o intuito de compreender de forma mais aprofundada a realidade em estudo e ao mesmo tempo criar um espaço de aprendizagem, advocacia e empoderamento na comunidade em estudo, o desenho metodológico inicial do projeto envolveu a contratação de uma investigadora comunitária permanente no projeto. Contudo, a incorporação da investigadora comunitária foi também um desafio, e não foi possível contar com ela ao longo do projeto. A investigadora comunitária falava árabe e curdo, e realizou 9 entrevistas a mulheres sírias e iraquianas. Além do seu papel como entrevistadora, o seu conhecimento foi incorporado em outras instâncias. Por exemplo, depois da realização de cada entrevista, a equipa manteve reuniões de seguimento e *brainstorming*, para acompanhar de perto tanto o avance das mesmas como para perceber melhor as diferenças culturais que podiam surgir no entendimento e na contextualização, evitando assim interpretações imprecisas e enviesadas. Ainda, a incorporação da investigadora comunitária, através de seu conhecimento aprofundado, auxiliou o projeto no desenvolvimento e elaboração do guião de entrevista, com sugestões pertinentes sobre temáticas, adaptação de perguntas, linguagens e ações.

Contudo, não foi possível incorporar investigadoras comunitárias para todas as nacionalidades das refugiadas, pelo que recorremos também a tradutoras comunitárias e/ou tradutoras voluntárias, que realizaram a interpretação e intermediação durante a realização das entrevistas. Se bem que esta estratégia tenha limitado a fluidez do encontro, por outro lado permitiu que tivéssemos acesso às experiências de outras mulheres, o que foi enriquecedor e contribuiu a diversidade da amostra. Deste modo, nove entrevistas foram realizadas pela investigadora comunitária e quatro entrevistas foram realizadas pelas demais investigadoras do projeto com auxílio de tradutoras comunitárias, em árabe, somali e francês, ou seja, treze entrevistas utilizaram este recurso. Ainda, uma das entrevistadas falava português fluentemente e outras três falavam inglês, de maneira que as entrevistas realizaram-se nestas línguas pela equipa do projeto, sem necessidade de tradução (ver Tabela 3).

Tabela 3. Desenvolvimento das entrevistas (investigadora e idioma)

Investigadora	Número de entrevistas	Idioma da entrevista
Investigadora Comunitária	9	Árabe e Curdo
Tradutoras Comunitárias	4	Francês, Somali, Árabe
Investigadoras	4	Português e Inglês

Fonte: elaboração própria.

No entanto, houve uma série de barreiras para incorporar a investigadora comunitária no projeto. Por um lado, as universidades e centros de investigação são estruturas burocráticas que têm requisitos de contratação específicos para o pessoal de investigação, os quais pressupõem que quem investiga

deve possuir formação a nível universitário ou estar em formação (estudantes de alguns dos ciclos de estudo); na realidade, estes requisitos não são realistas para a realidade em causa e foram impossíveis de cumprir, devido a que as populações refugiadas não se encontram no ensino superior em Portugal, e dos poucos estudantes a frequentar cursos, a maioria são homens, sendo que pela própria natureza do projeto era contrária a contratação dum tradutor do sexo masculino. Por outro lado, existiram também entraves burocráticos relacionados com as regras dos fundos FAMI, as legislações laboral e impositiva, que não facilitam a contratação de refugiadas num regime de trabalho parcial. Por exemplo, a proibição do trabalho a tempo parcial a pessoas que recebem algum benefício dos programas de integração, mesmo que esses apoios sejam escassos, impediu que algumas das poucas mulheres disponíveis para colaborar no projeto fossem contratadas. Esta regra também prejudica as organizações da sociedade civil quando tentam contratar as refugiadas ou imigrantes.

Além dos desafios burocráticos na contratação da investigadora e tradutoras, também houve desafios no que se refere à comunicação com a própria investigadora comunitária, tanto a nível linguístico, por se tratar de uma pessoa que estava a aprender português e em alguns momentos a comunicação não foi tão fluida, como na interpretação das tarefas, prazos e outras questões relativas ao trabalho científico em equipa. Além disso, apesar da investigadora comunitária ser uma *insider* no contexto de refúgio, ela própria encontrou desafios no desenvolvimento das entrevistas em virtude da sua idade, mais jovem que as entrevistadas, pela sua própria religião e por não usar o véu, o que em alguns casos gerou uma resistência e/ou questionamentos por parte das interlocutoras. Também algumas decidiram não partilhar algumas das experiências mais traumáticas ou mostraram algum receio, como normalmente acontece em questões de refúgio. Ainda assim, é importante referir o papel fundamental da incorporação desta metodologia no projeto.

2.2. Construção de aliança comunitária com entidades da sociedade civil

O fomento de alianças comunitárias teve como objetivo a sustentabilidade do projeto através da construção de uma rede de contactos para a troca de experiências e possibilidade do trabalho conjunto entre as organizações. Assim, recorreu-se a uma metodologia de grupos de discussão com diferentes públicos-alvo: entidades da sociedade civil que atendem refugiados; investigadores que desenvolvem investigação com pessoas refugiadas e com mulheres refugiadas.

2.2.1. Grupo de Discussão com Entidades/instituições da sociedade civil que trabalham com refugiados

Para a organização do Grupo de discussão com entidades, estas foram informadas sobre a atividade durante as entrevistas realizadas com técnicos e informantes chave (ponto 3.1) e, em seguida, convidadas formalmente através de e-mail convite. O grupo de discussão com entidades aconteceu no dia 22/07/19, e optou-se por um local acolhedor e que permitisse uma partilha em círculo. Para tal, estabeleceu-se uma parceria com a Fundação ComParte – uma organização que trabalha com refugiados – para a realização da atividade na sua sede em Lisboa. Ao todo foram convidadas quinze

organizações e destas seis confirmaram a presença. A atividade contou com a presença de três organizações, sendo uma entidade de acompanhamento da integração de refugiados, uma associação/negócio social e uma fundação voltada a integração. Ao todo estiveram presentes seis pessoas, além da equipa do projeto.

O Grupo de discussão tinha como principal objetivo ser um espaço de debate e reflexão acerca dos principais desafios enfrentados pelas entidades no desenvolvimento dos seus trabalhos e as estratégias utilizadas para superar tais desafios, baseando-se em dois pontos principais:

- Barreiras e Desafios enfrentados no trabalho com refugiados. E os desafios enfrentados em uma perspetiva de género.
- Estratégias para superar as barreiras e desafios apontados, considerando uma perspetiva de género.

Além disso, para dinamizar a discussão foi desenvolvido um guião com perguntas, dinâmicas e atividades (Anexo II). Ao todo o encontro durou mais do que 3 horas e foi gravado, após consentimento verbal de todos os presentes. De seguida, a atividade foi transcrita e organizada como relatório de acordo com os temas discutidos.

2.2.2. Grupo de Discussão com investigadores que trabalham sobre a temática

O Grupo de discussão com investigadores foi organizado em diferentes etapas. Após a divulgação inicial do evento, para garantir que os participantes correspondiam ao perfil que procurávamos, seguiu-se uma pequena seleção com base na experiência prévia em projetos de investigação sobre a temática do refúgio em Portugal (Anexo III). No total, 10 investigadores/investigadoras foram convidados a participar do evento. Esta atividade possibilitou um mapeamento dos projetos de investigação e investigadores com foco em pessoas refugiadas.

O Grupo de Discussão com investigadores aconteceu no dia 03/09/19 na sede do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL) e contou com a presença de 12 investigadores, sendo que para além dos 10 convidados, duas pessoas compareceram por meio da divulgação do evento nas redes sociais, além da equipa do projeto. Dentre os temas abordados, a discussão focou-se nas seguintes perguntas (Anexo VII):

- Quais foram os desafios e dificuldades vivenciados no trabalho de campo com refugiados/as? Quais as estratégias utilizadas para resolver?
- Dada a diversidade de experiências e âmbitos de investigação, quais as dificuldades no acolhimento e integração de refugiados em Portugal?
- O que, como académicos engajados, podemos fazer para criar/reforçar estas alianças? Qual o nosso papel?

A sessão, de mais de 2 horas de duração, foi gravada após consentimento oral dos participantes e de seguida transcrita em forma de relatório.

2.2.3. Grupo de Discussão com mulheres refugiadas

O Grupo de discussão com mulheres refugiadas foi desenvolvido em parceria com a organização Lis-

bon Project – organização sem fins lucrativos que visa proteger e integrar migrantes e refugiados que moram em Lisboa –, que desenvolve atividades semanais para mulheres migrantes e refugiadas em Lisboa. Tais atividades estão relacionadas com grupos de convívio, workshops, almoços comunitários, entre outros. A entidade cedeu um espaço durante um dos seus encontros para o desenvolvimento do grupo de discussão. Este grupo teve por objetivo compreender a perspetiva e interesses das mulheres refugiadas em diferentes áreas, a fim de desenvolver ações empoderadoras que contribuíssem para sua integração e autonomia.

As mulheres foram convidadas através da rede de contactos da organização. O Grupo de discussão aconteceu no dia 10/11/19 e contou com a presença de 8 mulheres de nacionalidades marroquina, iraquiana e síria, após um almoço comunitário realizada mensalmente pelo Lisbon Project, no qual as mulheres levaram comidas típicas de seus países. A atividade foi desenvolvida em português e inglês e a discussão girou em torno de ações e atividades que as mulheres consideravam relevantes de serem desenvolvidas para elas. Após o grupo de discussão, foi elaborado um relatório com as temáticas conversadas.

2.3. Observação participante

Como parte da metodologia de participação ação e etnografia desenvolvida pelo projeto, uma das investigadoras realizou a observação participante de atividades semanais destinadas a mulheres migrantes e refugiadas numa ONG em Lisboa. Sendo uma organização na qual a investigadora já voluntariava anteriormente, esta reuniu-se com a coordenação da ONG, apresentou o projeto e solicitou o acompanhamento das atividades, o qual foi permitido. A observação participante foi desenvolvida no período de junho de 2019 a janeiro de 2021. As atividades desenvolvidas pela organização consistem em encontros semanais, com ações diversas como: Almoços, workshops de computação, costura, atividades manuais, fotografia, passeios por Lisboa, entre outros. Tendencialmente os encontros contaram com a presença de 4 a 8 mulheres, de diferentes nacionalidades como: Marrocos, Síria, Iraque, Sudão, Nepal, Eritreia.

Devido à pandemia Covid-19, foram desenvolvidas atividades *online* por meio de videochamadas com o objetivo de conversar com as mulheres sobre as suas rotinas e dia a dia. As atividades voltaram a ser presenciais em julho de 2020, mudando o formato para ações em locais externos, como passeios, *picnics*, e passaram a ser a cada quinze dias, com uma menor adesão das participantes. Em fevereiro de 2021 as atividades voltaram a ser *online*, com encontros semanais. A observação participante destacou-se enquanto uma metodologia de suma importância para o projeto, por um lado por possibilitar o contacto direto com mulheres refugiadas, a construção de relacionamentos e a inserção em campo. e, por outro, pela possibilidade de conhecer e participar de uma organização da sociedade civil atuante no trabalho com pessoas refugiadas, acompanhar e contribuir para as suas ações.

2.4. Fórum Comunitário

O Fórum Comunitário: Mulheres refugiadas em Portugal foi desenvolvido na fase final do projeto. Devido à pandemia Covid-19, o evento realizou-se em formato *online*, pela plataforma *Zoom*, no dia

12/02/2021. Consistiu em três sessões distintas: apresentação e debate dos resultados preliminares do projeto e apresentações da experiência de seis entidades que atendem mulheres refugiadas em Portugal; grupos de discussão organizados em torno de temas específicos; sessão de feedback dos grupos de discussão e encerramento do evento (Anexo V). Além da apresentação dos resultados do projeto, o Fórum tinha como objetivo fortalecer as alianças comunitárias criadas na fase anterior. O Fórum foi planeado como um espaço democrático para discussão sobre experiências no trabalho com pessoas refugiadas em Portugal, propondo um espaço para ouvir as perspectivas e experiências de seis organizações, além do desenvolvimento de grupos de discussão com entidades, investigadores, ativistas e mulheres refugiadas que desenvolvem ações no terreno, com os seguintes temas:

- Maternidade e mudança nos papéis de género;
- Saúde e Educação;
- Mercado de trabalho e Habitação;
- Pandemia Covid-19 e mulheres refugiadas;
- Colaboração entre entidades da sociedade civil e governamentais: Desafios e oportunidades.

Ao todo, cerca de 90 pessoas participaram do evento, que se configurou como a Conferência Final do projeto.

2.5. Intervenções e ações empoderadoras

As intervenções e ações empoderadoras para as mulheres refugiadas foram planeadas como parte da metodologia de investigação-ação do projeto, e seguiriam um formato de workshops de capacitação e treinamento em áreas de interesse identificadas por elas. No entanto, em virtude da pandemia Covid-19 o trabalho de campo presencial foi amplamente afetado, assim como as possíveis intervenções e ações empoderadoras. Com a impossibilidade de encontros presenciais e os desafios para a organização de eventos *online* com os obstáculos tecnológicos e comunicacionais enfrentados pelas mulheres refugiadas, esta ação foi cancelada.

Contudo, foram desenvolvidas duas reuniões (*online*) com organizações da sociedade civil, com vista a colaborar com o trabalho desenvolvido com mulheres refugiadas. Dentre estas reuniões, a primeira visou perceber as necessidades das mulheres atendidas e a segunda focou-se em auxiliar a organização, por meio dos resultados obtidos ao longo do projeto, a refletir sobre como desenvolver e possibilitar um maior engajamento das mulheres atendidas nas suas ações e atividades. Ainda que esta ação não possa ser configurada enquanto empoderadora diretamente das mulheres refugiadas, poderá vir a refletir-se em ações destinadas a elas com este fim.

3. MAPEAMENTO DOS PROGRAMAS E AÇÕES DE ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO LEVADO A CABO POR ENTIDADES GOVERNAMENTAIS E SOCIEDADE CIVIL

O projeto desenvolveu um mapeamento dos programas e ações de acolhimento e integração com uma perspectiva de género realizados por diferentes entidades internacionais, governamentais e da

sociedade civil. O trabalho de campo envolveu duas fases. Em um primeiro momento foram realizadas entrevistas com os técnicos das entidades envolvidas e informantes chave. Num segundo momento, foi elaborado um inquérito *online*, o qual foi preenchido por entidades que servem ou lidam com refugiados em Lisboa e outras regiões de Portugal.

3.1. Entrevistas com técnicos das organizações e informantes chaves

As entrevistas com os técnicos das organizações e informantes chave foram realizadas de junho de 2019 a janeiro de 2021, com o propósito de conhecer e compreender a atuação de cada entidade, identificar as principais dificuldades no trabalho de campo e as percepções acerca das políticas e programas de acolhimento e integração em Portugal. As organizações foram contactadas por e-mail, com a apresentação do projeto e solicitação de reunião. Ao todo foram realizadas 21 reuniões/entrevistas, com 20 entidades, entrevistando um total de 30 técnicos e informantes chave; com a Associação de Refugiados em Portugal realizou-se duas reuniões, conforme Tabela 4.

Tabela 4. Entrevistas com técnicos e informantes-chave

Tipo de Entidades	Nº de Entrevistas
Entidades de acolhimento	5
Sociedade civil	5
Internacionais	2
Associação de refugiados, Iniciativas de refugiados	3
Câmara Municipal	2
Órgãos Estatais	4
Total	21

Fonte: elaboração própria

As entrevistas foram realizadas em diversos locais, quer nas próprias organizações, em salas do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL) e *online*, conforme preferência de cada entidade e dependendo do momento de realização (desde o início da pandemia todas as reuniões presenciais foram suspensas). Após cada reunião foi elaborado um relatório com os temas abordados ao longo das entrevistas.

3.2. Inquérito *online*

O mapeamento dos programas e ações de acolhimento e integração foi realizado através dum inquérito *online*, o qual procurou compilar informações sobre a atuação das entidades que atendem ou servem refugiados em Portugal. O inquérito (Anexo VI) foi divulgado através de lista de e-mail de entidades entrevistadas e grupos de e-mails relacionados com migrações entre novembro de 2019 a fevereiro de 2020. O formulário foi composto por dezoito perguntas, relacionadas com o estatuto legal da organização, projetos e atividades desenvolvidas, público atendido (número e nacionalidade), ações

específicas para mulheres e crianças, desafios e estratégias no atendimento de refugiados e o trabalho com organizações parceiras.

Ao todo, o inquérito recebeu 14 respostas válidas de entidades da sociedade civil, mais especificamente, Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD), Fundações, Empresas, Instituições religiosas de cidades como Lisboa, Loures, Viseu, Matosinhos, Coimbra e Rio de Mouro. Apesar da limitação orçamental e impossibilidade de mapeamento *in loco*, o inquérito *online* possibilitou desta forma uma visão mais abrangente das entidades que atendem refugiados no país, e a abrangência da população atendida, os desafios enfrentados, estratégias criadas e o trabalho desenvolvido por tais organizações em parceria com outras entidades.

3.3. Mapeamento de projetos de investigação com/sobre pessoas refugiadas

Conforme exposto anteriormente, para a realização do Grupo de Discussão com investigadores optou-se por enviar aos investigadores interessados na sessão (28 inscritos) o preenchimento de uma Ficha de Inscrição (Anexo III). Nesse sentido foram recebidas 19 fichas de inscrição, as quais foram selecionadas para a participação no evento. A partir destas respostas foi possível realizar um mapeamento dos projetos de investigação e investigadores que estão a desenvolver trabalhos na academia com foco em pessoas refugiadas.

4. METODOLOGIA DA ANÁLISE DOS DADOS

A análise do material e dados recolhidos dividiu-se em duas áreas: Experiência de mulheres refugiadas e políticas e programas destinados a pessoas refugiadas.

A análise das experiências das mulheres privilegiou as narrativas das mulheres refugiadas, tendo como ponto de partida dados das transcrições das entrevistas, as quais foram também codificadas. Por meio destes dados, foi desenvolvida uma análise indutiva, baseada na Teoria Fundamentada (*Grounded Theory*), com vista a possibilitar identificar, desenvolver e relacionar conceitos, com o objetivo de elaborar uma construção teórica de maior compreensão deste contexto social (Cassiani *et al.*, 1996), sendo assim possível definir os temas e áreas para análise. Foram então identificadas seis dimensões de análise relevantes nas experiências das mulheres em situação de refúgio: a) rotina no país de origem, b) trajetória de refúgio, c) rotina em Portugal, d) papel da mulher (país de origem e Portugal), e) a relação com o trabalho e f) mudanças vivenciadas nesse processo. A partir destas dimensões, e devido ao peso de temáticas salientadas por elas, foram criadas nove categorias de análise: Trajetória; Acolhimento em Portugal; Comunicação; Mercado de trabalho; Organização do acolhimento; Experiência em Portugal; Maternidade; Futuro; Mudança nos papéis sociais e identidade. Estas categorias permitiram desenhar as trajetórias das entrevistadas e compreender os desafios vivenciados, além das mudanças e negociações das identidades e papéis de género experimentados a partir dos seus relatos sobre os seus percursos e no encontro com o país de acolhimento.

No que se refere ao mapeamento de políticas, programas e ações para pessoas refugiadas, foram utilizadas as entrevistas com os técnicos das organizações e informantes chave, grupos de discussão e inquérito *online*. Além de identificar as entidades existentes, procurou-se também analisar os tipos de serviços prestados, os principais desafios vivenciados e as estratégias adotadas pelas entidades para enfrentar estes desafios, considerando os seguintes aspetos: comunicação, governança, mercado de trabalho, educação, monitorização e envolvimento das pessoas refugiadas.

CAPÍTULO 3.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A realização do trabalho de campo permitiu uma melhor compreensão, ainda que com base a uma amostra limitada, das trajetórias e vivências de mulheres em busca de refúgio em Portugal. Dentre as temáticas identificadas, destacamos: a) os desafios relacionados com a Trajetória de refúgio; b) Acolhimento em Portugal; c) Comunicação; d) Entrada no mercado de trabalho; e) Relação com a organização de acolhimento; f) Maternidade; g) Perspetivas para o futuro; h) Mudança nos papéis sociais e identidades. Neste sentido, evidenciou-se a necessidade de uma negociação de identidades, além de ações destacadas pelas entrevistadas como significativas para um melhor acolhimento em Portugal.

Em conjunto, nas entrevistas e grupos de discussão com as entidades estatais e sociedade civil, foi possível analisar os desafios e obstáculos enfrentados na efetivação das políticas de acolhimento, além das estratégias desenvolvidas para a solução dos mesmos. Evidenciou-se a “des”governança no acolhimento e integração de refugiados no país e o papel de cada setor (estatal e sociedade civil) no desenvolvimento das políticas. Outro aspeto relevante no trabalho de campo diz respeito à sensibilidade de género presente, ou não, no desenvolvimento de projetos e ações por parte das entidades de acolhimento.

As entrevistas com mulheres em situação de refúgio evidenciaram diferentes trajetórias desde a motivação para deixar o seu país, percursos e acolhimento em Portugal de acordo com o contexto de origem, nacionalidade e realidade pessoal de cada entrevistada.

Dentre as mulheres entrevistadas, oito chegaram a Portugal através do programa de recolocação. A nacionalidade deste grupo é de sírias e iraquianas e na sua maioria a trajetória de refúgio durou de 7 meses a 3 anos, passando por países como Síria, Turquia, Grécia e Portugal. Tendencialmente o trajeto da Síria até a Turquia foi realizado por caminhos ilegais, e de barco até a Grécia, onde foram apresentadas ao programa de recolocação e então viajaram de avião até Portugal. Destaca-se nesse sentido a experiência de Mari (Anexo VII).

Mari, 28 anos

Mari, síria, 28 anos, chegou a Portugal por meio do programa de Recolocação. A sua trajetória em busca de refúgio passou por três países, até chegar em Portugal. O trajeto foi realizado com o marido e filhos. A guerra na Síria foi o que motivou o marido de Mari a decidir sair do país em busca de segurança. Devido à guerra e aos bombardeamentos, o marido estava sem trabalho. A família seguiu então em direção à Turquia, onde o marido de Mari trabalhou por um período, mas a renda era muito alta e enfrentaram discriminação por serem sírios num novo país, o que gerou desafios para que ele recebesse os seus ordenados. Adicionalmente, o marido de Mari tinha outra família, a qual também enfrentou desafios em terra estrangeira, pelo que decidiram sair da Tur-

quia. Nesta ocasião Mari estava grávida e após a sua filha nascer fizeram o percurso de barco até à Grécia. Durante o percurso, o barco em que estavam, que tinha capacidade para 45 pessoas, mas estava sobrecarregado com 64, foi interceptado por soldados turcos e todos foram presos. Após o período na prisão, a família de Mari voltou a fazer o percurso em direção à Grécia, sendo o seu barco resgatado por soldados gregos. Em seguida, a família foi direcionada para um campo de refugiados. Mari, que estava grávida novamente, passou muita dificuldade neste processo e, através de uma senhora, foram direcionados a um hotel com outros refugiados, onde ficaram três meses. Uma ONG que estava neste hotel conversou com Mari e a sua família sobre Portugal. A família participou de muitas reuniões, e foram apresentados a vários vídeos sobre o país. Em seguida foram a Atenas, onde selecionaram oito países para os quais poderiam ser recolocados. Portugal não estava na sua lista, no entanto foi o país em que foram acolhidos.

No que diz respeito às mulheres que foram acolhidas em Portugal através do programa de reinstalação, as nacionalidades também variam entre sírias e iraquianas, contudo o percurso realizado é diferente. Três das mulheres entrevistadas estão reinstaladas em Portugal. Os seus percursos destacam as trajetórias Síria – Egito – Portugal e Iraque – Turquia – Portugal. Cabe destacar que, neste caso, elas já foram acolhidas em Portugal com o estatuto de refugiadas, pois tiveram um primeiro país de acolhimento, sendo este o Egito ou a Turquia. O período desde a saída do país de origem até à chegada a Portugal é maior do que as recolocadas, pois permaneceram um tempo significativo no primeiro país de acolhimento. O tempo variou entre 4 e 8 anos, sendo que uma senhora fez o percurso em um ano e meio. Dentre as entrevistadas destaca-se a trajetória de Maria L.

Maria L, 34 anos

Maria L, síria, 34 anos, chegou a Portugal por meio do programa de Reinstalação. A sua trajetória de um ano e meio em busca de refúgio passou por dois países, sendo o último o país que lhes concedeu o estatuto de refugiados, e em seguida Portugal. O trajeto foi realizado com o marido e filhos. A guerra na Síria foi o que motivou a família a sair do país, contudo, Maria L tinha medo do trajeto de barco, e a família optou pelo percurso terrestre até o Egito. A família realizou um primeiro percurso até um país que possibilitou o percurso de carro, pelo deserto, até o destino final. O percurso demorou cerca de dois dias, num carro com 16 pessoas. Ao chegarem ao país solicitaram asilo, o qual foi concedido. A vida no primeiro país de acolhimento foi muito difícil e a família enfrentou muitos desafios na sua integração local. Sendo assim, em contacto com o ACNUR, foram reinstalados em Portugal.

O acolhimento por meio da recolocação *ad hoc* foi experienciado por duas entrevistadas. A trajetória, de 4 anos, foi da Somália para a Etiópia, Sudão e Líbia, a pé, de seguida Malta e então Portugal. Destaca-se a trajetória de lasra.

lasra, 21 anos

lasra, somali, 21 anos, chegou a Portugal por meio do programa de Recolocação ad-hoc. A sua trajetória de quatro anos em busca de refúgio passou por quatro países. O trajeto foi realizado com uma amiga. O percurso em busca de proteção e refúgio foi feito maioritariamente a pé e em poucos momentos de carro. Na Líbia esteve num campo de detenção, onde conseguiu embarcar num barco em direção a Malta. Ela não conhecia nenhuma das pessoas que realizou este percurso de barco. Neste trajeto, o barco ficou parado em alto mar, até o governo maltês permitir o desembarque. lasra ficou um mês presa num centro de refugiados, até ser encaminhada para Portugal.

A trajetória dos solicitantes de asilo espontâneos caracteriza-se por um percurso de curto período de tempo, sendo a viagem direta do país de origem para Portugal. Três das mulheres entrevistadas chegaram a Portugal e pediram asilo, sendo que estas encontram-se no país há mais tempo que as demais, há cerca de 10 anos. Apesar de ser um trajeto mais curto ou quase direto ao que será o país de acolhimento, estas mulheres tiveram uma trajetória diferenciada em termos de acessos e processo de integração, pois não foram acolhidas dentro do programa de 18 meses. Neste sentido, as suas experiências decorreram de forma individualizada, sem interações com outras refugiadas. Destaca-se o percurso de Vanda.

Vanda, 31 anos

Vanda, 31 anos, abandonou a Guiné-Conacri devido a uma prática cultural e uma gravidez inesperada. Embora o seu destino final fosse um outro país europeu, não conseguiu chegar a esse destino. Vanda saiu do seu país devido a estar num casamento arranjado com um homem muito mais velho, casado também com outras mulheres. O casamento resultou muito difícil, sendo que Vanda sofreu violências por parte das outras esposas e entretanto descobriu que estava grávida de um relacionamento anterior, pelo que fugiu, para sua proteção e do seu filho. Vanda preparou-se para viajar para um país da Europa Ocidental, contudo, ao fazer escala em Portugal, a polícia percebeu que os seus documentos eram falsos e foi detida no aeroporto, onde solicitou asilo.

1. DESAFIOS NA TRAJETÓRIA E ACOLHIMENTO DE MULHERES REFUGIADAS EM PORTUGAL

As trajetórias de refúgio das mulheres entrevistadas destacaram diferentes desafios e barreiras que persistem ou têm início em Portugal, desde a chegada no aeroporto até o processo de integração local. Estes desafios relacionam-se com a comunicação, a entrada no mercado de trabalho, a própria organização de acolhimento, a maternidade, as perspetivas e desejos para o futuro e as mudanças nos papéis sociais e identidade, conforme apresentado na Tabela 5.

Tabela 5. Desafios na trajetória, acolhimento e integração de mulheres refugiadas em Portugal

Categoria	Desafios
Trajatória	<ul style="list-style-type: none">- Medo- Falta de segurança- Trajetórias com dificuldades pelo facto de ser mulher- Negociação com contrabandistas / smugglers- Responsabilidade com os filhos- Incerteza sobre o resultado da migração
Acolhimento em Portugal	<ul style="list-style-type: none">- Não tinham escolhido Portugal como país de acolhimento- Falta de informações claras- As informações oferecidas não condizem com a realidade- Insegurança sobre onde seriam acolhidas- Acolhidas em centros de acolhimento- Medo de sair de casa/perder a casa- Falta de uma rede de apoio- Divergência entre o prometido na Grécia/Egito e o oferecido em Portugal- Não conhecia o país, cidade- Apoios financeiros e outros insuficientes- Falta de apoio psicológico- Falta de apoio específico para mulheres refugiadas- Prazos não foram respeitados- Medo de ficar sem casa após o fim do programa- Medo do fim do programa de acolhimento, após os 18 meses
Comunicação	<ul style="list-style-type: none">- Não há aulas de português- Impossibilidade de frequentar aulas de português devido a responsabilidade com filhos- Falta de sequência na aprendizagem- Falta de tradutores- Dificuldade no acesso aos serviços básicos
Mercado de trabalho	<ul style="list-style-type: none">- Empregos restringidos a expectativas vinculadas à comunidade de origem- Impossibilidade de estar com os filhos- Impossibilidade de trabalhar devido ao cuidado com os filhos- Vida limitada ao trabalho- Sentimento de “obrigatoriedade”, fazer por obrigação- Falta de uma rede de apoio- Falta de oportunidades de formação profissional- Validação das certificações- Burocracia/documentação
Organização de acolhimento	<ul style="list-style-type: none">- Falta de resposta às necessidades apresentadas- Sem apoio uma vez finalizado o contrato- Sentimento de imposição por parte da organização- Mulheres não se sentem ouvidas pela organização- Discriminação (sentimento de superioridade por parte da organização)- Relação baseada no medo- Falta de informações- Organizações não conhecem quem estão a acolher- Relação somente profissional/interesse- Falta de sensibilidade de género

Experiência em Portugal	<ul style="list-style-type: none"> - Medo de ficar sem casa e apoios - Desesperança - Sem perspetivas de melhoras - “Ainda está a lutar” - Falta de segurança no futuro - Expectativas frustradas - Mobilidade social descendente - Sentem-se com mais liberdade em Portugal - Não conhece a cidade, apesar de estar acolhida há anos no país
Maternidade	<ul style="list-style-type: none"> - Responsabilidade com os filhos - Desafio em conciliar trabalho e maternidade: dificuldade em ter tempo com os filhos - Desafio em conciliar o horário do trabalho e a demanda dos filhos - Falta de estabilidade para reagrupamento familiar - Foco na educação dos filhos - Cuidar dos filhos - Medo que os filhos mudem de comportamento por estar noutra cultura - Dificuldade em ajudar os filhos na escola, sem o conhecimento da língua
Futuro	<ul style="list-style-type: none"> - Conseguir um trabalho com salário adequado - Aprender português - Validar diploma - Medo, incerteza do futuro - Ter estabilidade - Cuidar dos filhos - Ter uma casa - Abrir escola de línguas para refugiados
Mudanças nos papéis sociais	<ul style="list-style-type: none"> - Compreensão dos papéis de género - Negociação de identidade - Entrada no mercado de trabalho - Racismo e xenofobia - Transformações

Fonte: elaboração própria das autoras

a) *Trajectoria de refúgio*

O medo e a falta de segurança são frequentes nos relatos destas mulheres sobre as suas trajetórias de refúgio, descrevendo que a trajetória foi mais difícil em virtude de serem mulheres. Segundo elas, estiveram mais expostas a situações de vulnerabilidade nas rotas ilegais e na negociação com contrabandistas e a responsabilidade pelos filhos torna o percurso ainda mais desafiador, uma vez que limita o autocuidado. Há uma grande tensão neste processo, pelas incertezas em relação ao que será encontrado ao longo do percurso, além do resultado final do processo migratório - se será possível chegar a um local seguro e receber o estatuto de refugiada (Antunes, 2017).

“era muito difícil, tipo levar os meus filhos para morrer, para futuro desconhecido, e não tinha nenhuma ideia o que vai acontecer” (Amal, Síria)

“estava cansada e com muito medo (no percurso com seu filho), um caminho de terror” (Sara, Síria)

Algumas entrevistadas realizaram o percurso migratório grávidas e tornaram-se mães em países diferentes, sem uma rede de apoio e em muitos casos sem uma estrutura adequada para o nascimento da criança. Noutros casos experienciaram uma separação forçada da família.

“É um percurso de medo. Não tinha medo eu só estava a procurar meu futuro. Eu e meu marido casados novos e eu estava grávida, em Iraque houve guerra, na Turquia não há futuro lá, nós dissemos na Alemanha há futuro, vão nos dar apoio até nós conseguimos mudar certificados e trabalhamos. Mas quando chegamos a Grécia ficamos em choque quando a fronteira fechou, e pior coisa aconteceu que eu e minha família ficamos separados porque eles conseguiram passar, e eu ficava na Grécia.” (Yara, Iraque)

b) Acolhimento em Portugal

Após a delicada trajetória de refúgio, a chegada a Portugal também se caracteriza como um ponto frágil para as entrevistadas. Na sua maioria, foram acolhidas através dos programas de recolocação e reinstalação, mas não tinham escolhido Portugal como país de acolhimento, logo relatam sentirem muito medo por não conhecerem o país, não possuírem informações e nem uma rede de apoio no local.

“Meu sentimento era o medo, um país novo não conheço ninguém, minha família não estava cá, e nem as pessoas que conheço na Grécia. Ficava muito tempo em casa, tinha medo de sair a casa e perder minha casa, porque até não conhecia minha rua também. Era nova vida.” (Iman, Síria)

“Depois eu estava a pensar para onde vou campo ou casa, e fomos com carro mas não há coisa clara, devem dizer que estamos em Lisboa e tu vais para uma casa ou se estamos em Porto, como que tem sorte. Vivi 24h com stress, filhos cansados, malas. Até não sabia o que trouxe comigo, e só trouxe roupa de verão, porque Egito um país africano, e eu pensava que eles vão me dar tudo, como nós ouvimos. Quando cheguei a casa fiquei em choque, uma casa t1, com 2 filhos eu pensava no mínimo vou ter t2, porque não sei economia de Portugal. Quando fiz curso sobre Portugal disseram que há verão e inverno, primavera, outono, mas não me contaram que vou sofrer não me contaram sobre vida prática cá.” (Rita, Síria)

“No começo meu marido não quis ir ao centro de refugiados, porque na Síria eu tinha casa, no Egito eu peguei uma casa, alugava casa lá e vivia só com meu marido e meus filhos. Mas nunca tínhamos morado em um centro de refugiados antes, era muito difícil para mim e meu marido. Mas depois nós fomos e os problemas começaram. Muitos problemas lá.” (Maria L, Síria)

Além disso, para elas as informações sobre os locais de acolhimento não eram precisas, foi apenas no momento da chegada que se inteiraram para onde seriam direcionadas – centros de acolhimento lotados em cidades industriais, hospital psiquiátrico, casas húmidas, pequenas e com mobílias velhas. Esta nova realidade contrasta, em muitos casos, principalmente para as mulheres acolhidas pela recolocação/reinstalação, com a experiência no país de origem ou no primeiro país de acolhimento.

Elas avaliam que a experiência de acolhimento em Portugal foi diferente do prometido na Grécia ou Egito e alegam que as informações pré partida não corresponderam às realidades vivenciadas ao chegarem.

“Na Grécia fizeram uma reunião para nós, e disseram que quando chegarmos a Portugal vamos receber o cartão da residência permanente, e falaram sobre coisas que eu nunca vi cá. Até na reunião os portugueses disseram que há uma lei que podemos trazer os filhos que têm mais do que 18 e nossos irmãos ou tios, mas também era uma mentira.” (Sara, Síria)

“Quando estava na Grécia a organização de Portugal fez entrevista para nós, por exemplo, disseram que quando vamos chegar vamos para casa limpa, e mobiliada, e recebemos boa bolsa mensal. Nós não estamos cá para dinheiro nós gostamos de trabalhar e ganhar, na Síria até gostava de trabalhar. Mas gostamos de ficar numa casa limpa, mobília nova. Não é a noite ir para lixo para ver mobília, e não sei se está limpa ou não, sei se tem bactérias. Quando cheguei na casa, meu filho ficava três dias em hospital, por causa uma bactéria entrou no estômago dele por causa do sofá sujo.” (Iman, Síria)

“Na Grécia disseram que vamos ter bolsa e vão trazer uma caixa de alimentos e médica da família. Até agora não tenho médica da família, e não vi box de alimentos, e não trouxeram roupa, e nós estamos em duas famílias em casa, só houve duas panelas na cozinha e pratos e copos poucos. Não houve nada, ficamos em choque.” (Yara, Iraque)

Para além do incumprimento das promessas realizadas na Grécia/Egito, em Portugal também foram prometidos apoios como aulas de português, celeridade no reagrupamento familiar e obtenção dos documentos, o que também não foi respeitado e cumprido, segundo as entrevistadas. O baixo valor do apoio financeiro, de 150 euros por pessoa e 75 euros por filho, não é suficiente para cobrir os custos de vida, promovendo uma mobilidade social descendente destas mulheres.

Além disso, enfatizam que ficam restritas as redes sociais distantes, uma vez que não é somente o apoio financeiro que está em falta, mas também há falta de um apoio psicológico e social para que se sintam pertencentes a esta nova comunidade.

“Nossa organização e igreja deve nos conhecer. Apoio não é só dar dinheiro, apoio é apoio moral e psicólogo, tipo nós sentirmos que temos outra família. Nossa vida agora só telemóvel!” (Yara, Iraque)

“Eu não estou a pedir coisas impossíveis, não pedi uma vivenda grande, e um carro, um salário. Eu só quero ficar numa casa e nunca pensar que me mandarão para fora, meu filho quer comprar muitas coisas e não posso comprar porque não consigo trabalhar porque não falo português.” (Rita, Síria)

A experiência de acolhimento diverge nas mulheres entrevistadas que chegaram a Portugal de forma espontânea. Embora elas também relatem que os apoios oferecidos pelo país são insuficientes para uma real integração, afirmam haver uma segurança e suporte superior ao país de origem. Destaca-se também que, apesar de o Estado não providenciar todo o suporte necessário para um real acolhimento, as organizações da sociedade civil oferecem diferentes tipos de apoio.

“Não é suficiente (apoio do estado). Porque aquele apoio que eles dão, dá só para pagar a renda e mais nada. Como você tem de sobreviver, depende de você. Mas há muitos sítios que dão apoio, banco alimentar, banco de roupa. Há muitas organizações que dão apoio. (...) No Quênia você não pode ter um apoio se tem algum problema, se está doente não vai conseguir um hospital, se não tem comida, normalmente você pode dormir com fome. Se você não tem uma casa, você pode ficar na rua. Mas aqui eu me sinto segura, porque há algumas coisas que, as coisas básicas da vida nós temos, mas na África ainda lutamos.” (Ana, Quênia)

A falta de uniformização no atendimento, clareza nas informações e apoio para o acesso aos direitos garantidos foi igualmente apontada pelas entrevistadas

c) Comunicação

A aprendizagem da língua portuguesa emerge com um dos temas mais recorrentes e problemáticos. Vários são os impedimentos: a pouca oferta dos cursos, a falta de continuidade e de padronização da sequência dos níveis de aprendizagem dos cursos, a dificuldade de conciliação das aulas com as obrigações domésticas e de cuidado dos filhos.

“E é sempre as mesmas coisas, eles têm o primeiro nível, é sempre o primeiro nível. Sempre o mesmo livro, mesmo exercícios, só dão a volta. Básico, alguém que estuda três meses, vem uma pessoa nova, começa de novo. Todo mundo quer crescer. Eu estudei três meses, meu nível é melhor, mas se alguma pessoa nova vem, eu tenho que começar de novo com aquela pessoa. Eles não têm dois grupos, o primeiro é com um nível e o segundo outro, não, todos no mesmo nível.” (Janaina, Camarões)

“Me ofereceram uma aula, que acabou A1 e vão começar A2. Mas como é que eu vou entender sem ter A1, se não sei como é que vou ler alfabeto.” (Rita, Síria)

“Foram 3 meses. Não foi suficiente, porque não sei alfabeto latino, não sei escrever, só sei escrever árabe. Nós temos de aprender durante um ano para conseguimos falar e escrever” (Amal, Síria)

“Quando cheguei houve um professor que nos deu aula do português, mas ninguém foi para aula, e eu só fui duas vezes, porque meu filho não tinha escola, e não conhecia ninguém para deixar meu filho lá.” (Iman, Síria)

Sem a língua portuguesa, as mulheres encontram-se impedidas de se poderem expressar, falar sobre as suas necessidades, usufruírem dos serviços, socializarem, frequentarem cursos de formação profissional e entrarem no mercado trabalho em Portugal.

“No parâmetro da educação só tive aulas de português durante 3 meses, isso não permitiu adquirir conhecimentos da língua portuguesa e depois tive uma formação na escola de hotelaria do Rato, foi difícil porque era dada em português (...) Para ser honesta tem sido muito difícil (encontrar trabalho) porque todos eles exigem que saiba a língua portuguesa. Tenho tentado procurar por conta própria e quando encontro um anúncio de emprego, desloco ao sítio e entrego o meu currículo. Porém a resposta é sempre a mesma, aprende primeiro a língua depois vem cá.” (lasra, Somália)

Diante dos desafios que as comunicações impõem, uma estratégia para facilitar o acesso aos serviços públicos e os primeiros contactos com o país de acolhimento seria a disponibilização de uma tradutora linguística e cultural. Ainda que este serviço seja disponibilizado pelo Estado através do Serviço de Tradução Telefónica (STT) do ACM, é bastante limitado e pouco acessível para as mulheres refugiadas.

Este desafio potencializa-se na área da saúde, onde muitas não conseguem comunicar com os médicos, expressar os seus sintomas e nem compreender o tratamento prescrito. Além disso os médicos negam-se a atender em outro idioma que não o português, pelo que a falta de tradutores compromete o acesso à saúde.

“Eu preciso de tradução para o português, porque eu não falo bem em português. Se eu vou ao médico e não falo português, eu quero que alguém traduza ou fale português. O médico não me deixa entrar se eu não falo ou se não estou com alguém comigo. Eu tentei. Por causa disso eu não vou ao centro de saúde.” (Maria L, Síria)

“Sim (pedi um tradutor) eles me dizem para ligar para ACM, sempre lígo e não responderam.” (Rita, Síria)

“Muitas pessoas, esperei muito (hospital), não consigo esperar tanto quando estiver trabalhando. Eles não entendem, é difícil, eu não falo português. O médico às vezes não fala inglês, quero tradutor, é difícil. No

hospital, porque estou doente, vou todo mês, não esta normal. Na Turquia o hospital era muito bom, aqui não sei, não é normal. Muitas pessoas, muita espera. Isso não é bom. O médico não fala inglês, só português." (Samira, Iraque)

"Os médicos aqui só falam português. Às vezes te dão medicação, você entende, as vezes não, é muito difícil." (Janaina, Camarões)

d) Mercado de trabalho

A falta de domínio do português limita também as oportunidades de trabalho, restringindo-as a vagas subqualificadas no setor da limpeza e cuidado ou circunscritas a possibilidades relacionadas a cultura do país de origem, como a restauração.

O trabalho é um ponto muito destacado pelas entrevistadas. A obrigatoriedade de trabalhar de imediato, sem a escolha da área da atuação, uma vez que os benefícios sociais são escassos, limita a possibilidade de retomarem os seus estudos ou de aperfeiçoarem as suas qualificações. Ao mesmo tempo, a impossibilidade de estar com os filhos, a mobilidade social descendente devido à inserção laboral precária e as responsabilidades com as despesas da casa geram angústia e sofrimento nestas mulheres. A dupla jornada vivenciada com o trabalho fora de casa e o trabalho doméstico é igualmente stressante para elas.

"Minha vida não tem nada, sempre estou a trabalhar 10 horas e penso sempre o que meus filhos estão a fazer, e depois de buscar meus filhos e voltar para casa trabalhar em casa, cozinhar, cuidar os filhos, e ajuda lhes para fazer trabalho em casa e tenho muito dificuldade de ajudar porque não sei português. E não passo tempo com ele, só 2 horas por dia." (Marah, Síria)

"Eu já tentei em muitos sítios, mas o problema é, se não tem família aqui, eles perguntam 'você tem família aqui?', se você diz não, eles nunca vão te ligar. Porque com quem os teus filhos vão ficar? E eles tem só horas rotativas, você também pode trabalhar no final de semana." (Ana, Quênia)

"Cá se nós estudamos ou não estudamos não importa, é importante só trabalharmos." (Amal, Síria)

A entrada no mercado de trabalho seria facilitada por meio de formações profissionais e apoio ao acesso a qualificações. Contudo, segundo as entrevistadas, os centros de emprego não oferecem formações profissionais e/ou estas não condizem com o interesse e experiência das acolhidas.

"Não tem nenhuma formação profissional para os migrantes. Porque muitas pessoas vêm para cá e não tem nenhuma formação, educação, sem certificado, mas para ter emprego, porque não pode viver assim, você precisa estudar, começar nova vida. (...) O centro profissional tem um escritório para inscrição para ter emprego, mas quando fui lá, fiz a inscrição, dei meus documentos, eles me perguntaram 'quanta experiência tem?' E eu falei, sou um artista, tenho experiência em artes. Mas eu preciso aprender algo mais'. Mas eles 'não, temos oportunidade para você'. Se tem um escritório para orientar os migrantes, para os migrantes terem emprego, mas quando eu vou lá, é diferente, não é assim." (Janaina, Camarões)

"Eu mesma digo que prefiro fazer formação, porque com formação eu posso trabalhar com isso. Eu fui ao Centro de Emprego, pedi formação, eles disseram que não, que não podem pagar. A formação que me propuseram eu não posso, eu não posso ser jardineira. Eles disseram e eu disse que não podia, que eu preferia a formação de estética e eles disseram que não, que não poderiam pagar. E então, eu fiquei em casa, porque a

formação que eu poderia fazer era de jardineira...não, quando eu falo, somente do Centro de Emprego, mas eles não podem. Normalmente eles deveriam ajudar, ter informação para ficar no país, para trabalhar. Mas aqui eles dizem não, terá esta formação porque não iremos pagar e a formação que me propuseram eu não posso fazer, porque eu jamais trabalhei com isso, eu iria começar a cortar as flores, não seria algo que me daria.” (Vanda, Guiné-Conacri)

Além disso, as refugiadas com formação profissional no país de origem não conseguem exercer sua profissão em Portugal, em virtude das dificuldades de validação dos diplomas e qualificações.

“Não trouxe nenhum certificado comigo. Infelizmente não consegui continuar os estudos e não propuseram a possibilidade de continuá-los.” (Iasra, Somália)

“Não (consegui validar a formação), porque eu não consigo voltar no meu país, eu sou refugiada. E não dá para tratar dos meus documentos.” (Ana, Quênia)

“Não há escola, não consigo validar as minhas certificações, não posso trabalhar.” (Yara, Iraque)

Outro desafio transversal à entrada no mercado de trabalho refere-se às demoras nos processos burocráticos para terem acesso as documentações – autorização de residência, número de identidade fiscal. Os prazos para as obtenções dos documentos não são cumpridos e demora-se muito para se ter a residência no país, dificultando o acesso aos serviços públicos e a contratação por parte de empregadores.

“Não é fácil fazer os documentos, demorou um ano, e os serviços muito lento e mau, pelo menos para nos refugiados devem fazer mais rápido e fácil por causa nós não falamos português, não deve demorar 3 meses para um papel, acho que os documentos precisam só um mês para fazer, mas para nós demorou um ano.” (Amal, Síria)

“Eu não posso trabalhar, eu já tive muitas oportunidades de trabalhar, mas sem os documentos, eu não posso. Neste momento, minha residência está vencida e meu passaporte também está vencido. Desde fevereiro, quando fez nove anos, eu faço nada, eu fico em casa e, ainda, a segurança social não vai mais me pagar, tudo está assim, eu ficarei por mim mesma, poderei morrer, eu tenho que alimentar uma filha, pagar medicamentos do meu marido, pagar a casa, isto não é fácil!” (Vanda, Guiné-Conacri)

“Porque agora, eu tenho trabalho, mas não tenho toda a documentação.” (Janaina, Camarões)

e) Organização de acolhimento

A relação com as organizações de acolhimento também se destaca como um ponto de conflito para as mulheres entrevistadas. A comunicação é enfatizada como limitadora, em virtude de não conseguirem expressar-se sem o conhecimento da língua portuguesa, mas sobretudo por não se sentirem ouvidas e acolhidas diante das suas necessidades. Ao comunicarem as suas vivências, relatam não sentirem que há algum efeito ou mudança, além disso não se sentem apoiadas e nem obtêm respostas às suas questões. Segundo as entrevistadas, as organizações não conhecem a realidade e a cultura de quem estão a acolher, dessa forma não possuem sensibilidade cultural para um acolhimento apropriado.

“Quando minha organização vem para casa eles estão fazendo a lista deles, o que eles querem vão fazer e nós temos de fazer. Não há instituições querem saber, eles não se importam com a nossa opinião, eles que decidam e nós temos de fazer o que eles querem. Digo minha opinião e eles me respondem não.” (Sara, Síria)

“Quando fico cansada ninguém está a ouvir, a nossa organização tem que ouvir, por exemplo, quando explica para eles porque estou cansada, eles dizem que estou maluca e preciso psicólogo. Mas não sou maluca, se sou maluca não posso cuidar meu filho, trabalhar.” (Iman, Síria)

“Os refugiados, estas pessoas estão cansadas por causa da guerra, nova vida, porque não tem família aqui, eu acho que estas pessoas não pensam sobre isso. Não entendem. Só porque isso é trabalho para eles, para estas pessoas. Todas as pessoas, todas as pessoas aqui, eu acho que são amigos, mas depois vejo que tudo é só trabalho, não são amigos de verdade.” (Maria L, Síria)

“Sim consigo (expressar livremente para a organização), mas receio que o que digo não chega onde queria que chegasse.” (Iasra, Somália)

Nota-se que, em alguns casos, se estabelece uma relação hierárquica entre as organizações e as mulheres acolhidas, que não têm direito a expressarem-se e decidirem o seu futuro.

f) Experiência de acolhimento em Portugal

A experiência do acolhimento em Portugal, os desafios e a realidade vivida pelas mulheres entrevistadas mudaram a forma como elas pensam no futuro e nos seus sonhos. Ao chegarem ao país, tinham a esperança de viver uma vida melhor, em segurança, com oportunidades de trabalho, estudo, estabilidade financeira e para a família. Porém, em virtude dos desafios já mencionados, estão com medo de ficar sem ter onde morar, desmotivadas, sem esperança e perspectiva. Além disso, experimentaram uma forte mobilidade social descendente e mudanças na qualidade de vida.

“(…) eu queria uma vida melhor, ter trabalho, pagar a minha renda, pagar as minhas contas, um ambiente para a minha família. Mas ainda não, estou a lutar. Ainda estou a lutar.” (Ana, Quênia)

“(…) Muitas dificuldades. Não é fácil. E você vê todos os seus sonhos (indo para baixo), desaparecendo. E você começa a viver, só viver, e não sabe como será amanhã, só vive e espera, espera e espera. (...) Meu corpo está aqui, meu coração não. Meu coração está viajando, tentando achar algo mais. É difícil. Eu sempre trabalhei, este é o problema. Quando eu cheguei, não fiz nada. Quando você quer fazer algo e as pessoas te dizem que você não tem direitos de fazer ou que não pode fazer. E eu sei minha capacidade, ‘é possível para mim fazer isso’. Mas alguém diz ‘não, você não pode’, isso é. É a razão que para mim ficar aqui é muito difícil. (...) Não, não sei. Eu falei, quando se é migrante, você para de sonhar, seu sonho cai. Quando você vem tem sonhos muito, muito grandes, mas seu sonho começa a ir para baixo e depois já não sabe o que fazer. ‘Ok, vou só esperar’. Se alguma coisa acontecer ou não.” (Janaina, Camarões)

“Eu não sei, porque antes, quando eu cheguei, eu tinha grande, grande esperança, e porque eu vi muita coisa diferente do que eu imaginei, eu perdi esperança. Eu tento ter esperança, mas eu não sinto muito isso. Por causa disso tenho medo. Antes eu tinha esperança, porque estou indo para Europa, para mudar minha vida, tudo vai ficar bem, vai ser melhor. Porque eu ouvi antes, que na Europa a vida é melhor, mas, mas, mas eu achei aqui mais dificuldade. Porque é uma nova vida, dificuldade com a língua, trabalho.” (Maria L, Síria)

“Tinha sonhos e em Portugal não vão realizar, tipo gostos de trabalhar em handmade, mas cá não conseguia trabalhar, disseram que tenho de falar português.” (Amal, Síria)

A experiência do asilo em Portugal é marcada por uma forte insegurança. Apesar de se encontrarem num país seguro, sem guerra ou perseguições, vivem o medo e a falta de segurança sobre o futuro,

sem autonomia e instabilidade na habitação e necessidades básicas. A partir destas vivências, há uma compreensão de que o país não estava preparado para receber refugiados.

“Eu pensava vou viver em segurança, mas agora tenho medo de ficar sem casa.” (Sara, Síria)

“Meu sonho só meus filhos continuem a estudar, quando sai a Síria e disse que vou voltar um dia, nunca pensei fazer realocização. Sai a Síria porque tinha medo da guerra. Pensava que Europa é melhor do que minha vida agora. Em Portugal há medo do futuro, cá quando chego no aeroporto disseram que deves guardar dinheiro porque quando contrato acaba vais sofrer uns meses, tenho de guardar de 450€ que recebo agora, e não dá para tudo, sempre tenho medo, acordo um dia, e fico sem comer e fora da casa, e viver na rua.” (Rita, Síria)

“Primeiro diria (as organizações) que cumpram o que tinham acordado com os refugiados anteriores uma vez que não cumpriram e que não acolhessem novos refugiados porque claramente não estão preparados para os receber como não estavam quando nos receberam.” (Iasra, Somália)

Em contraponto, algumas entrevistadas destacam experimentar uma maior liberdade no país de acolhimento. Enquanto no país de origem estavam expostas a violência de género, violência doméstica e com a impossibilidade de se expressarem devido às desigualdades de género, em Portugal experimentam liberdade em decidir, diminuição do controlo sobre as suas ações e a possibilidade de novos comportamentos. Há um sentimento de segurança nos apoios disponibilizados pelo Estado e também por estarem longe dos conflitos que as levaram a fugir.

“(Se o marido e filho viessem para Portugal) Eu ia trabalhar também porque afinal de contas não estou na Somália.” (Iasra, Somália)

“Eu vim para cá e me sinto melhor aqui, me sinto mais aliviada aqui do que em outro país. Eu cheguei aqui eles me deram os documentos, eu estou bem, e tem a polícia que me assegura, não me obrigam a nada, então, eu prefiro aqui! (...) Então, eu não me sinto segura lá, em casa. Então, eu digo, ah, eu me sinto segura aqui! Eu digo que no fundo eu sou feliz e é isso que me importa!” (Vanda, Guiné-Conacri)

g) Maternidade

A maternidade configura-se como um tema transversal aos desafios vivenciados pelas mulheres nas suas trajetórias de refúgio, acolhimento e integração. Na trajetória em busca de refúgio, as mulheres estão em situações de maiores fragilidades em virtude da gravidez, puerpério, cuidado com as crianças. Além disso, o foco do projeto migratório de muitas mulheres refugiadas está amplamente relacionado ao futuro dos filhos.

“(...) nem quero comer e uma casa bom, quero apoiar meus filhos (...) Meu sonho só meus filhos continuem a estudar (...)” (Rita, Síria)

“Sim tenciono trazer o meu filho e inclusive já contei que tenho um filho desde Malta até aqui, porém só posso pedir o reagrupamento familiar quando tiver o título de residência. Primeiro tenho que arranjar um emprego porque se nem a mim o governo português conseguiu garantir a uma vida digna, não sei se conseguem para uma criança.” (Iasra, Somália)

“Minha experiência sinto que não fiz nada, só estou contente porque meus filhos continuam a estudar. E desvantagem de viver cá que meus filhos só estão em escola não conseguimos de passear juntos.” (Amal, Síria)

“(Sonho) Ver minhas crianças ter o melhor na educação, boa saúde e uma vida bonita, é o que posso dizer.” (Ana, Quênia)

“Aqui em Portugal, as coisas que (tenciono) ... seria ter um emprego, ter em um emprego e me ocupar de minha filha, ter meus documentos. As coisas que eu faria, seria emprego e me ocupar da minha filha.” (Vanda, Guiné-Conacri)

h) Futuro

Ao serem questionadas sobre os desejos para o futuro, as inquiridas alegam uma necessidade de ter estabilidade e viver em segurança, sem medo de perder a casa ou de ficarem sem recursos. Há um desejo de ter um trabalho que responda às necessidades financeiras e que esteja de acordo com as suas qualificações, formação profissional e interesse e que permita a conciliação com as responsabilidades com os filhos. A aprendizagem da língua portuguesa destaca-se como fundamental para a concretização destes sonhos.

“Tenho de encontrar um trabalho, porque salário não dá para tudo, e encontrar um curso de português para fazer equivalência do meu certificado. Um trabalho adequado ao meu diploma.” (Yara, Iraque)

“É só para ter trabalho, muito seguro, para eu poder facilitar minha vida aqui. É só isso, um trabalho que meu salário, eu possa equilibrar minhas contas, minhas crianças. Porque o salário mínimo aqui, não tem como cuidar de tudo. E não é fácil trabalhar em dois lugares em Portugal, não é fácil ter um trabalho em Portugal. E para as mulheres, precisam de ajuda, porque há muitas mulheres solteiras, os pais das crianças não estão aqui, não tem família aqui, e se alguém dá um trabalho de 8 horas, de segunda a sexta.” (Ana, Quênia)

O medo continua muito presente, mesmo numa perspetiva futura. Em virtude de já estarem em Portugal há algum tempo e ainda não se terem conseguido estabilizar financeiramente, evoluir na aprendizagem da língua ou entrarem no mercado de trabalho, o futuro permanece incerto e desafiador.

“Primeiro eu tenho medo, porque é uma vida nova, mudou tudo. Por que em um ano e dois meses eu não falo bem português? Por que não falo melhor inglês? Por que ainda não tenho trabalho? Por que ainda não tenho casa? Essas coisas. E para futuro tenho medo (...) e o mais difícil é começar de novo sozinha com meus filhos.” (Maria L, Síria)

i) Género

As políticas públicas apresentadas como neutras e destinadas a todos os grupos indistintamente não respondem às necessidades específicas de género e das mulheres.

“Quando cheguei, precisava de uma médica, não quero médico homem mexer em mim, e minha organização começou a rir, mas depois respeitam isso, e tinha só médica.” (Mari, Síria)

2. IDENTIDADES E PAPÉIS DE GÉNERO NUM CONTEXTO DE REFÚGIO

As identidades caracterizam-se enquanto um processo dinâmico, mutável e múltiplo, influenciado por diferentes conexões, sendo constituídas por narrativas sociais e resultantes de constantes negociações das condições pessoais num determinado contexto (Saez, 2008; Valentine *et al.*, 2009). A identidade pode ser definida enquanto um produto da interação social, abarcando diferentes papéis sociais desempenhados pelos indivíduos na sociedade (La Barbera, 2015). Sendo assim, os espaços ocupados, as relações estabelecidas, os contextos histórico, sociais, físicos e globais influenciam e transformam a configuração da identidade de uma pessoa (Balsa, 2014; Saez, 2008). Num processo de refúgio, as

mulheres encontram-se alienadas das suas principais referências identitárias (Chueiri e Câmara, 2010) e podem vir a vivenciar sentimentos de frustração, isolamento e confusão, face a uma nova cultura, um novo espaço e ambiente, sem significado e referências anteriores (La Barbera, 2015; Langer, 2004).

Além disso, a experiência do refúgio leva a uma nova aprendizagem sobre o significado de ser uma mulher refugiada no país de acolhimento e em alguns casos mudanças e transformações nos próprio sujeitos (Hopkins, 2010).

Frequentemente o significado dos papéis de género do país de origem contrasta com a compreensão dos papéis de género na sociedade de acolhimento (Deacon e Sullivan, 2009), obrigando as mulheres a assumirem novos papéis sociais, questionando as suas crenças, vestimentas e códigos sociais. Comumente, as refugiadas vivenciam um conflito entre o seu papel de mulheres tradicionalmente aceite e conhecido, a busca por manter os seus costumes, cultura e crenças e a adaptação à cultura do país de acolhimento (Camino e Krulfeld, 1994; Langer, 2004). Nesse sentido, são obrigadas a renegociar as suas identidades, confrontando-se com experiências de contradição e resistência (La Barbera, 2015; Read e Bartkowski, 2000).

Dentre as mulheres entrevistadas no projeto, observaram-se diferentes cenários no que se refere à rotina no país de origem e no país de acolhimento, assim como às atividades exercidas no passado e no presente. Foi possível observar diferentes cenários relacionados com o agregado familiar no país de origem, com quem realizaram a trajetória de refúgio e com quem moram em Portugal (Tabela 6).

Tabela 6. Situação pré, durante e pós trajetória migratória

Nome	Com quem morava no país de origem	Com quem realizou o percurso	Com quem mora em PT
Maria	Pais	Pais e filho	Pais, filho e marido
Marah	Marido e filhos	Marido e filhos	Marido e filhos
Sarah	Filhas	Filhas	Filhas
Mari	Marido e filhos	Marido e filhos	Marido e filhos
Iman	Marido e filho	Filho	Filho
Yara	Pais e irmãos	Marido e filho	Marido e filho
Amal	Marido e filhos	Filhos	Filhos
Krista	Pais, marido, filhas	Filhas	Filha
Rita	Marido	Filhos	Filhos
Amena	Marido e filhos	Marido e filhos	Marido e filhos
Maria L	Marido e filhos	Marido e filhos	Filhos
Janaina	Sozinha	Sozinha	Sozinha
Ana	Sozinha	Sozinha	Filhos
Vanda	Marido	Sozinha	Marido e filho
Samira	Tia	Sozinha	Sozinha

Fonte: Elaboração própria

a) Regime de género e Papéis de género – Perceções no país de origem e país de acolhimento

A construção e os significados dos papéis de género estão amplamente relacionados com o contexto socio-histórico, nacionalidade, religião, classe social de cada pessoa, dado que derivam dos próprios regimes de género nos quais as pessoas convivem ao longo da vida. Dentre as entrevistadas, houve uma divergência sobre a compreensão dos papéis de género conforme a nacionalidade e religião das mulheres.

“No que diz respeito a roupa vejo imensas diferenças, por exemplo nós na Somália usamos roupa mais modesta e comprida e também tapamos o cabelo, mas aqui a mulher usa calças e não tapa o cabelo. O que achei muito surpreendente foi o facto dos casais portugueses, ambos trabalham e têm filhos enquanto que na Somália é o homem que trabalha e a mulher quem fica em casa a cuidar dos filhos. E também o facto de ter amigos homens, se fosse na Somália não era bem vista.” (Isra, Somália)

Ao serem questionadas sobre o papel da mulher, sírias, iraquianas e somali, maioritariamente muçulmanas, enfatizaram o papel da mulher primeiramente relacionado com o contexto familiar e de forma indireta, ao desenvolvimento da sociedade. Na cultura muçulmana, a família configura-se como unidade básica na sociedade, sendo os papéis de género definidos de forma clara. O papel social da mulher está relacionado com a maternidade, as responsabilidades domésticas, enquanto ao homem cabe suprir as necessidades financeiras e materiais da família (Casimiro *et al.*, 2007). Para as entrevistadas, estes papéis não são compreendidos a partir de uma perspetiva de submissão, mas protagonismo, sendo um papel muito importante na dinâmica familiar e da sociedade. Tal papel é relacionado por uma das entrevistadas como uma contribuição para o desenvolvimento e criação das futuras gerações, tendo a mulher um papel fundamental na constituição da sociedade. O trabalho fora de casa é mencionado por elas como uma atividade opcional, com áreas específicas de atuação, não sendo a responsabilidade da mulher exercer este papel no núcleo familiar. No entanto em alguns casos, a classe social é relevante nos trabalhos desempenhados por algumas mulheres em situação de refúgio.

“Na Síria a mulher contribuía para a criação de gerações (...).” (Amal, Síria)

“Na Síria as mulheres estão a fazer limpeza da casa própria, cozinhar, cuidar os filhos, visitar a família. (...) papel de mulher para mim, não tem que trabalhar muito tempo, eu estava a trabalhar pouco tempo.” (Iman, Síria)

“A mulher é como um homem. Mas no Iraque as mulheres não trabalham em qualquer coisa, só trabalhamos como professora, médica, advogada. Trabalho adequado para mulheres.” (Yara, Iraque)

Em contraponto, as entrevistadas provenientes de países africanos possuem outra perceção sobre os papéis sociais no país de origem, denunciando um lugar de submissão, o qual são forçadas a ocupar. O trabalho doméstico e de cuidado não é percebido como um privilégio, mas como forma de opressão a que são submetidas nos seus países de origem.

“(…) mas no meu país, as mulheres, não são supostas a trabalhar, mas a cuidar dos filhos, e o marido trabalha. Elas não podem falar, não tem o poder de pedir, questionar, você não tem direitos.” (Ana, Quênia)

Em Portugal, são expostas a outras dinâmicas sociais relacionadas com os papéis designados às

mulheres. As entrevistadas de origem árabe associam o papel da mulher no país de acolhimento e no contexto europeu como ligado ao trabalho e sobrevivência.

“Na Síria a mulher contribua para a criação de gerações, mas cá (em Portugal) o papel (da mulher) é só trabalhar, pagar a comida e renda” (Amal, Síria)

“Mas cá (em Portugal) o papel da mulher é ter que trabalhar, se não trabalha não consegue viver”. (Sara, Síria)

Desta forma, uma vez que para estas mulheres o sustento económico da casa e da família é entendido como função do homem, a identidade das mulheres portuguesas é comparada a masculina. Em suas falas, as entrevistadas de origem síria, não revelam sentirem-se inferiores às mulheres portuguesas por estas poderem trabalhar fora de casa. Pelo contrário, revelam não perceberem igualdade de género em Portugal, mas compreenderem as mulheres portuguesas como sobrecarregadas, com a dupla função, o trabalho doméstico e trabalho remunerado.

“Mas cá (em Portugal) mulheres não são mulheres são homens”. (Iman, Síria)

“Eu estava a dizer que a mulher no Oriente Médio é injustiçada e cansada, mas agora vi que em Portugal está assim, a mulher não tem liberdade. As mulheres na Síria estão confortáveis na vida. Cá (em Portugal) ela é trabalhadora e lutadora, acorda de manhã com filhos.” (Rita, Síria)

b) Negociação das identidades

Com o intuito de compreender os processos de negociação de identidade e os papéis de género vivenciados pelas mulheres, analisou-se as mudanças relacionadas com as configurações dos agregados familiares no país de origem, ao longo da trajetória de refúgio e no país de acolhimento, além das rotinas das entrevistadas nestes diferentes contextos e as suas perceções sobre si mesmas.

“No Iraque meu pai era muito rico, tinha irmãos, mas não tenho irmã, eles gostam muito de mim. Sempre ia para faculdade com meus amigos, gastava muito dinheiro, nunca pensei sobre dinheiro ou que um dia tenho de trabalhar ou um dia vou precisar alguma coisa. (Atualmente) Só tenho um filho, não consigo comprar nada para ele, sempre pedi às pessoas. (...) estou pior. Porque estou no exílio e não encontro minha família, e não estou confortável. Nem psicologicamente nem intelectualmente, porque moro numa casa compartilhada (...) sim já somos mendigos, em Iraque tinha tudo, mas cá sou uma mendiga” (Yara, Iraque)

A Tabela 7 possibilita a compreensão das mudanças vivenciadas pelas mulheres nas suas estruturas familiares envolvendo o país de origem, a trajetória de refúgio e o estabelecimento em Portugal.

Estas novas configurações promovem novas organizações sociais e familiares, evocando também novos papéis assumidos pelas mulheres. Dentre as mudanças analisadas, observa-se que cinco mulheres se tornaram ‘chefes de família’ na trajetória de refúgio, em virtude de terem realizado o percurso sem os seus maridos. Desta forma, realizaram a trajetória e chegaram a Portugal como as únicas responsáveis pelas suas famílias, assumindo assim um novo papel social, até então designado, nas suas culturas, aos homens – o sustento da casa.

“Trabalho, pensar na vida, tenho todas as responsabilidades, sou mulher e homem. Cá (em Portugal) sou

responsável pela a renda da casa e despesas, penso que um dia fico doente e não conseguir trabalhar, quem vai me ajudar? Meus filhos não conseguem deixar de estudar.” (Amal, Síria)

“Mas cá (em Portugal) mulheres não são mulheres, são homens. Para mim desde que chegava acho que tornava um homem. (...) sou um homem agora.” (Iman, Síria)

Tabela 7. Mudança nas estruturas familiares

Com quem morava no país de origem	Nº de mulheres
Sozinha	2
Pais, irmãos, tia	3
Família (marido, filhos)	6
Marido	3
Filhos	1
Com quem realizou o percurso	Nº de mulheres
Sozinhas	4
Pais, filho	1
Família (marido e filhos)	5
Filhos	5
Com quem mora em PT	Nº de mulheres
Sozinhas	2
Família (marido, filhos)	6
Filhos	7

Fonte: elaboração própria das autoras

Estes novos papéis, que até então eram percebidos como masculinos, não promovem nas entrevistadas um sentimento de emancipação ou autonomia, mas geram angústia e frustração ao afastá-las do que elas compreendem como o seu papel na sociedade

“Não gosto (de trabalhar) porque sinto falta do meu filho (...)” (Maria, Síria)

“(…) Cá tenho que acordar cedo até não encontro com meu filho. Os meus amigos diziam que tenho de ensinar meu filho árabe, imagina não tenho tempo para ensinar lhe” (Iman, Síria)

Já outras entrevistadas destacam o trabalho em Portugal como obrigatório e numa perspetiva de falta de liberdade.

“ouvi que é país de liberdade da mulher, mas não eu não vi. Não há diferença cá ou lá na Síria, o meu papel lá acho que era melhor na Síria. Na Síria eu estava livre no que posso dizer, fazer. Mas cá não posso dizer o que é que quero, o que é que quero fazer. Acho uma vida obrigatória. (...) é obrigatório trabalhar. Não gosto porque sinto falta do meu filho (...) Eu pensava que vou viver em paz e segurança e vida boa, mas é mentiroso, quando eles me obrigam trabalhar.” (Maria, Síria)

“Minha organização, (...) me obrigou a trabalhar. Disseram que ‘nós as portuguesas trabalhamos’. Mas para nós é diferente, porque não sabemos a língua, e nunca trabalhamos na Síria, ou se queremos trabalhar cá, temos de escolher o que nos gostamos de trabalhar.” (Amal, Síria)

Tabela 8. Mudanças: mercado de trabalho

País de origem	Nº de mulheres
Trabalhava no país de origem	10
Não trabalhava no país de origem	5
Portugal	Nº de mulheres
Trabalha em PT	7
Sem trabalho em PT	8
Análises	Nº de mulheres
Mudou de área em PT	3
1º trabalho em PT	4
Trabalha em PT e já trabalhava anteriormente	3
Não trabalhava e nem começou	1
Trabalhava e em PT não trabalha	7

Fonte: Elaboração própria

Para as mulheres que possuíam escassa experiência laboral ou formação qualificada, há uma maior dificuldade na entrada no mercado de trabalho português. Porém, as que possuem formação académica e/ou experiências prévias enfrentam desafios no reconhecimento das suas habilitações e experiências e são obrigadas a aceitar trabalhos precários e em áreas diferentes. É possível observar ainda na Tabela 8 que sete mulheres trabalhavam no país de origem e em Portugal não conseguiram uma colocação no mercado laboral e três foram obrigadas a mudar de área de atuação.

“É como quando você procura um trabalho aqui, eles não querem saber se você tem experiência, só ‘ok, porque você é migrante, aqui você tem dois tipos de trabalho. O primeiro, você limpa ou cuida de pessoas’. E você diz ‘não, sou jornalista ou doutor’. ‘Não, aqui você não pode fazer isso’. Alguém te diz que você não pode fazer isso. Mas quando você olha para a pessoa, você sabe que aquela pessoa não tem a mesma experiência que eu, eu tenho mais experiência. Não é porque você está vivendo no seu país, que podem colocar todos para baixo.” (Janaina, Camarões)

Esta mudança vivenciada pelas mulheres que já trabalhavam anteriormente no país de origem e precisaram mudar de área profissional em Portugal contribui para situações de conflitos pessoais e subjetivos, uma vez que a identidade profissional é um componente importante da identidade (Binder e Tošić, 2005). Para algumas entrevistadas a experiência laboral em Portugal é opressora e desempoderadora.

Além destes aspetos, observou-se que a necessidade de entrar no mercado de trabalho evoca outras negociações identitárias relacionadas com questões culturais e de classe (Casimiro et al., 2007), as quais são experienciadas de forma conflituosa. Em alguns casos as mulheres foram apresentadas a trabalhos que não condizem com a sua cultura no país de origem ou que são demasiado distantes dos seus níveis de qualificação.

“Quando cheguei perguntaram se posso trabalhar em lar de idosos e disse que não, ‘no meu país é responsabilidade dos mais novos cuidar dos mais velhos, é maldição, não posso fazer isso’. Mas talvez algumas

peessoas possam fazer isso, porque precisam de dinheiro. Para mim é muito diferente. Eu estou com medo, talvez precise de dinheiro, mas fazer isso é muito difícil." (Janaina, Camarões)

"(...) gosto (de trabalhar), mas não aceito trabalhar em limpeza, porque acabei a Universidade e estava a fazer máster. Até se eu aceito meus pais não vão aceitar." (Yara, Iraque)

Este processo de negociação identitária é caracterizado não apenas pela forma como as mulheres percebem e interpretam o país de acolhimento e a si mesmas, mas também pela forma como são vistas e interpretadas pela sociedade que as recebe.

"Quando falam connosco, (mostram) que são superiores a nós, ou nós somos ignorantes. Quando chegamos havia uma máquina de lavar a roupa. Me perguntaram se sei usar esta máquina. Eu sei sim, eu sei usar e minha máquina lá era melhor do que esta. Minha casa era como um palácio no Iraque, eu estava a vestir roupa mais cara e fixe lá. No Iraque não há apartamentos são todos vivendas, palácios, e agora por causa deles estamos a usar roupas que estão no lixo, sofás que pessoas deitam para lixo eu trago para casa. Porque não há nós diretos cá (...)". (Yara, Iraque)

c) Transformações empoderadoras

Nos novos contextos de acolhimento, através da negociação de papéis de género na esfera individual e familiar e das quebras nos sistemas sociais e tradicionais advindos do processo de deslocamento, a experiência das mulheres refugiadas pode ser identificada também como um potencial para 'mudanças positivas' e empoderadoras (Fiddian-Qasmiyeh, 2014), podendo vir a permitir uma maior autonomização, expansão social e novas perspetivas.

"Eu mudava muito, já tenho coragem e estou mais forte, já posso aguentar as maiores dificuldades, responsabilidades. Acho que eu era uma criança, agora sou mulher forte. Até meu pensamento mudou, nunca imaginava que poderia passar as fronteiras a noite e sozinha" (Maria, Síria)

"Fiquei desconfortável, me senti estranha. (Quando chegou em Portugal) A língua é diferente, as pessoas são diferentes, queria encontrar com alguém da minha cidade. Tinha medo de ir para supermercado e depois não saber como é que volto para casa. Mas agora não, agora posso dar volta sozinha para Portugal todo." (Sara, Síria)

Algumas das mulheres entrevistadas enfatizam um sentimento de maior confiança e coragem em relação a si mesmas neste processo de negociação de identidade, onde rompem com papéis sociais tradicionais construídos anteriormente e encontram novas formas de ser e estar no mundo. O país de acolhimento acaba por ser identificado como um lugar de liberdade, no qual elas têm voz. Estas transformações não se limitam apenas à vida individual das mulheres, mas atingem as suas relações conjugais, onde se encontram com maior liberdade de expressão e com novas perspetivas para educarem os seus filhos.

"Eu sou uma mulher dentro do corpo de um homem, porque eu consigo fazer tudo sozinha. Mesmo para pintar a casa, fazer pequenas obras, mudar as lâmpadas, para ir ao supermercado. Uma mulher solteira, ela tem que fazer tudo. E assim eu sou uma mulher forte, é o que posso dizer. Eu sinto que, eu não sou a mulher que era suposto ser na África, sou uma mulher que tem uma voz, e eu quero ser ouvida. E eu posso cuidar de mim e cuidar de outros. Cuidar de situações, e posso ir a público e falar sobre algo que eu não poderia fazer no meu país." (Ana, Quênia)

“Agora eu posso tudo, posso falar, posso usar qualquer roupa, posso ir para qualquer país, posso tudo (...).” (Samira, Iraque)

“(...) na Síria não podia sonhar, só viver o dia a dia, mas cá tenho filhos e o que eu queria fazer e não podia, vou permitir meus filhos fazerem. (...) a relação entre mim e meu marido (mudou), agora posso falar, na Síria não podia falar com marido e ele vai me bater.” (Mari, Síria)

d) Racismo e xenofobia

Ainda dentro da temática das identidades, algumas entrevistadas destacaram experiências de discriminação, racismo, islamofobia e xenofobia em Portugal.

“Eles olham todos com a cor. Eles olham identidade, a cor e terminou. (...) Porque sempre nos chamam de migrantes, você tem documento, não tem, pediu asilo ou não, é migrante. É igual, porque não é daqui. Para nós é, suficiente, porque somos negros. Os negros não podem ser portugueses, é assim. É a vida.” (Janaina, Camarões)

Ainda que possua a documentação legal em Portugal, Janaina sente que é discriminada em virtude da sua raça e exposta a xenofobia por pertencer a uma outra nacionalidade, comprometendo sua integração social.

“Uma amiga minha falou com chefe dela (sobre uma oportunidade de trabalho para mim). E ele perguntou ‘como é que ela é?’ E ela disse que eu uso hijab e um vestido preto comprido. E ele disse: ‘não, não, ela é do Isis vai bombardear a minha empresa.’” (Mari, Síria)

“Fiquei em choque quando fui para entrevista. Pediram um papel (dizendo) que eu não faço mal para ninguém (...) que eu não tenho armas. E eu perguntei a minha amiga portuguesa, porque ela pediu (o documento) os portugueses fazem (o documento)? Ela disse ‘não, é porque você é refugiada, ela pediu este papel pensou que vai matar alguém.’ Não sei como é que eles estão a pensar assim.” (Iman, Síria)

A religião é outro fator que tem sido identificado por estas mulheres como promovendo a sua marginalização. Desde o 11 de setembro de 2001, com o ataque terrorista às Torres Gêmeas nos Estados Unidos da América, pode observar-se um aumento dos discursos e atos discriminatórios dirigidos a pessoas muçulmanas. Estas manifestações de islamofobia constroem estas mulheres como uma ameaça pela sua pertença a um grupo religioso e pela sua vestimenta, contribuindo desta forma para a sua vulnerabilização, inferiorização e limitação de oportunidades em Portugal. Devido a esta discriminação, as mulheres vêm-se questionadas nas suas identidades e obrigadas a provar à partida que são pessoas de confiança.

3. MAPEAMENTO DOS PROGRAMAS E AÇÕES DE ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO – DESAFIOS E ESTRATÉGIAS

O Mapeamento de programas e ações de acolhimento e integração desenvolvidos pelo projeto recolheu ao todo informações de 31 entidades que atendem refugiados, por meio de entrevistas com técnicos das organizações e informantes chave, grupos de discussão e inquérito *online*. Dentre os assuntos destacados ao longo destas atividades, as entidades elencaram diferentes desafios enfrentados pelas mesmas e pelos próprios refugiados acolhidos em Portugal no desenvolvimento apropriado do acolhi-

mento e integração de pessoas refugiadas no país. Tais desafios estão relacionados a comunicação com os refugiados, aspetos organizacionais da política de acolhimento, a entrada no mercado de trabalho pelos refugiados acolhidos, educação para este público, a falta de monitorização das políticas de acolhimento e o envolvimento das pessoas refugiadas no processo de integração e desenho de políticas públicas. Com o objetivo de ultrapassar estes desafios, as entidades passam a desenvolver e refletir sobre possíveis estratégias que tragam respostas a esta realidade, conforme Tabela 9.

Tabela 9. Desafios e estratégias no acolhimento de refugiados, segundo as entidades

Categoria	Desafios	Estratégias
Comunicação	<ul style="list-style-type: none"> - Barreira linguística - Necessidade de tradutores - Não oferta de cursos de português pelo IEFP 	<ul style="list-style-type: none"> - Candidaturas a projetos financiados pelo FAMI (Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração) para financiarem cursos - Aulas de português desenvolvidas por psicólogos e voluntários - Trabalho com tradutores e voluntários
Organizacional	<ul style="list-style-type: none"> - Burocracias - Falta de respostas por parte do Estado - Dificuldades com SEF - Acesso dos refugiados aos seus direitos - Prazos das documentações não são respeitados - Dificuldade de acesso aos decisores políticos - Rotatividade dos decisores políticos - Falta de recursos financeiros - Escassez de recursos humanos especializados - Falta de experiência do país - Falta de continuidade nas ações - Falta de clareza do sistema de acolhimento - Saber 'quem é quem' e de que é responsável - Falta de políticas de acolhimento - Todas as responsabilidades estão sobre as entidades de acolhimento - Trabalho focado na urgência e crise sem devida planificação 	<ul style="list-style-type: none"> - Trabalho de advocacy - Canalizar as necessidades para os serviços existentes - Diálogo com ACM - Mapeamento dos projetos já existentes - Procurar legislações que respondam às necessidades - Pressionar o Estado - Desenvolvimento de parcerias e trabalho em Rede
Mercado de trabalho	<ul style="list-style-type: none"> - Incompatibilidade entre as formas de pagamento e a manutenção dos subsídios. - Inadequação dos Cursos profissionalizantes à realidade dos refugiados - Falta de acompanhamento/apoio para assinatura de contratos de trabalho - Validade das documentações dos refugiados que impede a contratação - Precariedade - Mudança de área de atuação das entidades envolvidas - Contratação de refugiados 	<ul style="list-style-type: none"> - Exigir uma via de acesso ao trabalho - Mediação entre refugiados e empregadores

Educação	<ul style="list-style-type: none"> - Diversidade nos níveis de escolarização dos refugiados - Burocracia para a validação de diplomas - Acesso à Universidade - Falta de cursos profissionalizantes 	<ul style="list-style-type: none"> - Exigir o acesso à universidade - Cria vias para a validação de competências
Monitorização	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de monitorização das políticas - Falta de precisão do relatório do ACM 	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento de um contra relatório por parte das entidades envolvidas
Envolvimento das pessoas refugiadas	<ul style="list-style-type: none"> - Participação ativa dos refugiados na sociedade - Culpabilização dos refugiados - Gestão realista das expectativas dos refugiados - Acesso aos refugiados - Construção de confiança - Comprometimento dos refugiados - Diferenças culturais - Ambivalência entre o vivido pelos refugiados e comunicado pelo Estado 	<ul style="list-style-type: none"> - Convidar os refugiados a participarem dos processos, colaboração conjunta - Trabalho em pares - Desenvolver relacionamento - Acompanhamento das pessoas - Trabalhar com mediadores - Agir conforme a cultura

Fonte: Elaboração própria

a) *Dificuldades de Comunicação*

As dificuldades de comunicação estão entre os desafios mais enfatizados pelas entidades ao longo das atividades do projeto. A barreira linguística e a falta de tradutores dificultam às entidades perceber as necessidades e as expectativas das pessoas acolhidas e estabelecer um diálogo fluido e claro sobre a realidade no país e sobre o processo de acolhimento, colocando em evidência a escassez de ofertas de cursos de português para pessoas refugiadas e a falta de continuidade e padronização nos cursos disponibilizados. Verificámos também um alto nível de burocratização, como por exemplo a exigência de um número elevado de inscrições para a abertura de turmas, o qual é difícil de atingir devido ao reduzido número de pessoas refugiadas no país, a descentralização e dispersão geográfica, e a exigência de documentos que os refugiados em geral ainda não possuem (título de residência, cartão de contribuinte e número de identificação bancária). O curso disponibilizado pelo Estado é o Programa Português para Todos (PTT), gerido pelo ACM e implementado pela Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE) e pelo IEFP, por meio dos centros de emprego e formação profissional⁴. Em consequência, o desconhecimento do português dificulta de forma significativa a inserção dos refugiados no mercado de trabalho, o acesso aos serviços de saúde, a própria socialização com outros grupos, criando obstáculos a que os refugiados se tornem autónomos.

Perante este desafio, muitas organizações criam estratégias próprias a fim de suprir a necessidade de aulas de português para os seus beneficiários. Uma das entidades destacou que uma das estratégias adotadas foi que profissionais de outras áreas ministrassem as aulas, com o objetivo de garantir a continuidade da aprendizagem. Ainda que num primeiro momento esta estratégia possa suprir um desafio urgente, acaba por sobrecarregar profissionais, limitar a dedicação às tarefas para as

⁴ Vd. <https://www.acm.gov.pt/-/como-possou-frequentar-um-curso-de-lingua-portuguesa-para-estrangeiros->

quais foram contratados, além de não assegurar um ensino de qualidade da língua, uma vez que estas profissionais não possuem a formação específica para o ensino de línguas.

“(...) enquanto entidade de acolhimento, percebemos que quem era suposto dar aula de português era o IEFP, mas não havia oferta. Houve alturas que nós tínhamos psicólogas a dar aulas de português, porque era mesmo preciso e pronto.” (Entidade de acolhimento 3, Grupo de discussão julho/2019)

Outro tipo de estratégia implementada para ultrapassar a problemática da comunicação e da ausência de oferta formativa de português por parte do IEFP foi a submissão de um projeto próprio para um curso de português a uma chamada aberta pelo Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI). Contudo, o projeto não pôde ser desenvolvido em virtude das restrições do financiamento, que previa que cada entidade poderia ser beneficiária de apenas um apoio. Uma vez que a entidade em questão já recebia outro financiamento estatal, o projeto, apesar de aprovado, não foi autorizado, prejudicando sobretudo os refugiados acolhidos pela instituição que ficaram sem as aulas de português.

“E, portanto, as respostas que nós tínhamos criado (um curso de português) para acometer aquilo que não existia nos programas de acolhimento, não podemos usar, porque não nos iam financiar os cursos porque já temos outro financiamento. Embora já era suposto aquilo existir nos programas de acolhimento (...)” (Entidade de acolhimento 3, Grupo de discussão, julho/2019)

b) Desafios Organizacionais

As entidades ressaltam a falta de clareza sobre o funcionamento das estruturas do Estado responsáveis pelo acolhimento e integração: processos que devem ser executados pelos refugiados para o acesso aos documentos, a benefícios sociais e a alojamento, e pelas entidades para o recebimento de financiamentos. Nesse sentido, as organizações destacaram a responsabilidade em ser uma ponte entre os beneficiários e o acesso a direitos, habitação, saúde, educação, sem que haja infraestrutura e apoio financeiro adequados, dada a debilidade do Estado de bem-estar social português e a falta de compromisso dos decisores políticos a trabalhar nesta área.

No desenho das políticas de acolhimento e integração de refugiados, Portugal optou por uma estratégia nacional baseada nos princípios: institucional, descentralizada e em consórcio, os quais têm sido fortemente contestados. O facto de que diferentes instituições têm distintas responsabilidades pelos refugiados, sem que haja definições claras sobre as obrigações de cada entidade, permite, por um lado, que as responsabilidades não sejam assumidas pelas entidades competentes e, por outro, sobrecarrega as entidades da sociedade civil.

“(...) parece que tudo é uma terra de ninguém, tem bem competência sobre nada. O MAI (Ministério da Administração Interna) só trata de uma parte específica do FAMI, de um determinado fundo e todo resto encaminha para outro lado. O ACM, a mesma coisa. As entidades de acolhimento, nós próprios não somos entidade de acolhimento, mas trabalhamos na experiência como se fossemos uma entidade de acolhimento, porque no fundo executamos o programa, e há respostas, que temos que explicar “desculpa, mas não sou eu que posso te dar esta resposta, porque isso deveria ser tratado por alguém que não tratou”. E isso para as pessoas é kafkiano, ninguém tem uma resposta para dar. E isso é a maior frustração para as pessoas, obviamente, como para quem tenta trabalhar com elas: “tens toda razão, mas eu não consigo te dar outra

resposta que esta não resposta. Tens razão, deveria ser assim, mas não é. O que podemos fazer agora com isso? Sim, já devia ter o documento certo, mas não tens. O que podemos fazer no entretanto?” É preciso estar sempre nessa lógica de desconstrução e mais de ação, porque parece que não há ninguém que tenha uma palavra final sobre as questões.” (Entidade de acolhimento 3, Grupo de discussão, julho/2019)

“(…) não há só ali uma entidade a quem podemos recorrer, como não é claro o sistema, mesmo para quem trabalha há imenso tempo no sistema. Não é claro qual é o caminho. Não há interesse em tornar isso claro.” (Organização da sociedade civil 2, Grupo de discussão, julho/2019)

Para além da falta de clareza sobre os processos, a estrutura hierárquica revela-se muito rígida. Há uma grande dificuldade por parte das entidades da sociedade civil em ter acesso aos decisores políticos, seja pela baixa prioridade dada às políticas de asilo ou pela rotatividade de pessoas nos cargos, que contribuem para que o trabalho desenvolvido seja desconsiderado.

“(…) (temos) dificuldade de chegar aos decisores políticos, uma dificuldade de acesso porque existe uma estrutura muito rígida de poder e de hierarquia.” (Organização da sociedade civil 2, Grupo de discussão, julho/2019)

A falta de recursos humanos capacitados, com formação profissional adequada e conhecimento especializado na realidade do asilo e a precariedade das condições laborais devido a escassez de recursos financeiros investidos no processo de acolhimento foram também destacados como um desafio.

“Há falta de recursos, por isso há poucas pessoas a trabalhar em um assunto que precisa de muito investimento e por isso o trabalho é precário, é precário o impacto. O impacto poderia ser muito maior, se houvesse mais investimento, se houvesse mais tempo.” (Organização da sociedade civil 2, Grupo de discussão, julho/2019)

c) Desafios no mercado de trabalho e na educação

A entrada de pessoas refugiadas no mercado de trabalho também é identificada pelas entidades como um grande desafio enfrentado pelos refugiados. Isto dá-se devido à escassez de oportunidades no país, às burocracias na contratação, além do não reconhecimento das qualificações e formações profissionais dos refugiados. Em geral, as opções de inserção laboral dos refugiados limitam-se a empregos e vínculos precários, em especial por meio de recibos verdes e contratações temporárias, que são incompatíveis com a manutenção do recebimento de alguns auxílios do Estado, como o Rendimento Social de Inserção (RSI). Este conflito acaba por inibir a entrada no mercado de trabalho, sendo uma estratégia para assegurar a continuidade do benefício.

“E há muitas pessoas que tendo os RSI não quer passarem o recibo (verde) porque se não, compensa, para receber 60 euros, perde 280 no mês”. (Entidade de acolhimento 3, Grupo de discussão, julho/2019)

Outro fator que limita as oportunidades laborais para pessoas refugiadas é a validade da autorização de residência recebida, que é excepcionalmente por 6 meses, ao contrário dos imigrantes que é de no mínimo 12 meses. Esta curta duração acaba por desincentivar a contratação por parte dos empregadores devido aos riscos de não renovação do documento e consequentes problemas burocráticos.

“(…) a questão de o cartão de residência dizer 6 meses, e às vezes não é empregado por isso, (...) as enti-

dades preferem uma pessoa que tenha uma residência assegurada, não sabe se daqui a seis meses não vai estar". (Organização da sociedade civil 2, Grupo de discussão, julho/2019)

A exigência da documentação original que ateste o nível de escolaridade para a validação dos diplomas ou reconhecimento de habilitações e qualificações constrange igualmente as oportunidades de inserção laboral dos refugiados. Em alguns casos, devido à urgência da partida, não houve a oportunidade de reunir nenhum tipo de documentação, enquanto noutros casos os documentos foram perdidos durante a trajetória.

"(...) a questão do acesso à universidade. O fato é que nós vemos muitas pessoas que se calhar começaram o curso e a meio tiveram que fugir. E que tem experiência e capacidade que podem ser altamente enriquecedoras para o país, e depois por verem, oportunidades, porque o sonho estava voltado a trabalhar e contribuírem de uma forma que estava mais alinhada com as capacidades, e o que acontece que ao ser fechada essa porta, é que vão estar a trabalhar em trabalhos que não vão puxar o máximo de suas capacidades e isso acaba por se tornar mal para todos. Para o próprio processo individual da pessoa, da felicidade que a pessoa sente e também de mais." (Organização da sociedade civil 2, Grupo de discussão, julho/2019)

d) Falta de monitorização e avaliação

A falta de avaliação e monitorização das políticas de acolhimento e integração de refugiados em Portugal foi outro ponto destacado pelas entidades, uma vez que não permite identificar as áreas que precisam de ser melhoradas. O programa de acolhimento de refugiados recolocados teve início em 2015 e apenas um relatório foi desenvolvido pelo ACM até 2020, o Relatório de Avaliação da Política Portuguesa de Acolhimento de Pessoas Refugiadas (ACM, 2017), em resposta a uma solicitação da Assembleia da República. De acordo com as entidades, as informações contidas no relatório apresentam números e indicadores acrícticos que não avaliam a qualidade dos serviços, não condizem com as experiências das organizações no campo e não consideram as perspetivas dos próprios refugiados, mascarando os problemas das políticas de refúgio e asilo em Portugal.

"(...) não há avaliações, o único relatório oficial do ACM é de 2017, portanto não houve avaliação de 2018. (O relatório) fala só de alguns aspetos, não era uma avaliação global. Na nossa opinião não espelha absolutamente nada daquilo que é a realidade." (Entidade de acolhimento 3, Grupo de discussão, julho/2019)

Uma avaliação e monitorização adequada, com um amplo diálogo com as entidades e os beneficiários das políticas, é fundamental para uma análise apropriada da qualidade do programa, da sua eficácia e do cumprimento dos seus objetivos. Contudo, a Assembleia da República, por meio da Resolução nº292/2018, recomendou ao Estado a elaboração e apresentação de um relatório anual que traduza de forma qualitativa e quantitativa a política de asilo em Portugal. Neste sentido, o Observatório das Migrações do ACM publicou em 2020 o relatório "Entrada, acolhimento e integração de requerentes e beneficiários de proteção internacional em Portugal" (Oliveira, 2020). Este relatório traz um amplo contexto do acolhimento de refugiados no país, diferenciando os diferentes programas de acolhimento existentes, não se focando apenas na recolocação como o relatório anterior. Além disso, o relatório apresenta dados qualitativos, a partir dos depoimentos de técnicos de órgãos estatais e entidades de acolhimento, o que se configura como um avanço. Porém, não contempla a perspetiva dos próprios refugiados.

e) Falta de envolvimento das pessoas refugiadas e requerentes de asilo

As entidades também apontam para a ausência de espaços nos quais os refugiados possam ser ouvidos, envolverem-se e participarem de forma ativa no processo de construção dos programas de acolhimento e integração, pelo que os processos não são participativos.

“(...) a questão de realmente os refugiados fazerem parte, que isso não está a acontecer, os relatórios não têm em conta. (Não há avaliações) mas as avaliações que existem, mais profundas, ou menos profundas, não tem em conta a perspetiva dos refugiados que acho que é fundamental mesmo.” (Organização da sociedade civil 2, Grupo de discussão, julho/2019)

“(...) nós acharmos se calhar sabemos o que é melhor para os refugiados, e o que faz mais sentido para a vida deles e não, muitas vezes, enquanto projeto de vida não é o que mais desejariam.” (Organização da sociedade civil 2, Grupo de discussão, julho/2019)

As políticas portuguesas operam, portanto, no sentido de desempoderar, ou pelo menos não empoderar nem promover um sentimento de agência dos refugiados, reservando-lhes um papel de meros destinatários das políticas e apoios, o que indica que são compreendidos como sujeitos passivos e dependentes, sem agência. Desconsidera-se assim o valor das suas experiências e, portanto, das suas perspetivas para a construção e melhoria de projetos futuros.

O desconhecimento/desconsideração sistemático dessas experiências resulta numa construção imprecisa da realidade da situação destes sujeitos por parte de decisores políticos e meios de comunicação. Há uma tendência para dar maior visibilidade aos dados que favorecem o Estado, com o objetivo de fortalecer a imagem positiva de Portugal como país acolhedor da diversidade. Porém, este desencontro traz ainda mais barreiras no processo de integração desta população, visto que ao serem apresentadas publicamente como bem-sucedidas, as políticas não recebem pressão social nem reflexão para melhorias.

“E muitas vezes o que vamos sentindo que aquilo passa nas notícias e comunicado pelos decisores não é o que está sendo vivido no terreno, pois a primeira linha não sente isso. E havendo uma desconexão entre quem está a tomar as decisões e a comunicar, a formar a opinião pública sobre o assunto e aquilo que está mesmo a existir na prática, gera tensões, dificuldades. Poderia haver muito mais colaboração, uma lógica de confiança, que todos precisamos de contribuir, todos sentarmos a mesa.” (Organização da sociedade civil 2, Grupo de discussão, julho/2019)

Além disso, as entidades ressaltam a existência de uma culpabilização dos refugiados pela sua má integração por parte de representantes do Estado. A não aprendizagem da língua e as dificuldades na entrada no mercado laboral são ressaltadas como falta de interesse e ação dos refugiados, sem considerar a debilidade de todo o sistema de acolhimento e integração portugueses.

“O grande problema é que a culpa, o último culpado de toda esta situação, é o refugiado. Isto que é mais uma frustração, (...), quando um refugiado vai ao SEF para renovar o documento, e não consegue cumprimentar a inspetora de forma decente, então a inspetora se pergunta “tu não consegues, isso são três anos de residência, acabaste os três anos e tem que renovar. E não consegue me cumprimentar e dizer o que precisas” (...) Então o culpado final é sempre o refugiado. Não é sempre assim, o passe que não chega lá (no curso), e quando chegas lá a professora é voluntária, depois vem outra voluntária, depois vem outra voluntária, e todas

estas dimensões que dificultam esta parte da aprendizagem da língua.” (Organização da sociedade civil 2, Grupo de discussão, julho/2019)

Em contrapartida, nota-se um crescimento no número de associações criadas por pessoas em situação de refúgio que, na falta de espaços de participação política promovidos pelo Estado, passam a organizar-se de forma a dar visibilidade às suas realidades, desafios e demandas, expressando-se de forma política na luta por direitos.

4. MODELO DE (DES)GOVERNANÇA E SOCIEDADE CIVIL

A opção pelo desenvolvimento de uma política baseada numa forte cooperação da sociedade civil, através de consórcios com entidades para o acolhimento e integração, resultou numa transferência da responsabilidade do Estado para estas organizações parceiras, as quais assumiram a implementação e efetivação das ações de acolhimento e integração dos refugiados. As iniciativas portuguesas voltadas para responder aos desafios subjacentes à realidade do refúgio e dos refugiados não estão relacionadas diretamente com um plano político estruturado e integrado, mas sim com uma forte rede de solidariedade assumida e organizada pela sociedade civil. O Estado assume neste contexto um papel de gestor e coordenador desta rede e desta forma desresponsabiliza-se das falhas na implementação e da qualidade das ações e respostas oferecidas. Neste sentido, as fronteiras difusas entre a responsabilidade do Estado ao nível das políticas e a resposta solidária da sociedade civil resultam numa governança complexa e num modelo ineficiente. Segundo o que Santos (1995) identifica como “sociedade de providência”, nota-se que, à semelhança de outras situações, na ausência do Estado-Providência, a sociedade portuguesa vê-se incumbida de assumir as responsabilidades governamentais e dar respostas à sua incompetência ou silêncios.

Se bem que o modelo de governação seja novo devido as alterações resultantes tanto da Estratégia para as Migrações adotada pela UE e pelo estado português, assim como ao novo papel assumido pelo ACM, este órgão deveria ter sido mais assertivo. A falta de clareza e de definições claras dos papéis e responsabilidades do ACM, assim como também do CPR e da PAR, e a nova articulação com as câmaras municipais e as entidades responsáveis pelo acolhimento e integração, levou a uma situação de alta complexidade durante um momento de crise, que pode ser descrita como de (des)governança e falta de ação atempada.

Além disso, o distanciamento do Estado do terreno e da experiência quotidiana dos refugiados e a falta de monitorização adequada permite que a ‘não integração’ seja avaliada pelo Estado como uma falha das entidades de acolhimento, as quais também não tinham experiência, e como uma negligência individual, responsabilizando os refugiados pelo seu “fracasso” (Bauman, 1999).

Para além do apoio limitado oferecido pelo Estado, o mesmo cria trâmites muito burocráticos que dificultam ainda mais o trabalho das entidades, que estas avancem com os seus projetos e ações e que os refugiados tenham acesso aos seus direitos. Assim, as organizações desenvolvem estratégias que respondem de forma emergencial às necessidades apresentadas, mas gostariam de ver uma atuação

mais efetiva por parte do governo português, no apoio as entidades de acolhimento e demais organizações, o desenvolvimento de aulas de português, vias de acesso a universidade, validação de diplomas e mercado de trabalho, além da clareza nos sistemas e vias de diálogo e monitorização adequadas.

Czaika e de Haas (2013) discutem as políticas migratórias a partir da conceitualização de *policy gaps*, ou seja, lacunas entre o discurso político e as políticas no papel (*Discursive gap*), disparidade entre as políticas no papel e a sua implementação (*implementation gap*) e a eficácia das políticas e até que ponto as políticas implementadas são capazes de afetar a vida dos migrantes (*efficacy gap*). Em Portugal, a partir dos resultados deste estudo, é possível observar uma lacuna na implementação das políticas, dado que estas são apresentadas na estrutura organizacional como um forte apoio das organizações do Estado aos refugiados, mas na prática as entidades da sociedade civil encontram-se sem apoio para o desenvolvimento do programa de acolhimento. Neste sentido, há uma lacuna na eficácia destas políticas, pois os refugiados não conseguem tornar-se autônomos nem integrarem-se de forma efetiva no país. As políticas desenvolvidas no papel garantem um apoio às entidades de acolhimento e uma integração dos refugiados em 18 meses, com o pleno acesso a serviços e direitos, etc., mas na prática, e no que foi observado ao longo deste projeto, isto não acontece.

5. PROGRAMAS E AÇÕES DESTINADOS A MULHERES REFUGIADAS

Ao longo da realização do projeto, evidenciou-se uma lacuna em programas e ações destinados exclusivamente ou com foco prioritário nas mulheres refugiadas. O inquérito *online* desenvolvido entre novembro de 2019 a fevereiro de 2020 recebeu 14 respostas; o perfil das entidades que responderam é variado, desde uma associação responsável por um restaurante que emprega mulheres refugiadas, cinco entidades de acolhimento, uma entidade de acompanhamento na integração de refugiados, duas entidades de apoio a vítimas de violência e cinco entidades de apoio social. As entidades desenvolvem diferentes tipos de atividades, desde o acolhimento de famílias refugiadas, prestação de serviços de suportes a vítimas de violência, apoio social para pessoas refugiadas, entre outros. Dentre os países de origem das pessoas atendidas pelas instituições que responderam, destacam-se: Síria, Iraque, Eritreia, Sudão e Somália.

Contudo, evidenciou-se que a perspetiva de género é pouco presente nas entidades que atendem a esta população. Apenas cinco organizações alegaram ter projetos/atividades específicas para mulheres. As atividades mencionadas relacionam-se com: o suporte a vítimas de violência, cujas atividades se podem adequar a cada grupo específico; a recolha de testemunhos de vítimas de abuso, organização e luta por direitos; atividades de cozinha e workshops, referentes a um restaurante; encontros semanais entre mulheres a fim de promover a integração e o ensino de novas habilidades (computação, costura, maquiagem, etc).

Sendo assim, observa-se que apenas uma organização tem ações regulares e com foco nas mulheres refugiadas nas suas mais diferentes áreas, a fim de promover capacitação, desenvolvimento de comunidade e integração plena em Portugal. Por outro lado, e embora várias das entidades reconhecessem

a importância de adotar uma perspectiva de gênero nas intervenções, a maioria não as desenvolve. O mesmo acontece nas entidades públicas, a perspectiva de gênero não existe, embora a sua necessidade seja ressaltada.

5.1. Ações e atividades para mulheres refugiadas

Conforme observado acima há uma escassez de projetos, programas e ações que tenham em conta a especificidade do gênero e sejam destinados as mulheres refugiadas. No entanto, na entrevista às mulheres refugiadas, incluímos algumas perguntas sobre o assunto de modo a recolher ideias e necessidades das interessadas. Dentre elas, destacam-se as seguintes:

- *O que acha que as organizações poderiam fazer diferente para facilitar a integração em Portugal?*
- *Que tipo de ação ou programa poderia ajudar ou facilitar a mulher refugiada?*

As respostas das entrevistadas trazem evidências de desafios vivenciados na integração no país e sugestões de ações que poderiam ser executadas, a fim de facilitar a inserção local. Nas suas narrativas, as entrevistadas destacaram a importância de espaços de convívio com outras pessoas, conhecer culturas diferentes e a cultura portuguesa. Destacaram também a importância de programas eficazes para o ensino da língua portuguesa, antes da entrada no mercado de trabalho e para a integração em geral. A formação profissional e a continuação dos estudos também esteve dentro das ações destacadas pelas entrevistadas.

“Ensinar português, ou nos ensinar, formação profissional, por exemplo curso de cabeleireiro ou cozinheira ..etc para mim não me importa continuar meu estudo posso estudar outra coisa, e apoiar suporte financeiro.” (Yara, Iraque)

“A primeira coisa e mais importante é ajudar (...) estudar. Minha opinião devem ser como outro país da Europa ficar em casa 3 anos estudar 3 anos, aprender mais sobre culturas, acho que é bom para o Portugal também. Se trabalharmos muito, produziremos mais. Assim vamos ajudar a desenvolver a economia do país. Se trabalhamos em Farmácia ou enfermeira ou etc, não vai ser como trabalhar de empregada. (...) Obrigar a mulher a estudar. Eu acho que toda mulher tem um talento em que pode trabalhar e criar e ajudará a si mesma e ao país.” (Amal, Síria)

Segundo as entrevistadas, o investimento na formação profissional, conhecimento da cultura do país de acolhimento e ensino da língua portuguesa proporcionaria uma melhor qualificação, maiores oportunidades de trabalho e com isso um retorno mais efetivo para si mesmas e para Portugal. Ainda que este seja um investimento a longo prazo, trará soluções mais duradouras para ambas as partes envolvidas.

“Eu acho que sobre a integração, a integração de migrantes, nós precisamos primeiro de educação. Como aqui, as pessoas não falam a língua, se eles têm escola para dois níveis, não só o primeiro nível. E se o CPR, antes, não sei se mudou, mas antes eles não davam certificado. Então se fizer este primeiro nível, recebe um certificado e quando você faz o segundo nível recebe certificado. Porque você estuda, dois, três meses e acabou. Mudam o lugar dos migrantes, e não tem nenhuma formação profissional aos migrantes” (Janaina, Camarões)

A falta de oportunidades de ensino da língua portuguesa e de cursos de formação profissional estão muito presentes nas entrevistas. Isso ocorre pela falta de cursos disponíveis para a aprendizagem, cursos insuficientes, sem metodologias adequadas e níveis de desenvolvimento, conforme salientado anteriormente. Além disso, as mulheres que são mães apresentam um desafio acrescido no acesso às aulas, sem ter espaços ou pessoas com quem deixar seus filhos, o que impede a sua participação. Sendo assim, seria fundamental o desenvolvimento de cursos de português, com metodologias e níveis de ensino, certificações e espaços adequados onde as crianças possam ficar durante as aulas.

As narrativas das refugiadas também enfatizaram a falta de entendimento por parte das organizações de acolhimento sobre a cultura e quem são as pessoas refugiadas acolhidas. Nesse sentido, enfatizam a necessidade de um maior conhecimento sobre a cultura e a realidade das pessoas que estão a chegar em Portugal. Em virtude da falta de experiência de Portugal no acolhimento de pessoas refugiadas, as entidades não estavam preparadas ou não tinham de início a *expertise* necessária para este trabalho. Destaca-se assim a importância de as organizações se prepararem para o trabalho de acolhimento, investindo numa melhor compreensão das culturas de origem e a história dos acolhidos, para então desenvolverem um plano com ações mais apropriadas e eficazes de acolhimento.

“As organizações antes de acolher as pessoas têm que fazer uma investigação sobre a vida das pessoas, esta pessoa como é que estavam a viver. Não é só ‘vocês são refugiados e nós vamos dar vos comida’, tem que saber nossa educação, costumes culturais e pensamentos, fazer um plano de integrar nos países. As organizações têm que saber nossas vidas lá, não só dizer ‘marhaba’. Trouxeram os refugiados de um ambiente para um ambiente completamente diferente e não me ajuda, e me deixaram sozinha cá, porque vocês me trouxeram para cá (Portugal)?” (Rita, Síria)

“(…) nossa organização e igreja devem nos conhecer. Apoio não é só dar dinheiro, apoio é apoio moral e psicológico, tipo nós sentirmos que temos outra família. Nossa vida agora é só telemóvel!” (Yara, Iraque)

Outra ação destacada como importante refere-se ao acesso a informações sobre organizações que atendem e apoiam refugiados. As entrevistadas revelam uma dificuldade em ter acesso aos contactos certos e conhecer organizações que possam ajudá-las nesse processo. Evidenciou-se também a falta de informações sobre os processos legais em Portugal e os recursos a que têm direito, além da igualdade de oportunidades. Ou seja, observa-se que algumas pessoas têm acessos mais facilitados em virtude da rede de contactos que possuem, enquanto quem não teve acesso ou não conseguiu desenvolver redes de apoios fica sem solução para os seus problemas. Nota-se que faltam políticas públicas eficazes e as soluções são baseadas em ações informais e desiguais, o que gera maiores desigualdades sociais.

“Acho que eles têm que tratar todas as pessoas que precisam de ajuda igual. Porque as vezes, se você conhece alguém, você pode ter apoio ou ajuda, se você não sabe alguém, vai ficar com teu problema.” (Ana, Quênia)

Outro ponto salientado refere-se à falta de programas e projetos focados nas mulheres refugiadas, o que traz grandes prejuízos para elas nas suas integrações locais e desenvolvimento no país de acolhimento. Ana destaca a necessidade da criação de um espaço no qual as mulheres possam reunir-se, estarem ativas, produtivas e em contacto com outras mulheres; no entanto, as políticas de

descentralização de distribuição geográfica, por exemplo, impedem a existência de massa crítica que permita esse espaço.

“Juntar elas (mulheres refugiadas), porque quando saem do centro de refugiados, não há um sítio, não há um programa onde possam ficar. Quando saem do centro de refugiados, elas ficam sem acesso, algumas tem talentos, mas não sabem o que fazer. Algumas são boas cozinheiras, algumas sabem costurar roupas, tem talentos, mas não sabem o que fazer com os talentos. Não há uma organização que dê um suporte a elas nisso. E elas perdem foco, algumas ficam doentes, são velhas, algumas morrem. Porque a única coisa que podem fazer é ficar em casa. Elas não sabem a língua, não podem falar, não podem andar. Não tem nenhuma atividade que podem ficar ocupadas.” (Ana, Quênia)

A falta de uma perspetiva de género e ações destinadas às mulheres refugiadas traz grandes prejuízos na sua integração no país de acolhimento, prejudicando a sua saúde física e mental. Após o período de acolhimento institucional, no qual também não existe uma atenção especial às suas necessidades enquanto mulheres, as refugiadas ficam sem acessos e sem possibilidades de desenvolverem a sua autonomia e plena integração local. Evidencia-se a falta de projetos que potencializem os seus talentos, possibilitem a formação profissional e o desenvolvimento de atividades em comunidade.

“A única coisa que posso falar, e a única coisa que sempre lutei, é para elas (refugiadas) terem suporte na integração, pois a maioria, eu vivo com elas em Bobadela e escuto as histórias que dizem, elas estão sozinhas, vivem sozinhas, não tem vida, não tem amigos, não tem ninguém e a maioria tem doenças, diabetes, paralisias, porque não são ativas. Então a única voz que eu quero erguer é para o governo e centro de refugiados trabalharem com as mulheres, dar algo que elas possam fazer, necessidades básicas, para elas possam viver, ter casas. Porque os lugares que vivem também não é bom, e tem muito estresse. Algumas se tornam mentalmente incapacitadas, elas vão ao hospital psiquiátrico, algumas querem cometer suicídio, outras buscam ajuda em outros países. Devem ter suporte para integrar na comunidade.” (Ana, Quênia)

A falta de um apoio que dê seguimento após o período de acolhimento institucional é amplamente salientada pelas entrevistadas, com ênfase nas mulheres que chegaram a Portugal de forma espontânea e não têm direito ao apoio de 18 meses. Após o período no centro de refugiados, encontram-se sozinhas, sem apoios, informações sobre seus direitos e os acessos aos serviços públicos e sem um local adequado para viver. Sendo assim, destaca-se a importância de políticas e ações com o foco nas mulheres refugiadas durante o período de acolhimento institucional e após o fim dos programas de acolhimento.

“era bom ajudar muitas pessoas que estão sofrendo. Como disse, era bom que pudessem nos ajudar! Como por exemplo, uma pessoa que possa nos ajudar, mesmo se puder dizer onde podemos ficar, ou como eu, alguém que diga como ir até a segurança social, ajudar a com isso, como fazer quando tem ajuda depois... Alguém para ajudar para procurar por você. Ajudar a ter um emprego, ajudar que a pessoa possa se ocupar de sua família. Minha filha hoje tem 11 anos, apesar disso, eu posso ter outro filho, eu não vejo isso. Eu digo, não é possível! Como eu vou fazer? Então... eu sou uma pessoa que sofre. Uma associação que possa nos ajudar, há pessoas que sofrem, muitas pessoas, eu conheço e sofro também, quem vai realmente nos ajudar?” (Vanda, Guiné-Conacri)

Como parte da metodologia participativa deste projeto, organizou-se um Grupo de discussão com mulheres refugiadas com o objetivo de compreender que ações e atividades poderiam ser desenvolvidas a fim de as capacitar e ir de encontro a seus desejos e necessidades. Dentre as ações mencionadas pelas mulheres destacaram-se: trocas culinárias, atividades manuais, maquiagem, capacitação na área de gestão de negócios com o intuito de serem qualificadas a abrirem negócios como os que tinham no país de origem, passeios em Lisboa e em Portugal, pois muitas mulheres não conhecem a cidade, mesmo morando no país há anos. Aulas de costura e computação também foram destacados pelas participantes, além de a possibilidade de aulas de atividades físicas adequadas às suas práticas culturais. Outro ponto destacado no Grupo de discussão foi a necessidade de conhecerem os seus direitos em Portugal, como o acesso a saúde.

Neste mesmo encontro as mulheres enfatizaram também a possibilidade de darem *workshops* sobre seus conhecimentos e habilidades e capacitarem-se umas às outras. Ou seja, evidenciam o desejo de não serem apenas beneficiárias de políticas e projetos, mas de contribuir para a comunidade em que estão inseridas, de forma prática e ativa. Mas esta oportunidade não tem sido considerada.

Para além das entrevistas e Grupo de discussão, o trabalho de campo esteve baseado em observações participantes numa organização que realiza atividades semanais com mulheres refugiadas. Dentre as conclusões deste processo, notou-se a importância de espaços de sociabilização. Os encontros foram organizados pela entidade em formato de *workshops* de capacitação sobre diferentes temas e habilidades, mas foi possível observar que, mais importante que o conhecimento obtido, o foco das mulheres participantes estava em conhecer outras pessoas e estarem inseridas em comunidade.

6. PANDEMIA COVID-19 E MULHERES REFUGIADAS

A partir de dezembro de 2019 e com maior ênfase em março de 2020 o mundo foi surpreendido pela Pandemia de COVID-19, que teve consequências para todas as pessoas mas em particular para alguns grupos vulneráveis, estando as pessoas refugiadas entre os grupos populacionais mais afetados e em risco neste contexto. As crises sanitárias potencializam ainda mais as injustiças sociais e desigualdades já existentes, sendo importante ressaltar que as pandemias não são neutras ao gênero (Cintra *et al.*, 2020). Segundo Cintra *et al.* (2020), para as mulheres refugiadas, cujas necessidades já são invisibilizadas em suas trajetórias, os riscos vivenciados em tempos de pandemia são ainda mais graves.

Para além do forte impacto ocasionado na vida das mulheres refugiadas, as entidades e projetos destinados a este público também se viram obrigados a adaptar as suas atividades e encontrar formas de responder às necessidades mais urgentes, como as relacionadas a saúde e suporte alimentar.

Em março de 2020, com o aumento do número de casos de pessoas infetadas pelo Coronavírus e as medidas de restrições sancionadas pelo Estado, o projeto “Trajetórias de Refúgio”, que se encontrava em fase de finalização das entrevistas e de planificação do Fórum Comunitário e ações empoderadoras, viu-se impedido de dar seguimento a várias das suas atividades.

Contudo, para além dos impactos na metodologia deste projeto, as mulheres refugiadas em Portugal foram igualmente afetadas pela pandemia de COVID-19. Em virtude deste cenário acontecer após as entrevistas com as refugiadas terem sido concluídas, não foi possível ter conhecimento direto acerca das experiências destas mulheres no contexto de pandemia. Contudo, um dos Grupos de discussão realizado durante o Fórum Comunitário foi dedicado apenas a esta temática.

Entre os principais impactos identificados estão:

- Agravamento de desafios já existentes em relação ao acesso aos serviços públicos e documentação.
- Aumento da vulnerabilidade das mulheres que trabalham no setor de limpeza, restauração e perda de trabalhos nesse período.
- Limitação no acesso à internet e a infraestruturas adequadas para as aulas das crianças.
- Aumento de situações de racismo e xenofobia, em que as pessoas refugiadas foram acusadas de transmitirem o Coronavírus.
- Aumento do isolamento social das famílias e consequente redução nas oportunidades de falar o português, o que prejudica a aprendizagem da língua.
- Dificuldade de acesso a habitação com falta de apoios estatais.
- Dificuldade de acesso às informações referentes à pandemia e às restrições impostas pelo governo, em virtude de estas serem em português e veiculadas em telejornais e comunicação social, meios a que as populações refugiadas em muitos casos não têm acesso, sendo necessário que organizações da sociedade civil desenvolvessem materiais em diferentes idiomas sobre estas informações.

CAPÍTULO 4.

RECOMENDAÇÕES

Diante das múltiplas vozes ouvidas ao longo deste projeto, incluindo as mulheres refugiadas, as entidades da sociedade civil, algumas organizações governamentais e internacionais, foi possível evidenciar lacunas, obstáculos e desafios nos programas e serviços prestados às populações refugiadas em Portugal. Desta forma, a partir de uma reflexão crítica e da análise dos dados obtidos no terreno, levando em consideração as necessidades de ações e estratégias a fim de transformar esta realidade, destacamos recomendações para o desenvolvimento de políticas públicas, projetos e ações destinadas a este público. Algumas recomendações partem das entidades envolvidas no projeto, outras das mulheres em situação de refúgio em Portugal, e ainda algumas desprendem-se da reflexão da equipa de investigação.

1. RECOMENDAÇÕES DAS ENTIDADES QUE ATENDEM PESSOAS REFUGIADAS

A partir do diálogo com as entidades que atendem pessoas refugiadas em Portugal, destacam-se as seguintes recomendações:

- Criação, desenvolvimento e facilitação de vias de acesso e diálogo entre as entidades da sociedade civil que atendem pessoas refugiadas e o Alto Comissariado para as Migrações (ACM);
- Mapeamento exaustivo das entidades, projetos, programas e iniciativas que atendem pessoas refugiadas em Portugal;
- Definição clara dos processos burocráticos para o acesso às políticas públicas e direitos assegurados a pessoas refugiadas;
- Relatórios de monitorização acerca da eficácia das políticas com dados críticos e qualitativos, tendo em conta as suas perspetivas e o género como foco de análise;
- Programas de inserção laboral de pessoas refugiadas no mercado de trabalho;
- Programas de entrada no ensino superior e formação profissional;
- Contratação e capacitação de mediadores culturais e tradutores tendo em conta a perspetiva de género e as muitas nacionalidades acolhidas no país;
- Reorganização e equilíbrio nas responsabilidades assumidas pelas organizações governamentais e sociedade civil;
- Envolvimento dos refugiados e participação nas tomadas de decisão e desenvolvimento de políticas, programas e projetos.

2. RECOMENDAÇÕES DAS MULHERES REFUGIADAS ENTREVISTADAS

As narrativas das mulheres refugiadas entrevistadas assinalaram muitos desafios e obstáculos, no entanto também deram pistas, sugestões e recomendações de ações para melhorar o processo de acolhimento e integração no país. Entre elas:

- Maior investimento e oportunidades de acesso a cursos de português que garantam a aprendizagem da língua, com níveis diferentes de instrução e certificação;
- Maior investimento em cursos de formação profissional para mulheres refugiadas em áreas em que já possuem conhecimentos;
- Desenvolvimento de programas e espaços de convívio para trocas culturais e desenvolvimento de relacionamento com habitantes locais e outros migrantes;
- Capacitação das entidades de acolhimento no que diz respeito à cultura das pessoas refugiadas que irão acolher;
- Desenvolvimento de projetos, programas destinados a mulheres refugiadas para o suporte após o período de acolhimento institucional – apoio psicológico, promoção da integração;
- Contratação de tradutoras que auxiliem as mulheres refugiadas no acesso aos serviços públicos, como serviços de saúde.

3. RECOMENDAÇÕES DA EQUIPA DE INVESTIGAÇÃO A PARTIR DOS DADOS RECOLHIDOS

Dentre as reflexões advindas do trabalho de campo desenvolvido neste projeto, nas suas mais diferentes formas, destacam-se as seguintes recomendações:

- Desenvolvimento de políticas públicas sensíveis ao género e à heterogeneidade presente neste grupo, assim como também considerar o género de forma transversal nas próprias políticas públicas;
- Introduzir uma maior sensibilidade ao género em todas as ações e políticas de acolhimento de refugiados desde o início do processo, quer nos centros de acolhimento, nos programas de integração e na atribuição de casas/vivendas autónomas;
- Incentivar o investimento em projetos destinados especificamente a mulheres refugiadas que sejam inclusivos e assegurem a participação das mulheres em situação de refúgio. A agência das mulheres em situação de refúgio deve ser central nestas iniciativas para que sejam projetos delas e não para elas ou com elas;
- Incentivar o investimento em projetos de investigação que tenham as mulheres refugiadas como alvo e protagonistas do estudo de modo a fomentar a capacitação e abrir oportunidades de emprego/formação para elas;
- Investir na capacitação e formação das refugiadas para que se possam desenvolver profissionalmente, indo além de trabalhos de pouca qualificação;
- Criação e promoção de informações e apoios para mulheres refugiadas em todos os âmbitos;
- Formação e capacitação de mediadores com sensibilidade cultural e de género, possibilitando a incorporação de populações refugiadas como fonte de emprego;
- Capacitação dos gestores públicos e entidades de acolhimento, com uma sensibilização abrangente tanto na perspetiva de género como na de refúgio;
- Desenvolvimento e incentivo ao trabalho em rede entre organizações da sociedade civil e entidades governamentais, assegurando a representação das populações refugiadas;
- Incentivar o desenvolvimento e facilitação de espaços de troca de experiências, incluindo mulheres refugiadas e também entidades que atendem a esta população;

- Preparação de um kit / brochura com informações e formações pré-partida abrangentes, com dados e expectativas realistas sobre Portugal e os seus programas de acolhimento e integração no país, que sejam também sensíveis ao género e em várias línguas, de modo a que todas as pessoas estejam informadas, prevendo uma forma de informação para quem não sabe ler e escrever;
- Criação e fomento de espaços para crianças, que possibilitem a presença das mulheres que são mães nas aulas de português e na formação profissional;
- Programas de apoio educativo para as crianças.

CONCLUSÕES

O projeto *Trajetórias de refúgio: análise de gênero, interseccionalidade e políticas públicas em Portugal* configurou-se como um trabalho exploratório diante da nova realidade da chegada de refugiados e refugiadas a Portugal, focando-se na trajetória, vivência e vozes das mulheres refugiadas. Dentre as reflexões advindas do trabalho de campo, comprovou-se a hipótese inicial de que a perspectiva de gênero ainda é escassa nas políticas e programas/projetos destinados a pessoas refugiadas, limitando o acesso das mulheres aos programas e projetos existentes. Em geral, as políticas e ações existentes destinadas ‘aos refugiados’ são cegas ao gênero. Verificou-se que todas as entidades envolvidas no acolhimento, integração, voluntariado, prestação de serviços, entre outros, reconheciam a importância do gênero e de desenvolver políticas públicas sensíveis às questões de gênero mas que, no entanto, estas políticas na realidade são muito escassas. O que significa que estamos numa etapa muito inicial e que ainda existe um longo percurso a recorrer.

As mulheres em situação de refúgio vivenciam desafios e obstáculos específicos, sendo que muitos deles estão vinculados a distintas formas de violência que se evidenciam ao longo das suas trajetórias de refúgio, assim como também às suas responsabilidades com os filhos (em toda a trajetória, acolhimento e integração em Portugal) e à maternidade, especialmente num país desconhecido e sem redes de apoio. Para muitas, as mudanças nos papéis sociais e de gênero implicam dificuldades, sendo processos longos difíceis de superar em 18 meses. Além destes desafios, outras refugiadas ressaltaram a falta de informações claras e suporte no acolhimento; a falta de uma rede de apoio; o medo e a insegurança relacionadas com o fim do programa de acolhimento sem ter perspectivas de futuro nem autonomia; o acesso a língua portuguesa (falta de oferta e de condições); a entrada no mercado de trabalho; a escassez de oportunidades de estudo e formação profissional que levem a uma melhor inserção laboral; a relação difícil com a organização de acolhimento à qual foram atribuídas. Adicionalmente, muitas delas salientaram a dificuldade e impacto de sofrer uma mobilidade social descendente.

Ao longo das suas trajetórias de refúgio, estas mulheres passaram por um processo de negociação e aprendizagem dos papéis de gênero e adaptação a um novo regime de gênero. De acordo com os dados recolhidos, este processo é ambivalente para as mulheres entrevistadas, podendo apresentar-se como opressor e/ou emancipador. Torna-se opressor à medida que evoca e exige comportamentos e papéis sociais distintos e por vezes conflitantes com a cultura de origem. Contudo, também pode ser emancipatório ao contribuir para a sua autonomia, independência, crescimento e desenvolvimento pessoal.

No que concerne ao processo que denominamos de “governança das políticas migratórias”, a estratégia desenvolvida pelo Estado português de delegar nas entidades da sociedade civil a responsabilidade pelo acolhimento e integração de refugiados é insatisfatória, uma vez que promove a desresponsabilização, sem definir claramente quem é responsável, incluindo um conjunto diverso de tarefas tanto de planificação como de prestação e monitorização, que envolve ou devia envolver as suas próprias

instituições e órgãos. As políticas de acolhimento e integração dos refugiados têm sido baseadas em ações de solidariedade lideradas e desenvolvidas pela sociedade civil, sem que exista um plano coeso e integrado de ação.

Portanto, é necessário que o Estado assuma a responsabilidade pela gestão e monitorização dos programas de acolhimento e integração, que promova um trabalho integrado e em rede, de cooperação mútua com a sociedade civil e que envolva também as pessoas refugjadas, dando-lhes um papel de protagonismo. Por fim, destaca-se que este estudo é um trabalho inicial, sendo necessário um maior investimento nesta área de investigação, tendo atenção aos diferentes programas de acolhimento, à heterogeneidade das pessoas acolhidas e às especificidades presentes nesta realidade, que precisam de ser investigadas nas suas particularidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACM (2017), *Relatório de Avaliação da Política Portuguesa de Acolhimento de pessoas refugiadas re-colocadas*. Disponível em https://www.acm.gov.pt/documents/10181/27754/Relatorio_Acolhimento+Pessoas+Refugiadas_Dez.2017.pdf/d21546b3-7588-483d-92a3-fa8185d61b5b
- ANTUNES, J. A. P. de J. (2017), “Refugiados e saúde mental: Acolher, compreender e tratar”, *Psicologia, Saúde & Doenças*, 18(1), 115-130.
- AVALLONE, G. (2019), “La política europea de control de las migraciones”, in N. MORALES e H. ROMERO (Eds), *Asilo y refugio en tiempos de guerra contra la inmigración*, Madrid: Libros de La Catarata.
- BALSA, C. (2014), A mediação entre os interesses e os valores, na construção de identidades em contextos multiculturais, in C. G. CHAI (org.), *Linguagem, Comportamento e Multiculturalismo*, São Luís: Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão/Jornal da Justiça/Cultura, Direito e Sociedade (DGP/CNPq/UFMA), pp. 15-41.
- BAUMAN, Z. (1999), *Modernidade e ambivalência*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- BINDER, S. e TOŠIĆ, J. (2005), “Refugees as a Particular Form of Transnational Migrations and Social Transformations: Socioanthropological and Gender Aspects”, *Current Sociology*, 53(4), 607-624. <https://doi.org/10.1177/0011392105052717>
- CAMINO, L. A. e KRULFELD, R. M. (1994), *Reconstructing Lives, Recapturing Meaning: Refugee Identity, Gender, and Culture Change*, Londres: Routledge.
- CASIMIRO, S., HANCOCK, P., e NORTHCOTE, J. (2007), “Isolation and Insecurity: Resettlement Issues Among Muslim Refugee Women in Perth, Western Australia”, *Australian Journal of Social Issues*, 42(1), 55-69. <https://doi.org/10.1002/j.1839-4655.2007.tb00039.x>
- CASSIANI, S. H. D. B., CALIRI, M. H. L., e PELÁ, N. T. R. (1996), “A teoria fundamentada nos dados como abordagem da pesquisa interpretativa”, *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 4(3), 75-88. <https://doi.org/10.1590/S0104-11691996000300007>
- CHUEIRI, V. K. e CÂMARA, H. F. (2010), “Direitos humanos em movimento: Migração, refúgio, saudade e hospitalidade”, *Revista Direito, Estado e Sociedade*, 36, 158-177. <https://doi.org/10.17808/des.36.210>
- CINTRA, N., GRUGEL, J. e RIGGIROZZI, P. (2020), *A Covid-19 ameaça a saúde e os direitos de mulheres e meninas migrantes na América Latina*. Disponível em <https://www.opendemocracy.net/pt/covid-19-saude-direitos-mulheres-migrantes-america-latina/>
- COELHO, J. M. B. L. (2017), *Mulheres refugiadas em Portugal*, Lisboa: ISCTE -IUL (Dissertação de mestrado). Disponível em <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/11465>

COMISSÃO EUROPEIA (2015), *Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões. Agenda Europeia da Migração*.

CONNELL, R. W. (1987), *Gender and power: Society, the person and sexual politics*, Stanford University Press.

COSTA, P., SOUSA, L., BÄCKSTRÖM, B., MAGANO, O., e ALBUQUERQUE, R. (2019), “O acolhimento de refugiados recolocados em Portugal: A intervenção das instituições locais” in A. M. SILVA, I. MACEDO e S. CUNHA (Eds.), *A Europa como Espaço de Diálogo Intercultural e de Mediação, Livro de atas do II Congresso Internacional de Mediação Social*, Braga: CECS - Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, pp. 113-133.

COUTINHO, C. P., SOUSA, A., DIAS, A., BESSA, F., FERREIRA, M. J. R. C., e VIEIRA, S. R. (2009), “Investigação-ação: Metodologia preferencial nas práticas educativas”, *Revista Psicologia, Educação e Cultura*, 13(2), 355-379. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/10148>

CRENSHAW, K. (2002), “Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero”, *Revista Estudos Feministas*, 10(1), 171-188. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>

CZAIKA, M. e DE HAAS, H. (2013), “The Effectiveness of Immigration Policies”, *Population and Development Review*, 39(3), 487-508.

DEACON, Z. e SULLIVAN, C. (2009), “Responding to the Complex and Gendered Needs of Refugee Women”, *Affilia - Journal of Women and Social Work*, 24, 272-284. <https://doi.org/10.1177/0886109909337401>

DIAS, M. L. (2006). *Pedido de Asilo em Portugal: Da Albânia até nós...História de vida de uma refugiada*, Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada. Disponível em <http://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/988/1/DM%20DIAS-ML1.pdf>

FAIST, T. (2018), “The moral polity of forced migration”, *Ethnic and Racial Studies*, 41(3), 412-423. <https://doi.org/10.1080/01419870.2017.1324170>

FIDDIAN-QASMIYEH, E. (2014), “Gender and Forced Migration”, in E. FIDDIAN-QASMIYEH, G. LOESCHER, K. LONG, e N. SIGONA (Eds.), *The Oxford Handbook of Refugee and Forced Migration Studies*, Oxford: Oxford University Press, pp. 395- 408.

FRANÇA, T. (2017), “Reflexões sobre o II Plano para a integração dos imigrantes (2010-2013) a partir dos estudos de gênero e feministas”, in B. PADILLA, J. AZEVEDO e T. FRANÇA (Orgs.), *Migrações internacionais e políticas públicas portuguesas*, Lisboa: Mundos Sociais, pp. 115-132

GOODSON, L. e PHILLIMORE, J. (2010), “A Community Research Methodology: Working with New Migrants to Develop a Policy Related Evidence Base”, *Social Policy and Society*, 9(4), 489-501. <https://doi.org/10.1017/S1474746410000217>

- HOPKINS, G. (2010)., A changing sense of Somaliness: Somali women in London and Toronto. *Gender, Place & Culture*, 17(4), 519–538. <https://doi.org/10.1080/0966369X.2010.485846>
- LA BARBERA, M. (2015), “Identity and Migration: An Introduction”, in M. LA BARBERA (Ed.), *Identity and Migration in Europe: Multidisciplinary Perspectives*, Cham: Springer, pp. 1–13. https://doi.org/10.1007/978-3-319-10127-9_1
- LANGER, J. (2004), “Crossing borders: The extent to which the voices of exiled and refugee women have adapted to their new Western diasporic space”, *Journal of International Women’s Studies*, 5(3), 66–66.
- LEMOS, L. (2018), *Processos de resiliência e género: Narrativas auto-biográficas de mulheres no contexto de migrações forçadas em Portugal*, Lisboa: ISCTE-IUL (Dissertação de mestrado). Disponível em <http://hdl.handle.net/10071/18301>
- LUÍS, A. A., SILVA, A., AUER, C., e ALBUQUERQUE, R. (2017). *Mulheres refugiadas em trânsito entre discriminações múltiplas: Uma síntese das vozes, Faces de Eva*, 37, 127-132.
- LUTZ, H. (2010), “Gender in the Migratory Process”, *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 36(10), 1647–1663. <https://doi.org/10.1080/1369183X.2010.489373>
- MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA (2015), *Asilo*. Disponível em <https://www.sg.mai.gov.pt/RelacoesInternacionais/UniaoEuropeia/Asilo/Paginas/default.aspx>
- MIRANDA, J. (2009). *Mulheres Imigrantes em Portugal: Memórias, Dificuldades de Integração e Projectos de Vida*, Lisboa: ACIDI.
- NÚÑEZ PUENTE, S., FERNÁNDEZ ROMERO, D., e VÁZQUEZ CUPEIRO, S. (2017), “Online feminist practice, participatory activism and public policies against gender-based violence in Spain”, *Feminist Theory*, 18(3), 299–321. <https://doi.org/10.1177/1464700117721881>
- OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES (2016), *A Atualidade de Refugiados em Portugal e na União Europeia*, Newsletter OM #7.
- OIM (2009), *Glossário sobre migração*, Genebra: Organização Internacional para as Migrações. Disponível em <https://publications.iom.int/system/files/pdf/iml22.pdf>
- OLIVEIRA, C. R. (2020), *Entrada, Acolhimento e Integração de Requerentes e Beneficiários de Proteção Internacional em Portugal*, Caderno Estatístico Temático #3, Coleção Imigração em Números do OM, Lisboa: ACM.
- PADILLA, B. (2007), “A imigrante brasileira em Portugal: Considerando o género na análise”, in J. M. MALLHEIROS (Org.), *Imigração brasileira em Portugal*, Lisboa: ACIDI, pp. 113–134. Disponível em https://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/179693/1_ImigrBrazileira.pdf/7d926056-f322-427a-8393-73fb1848da37

PADILLA, B. (2008), “O empreendedorismo na perspectiva de género: uma primeira aproximação ao caso das brasileiras em Portugal”, in C. R. OLIVEIRA e J. RATH, Jan (org.), *Revista Migrações - Número Temático Empreendedorismo Imigrante*, 3, Lisboa: ACIDI, pp. 191-215.

PADILLA, B. (2013), “Género y Migraciones: Nuevas reconfiguraciones y protagonismos de las mujeres latinoamericanas. A modo de introducción”, *Anuario Americanista Europeo*, 11, 1-9.

PADILLA, B. e GOLDBERG, A. (2017), “Dimensiones reales y simbólicas de la “crisis de refugiados” en Europa: Un análisis crítico desde Portugal”, *REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, 25(51), 11-27. <https://doi.org/10.1590/1980-85852503880005102>

PADILLA, B. e GOLDBERG, A. (2019), “Inmigración, refugio y contexto de integración en Portugal”, in N. MORALES e H. ROMERO (Eds), *Asilo y refugio en tiempos de guerra contra la inmigración*, Madrid: Libros de La Catarata, pp. 191-207.

PADILLA, B. e RODRIGUES, V. (2017), “Doing community research with the community? Reflecting on practical issues”, *La Critica Sociológica*, 203(3), 59-74.

PADILLA, B., e GOMES, M. S. (2016), “Empoderamento, Interseccionalidade e Ciberativismo: Uma Análise do ‘Manifesto Contra o Preconceito às Mulheres Brasileiras em Portugal’”, *Revista TOMO*, 28, 169-201. <https://doi.org/10.21669/tomo.v0i0.5425>

PADILLA, B., VIEIRA, A., e GOLDBERG, A. (2019), “La necesidad de un enfoque de género en el abordaje de los procesos actuales de refugio: Reflexiones en torno al caso de Portugal”, in N. MORALES e H. ROMERO (Eds), *Asilo y refugio en tiempos de guerra contra la inmigración*, Madrid: Libros de La Catarata, pp. 82-100.

PALLADINO, R. e IERMANO, A. (2019), “El sistema europeo de protección de los derechos humanos y la política de inmigración y asilo: Breve cuadro jurídico al servicio de una investigación sociológica”, in N. MORALES e H. ROMERO (Eds), *Asilo y refugio en tiempos de guerra contra la inmigración*, Madrid: Libros de La Catarata, pp. 50-56.

PITTAWAY, E. e PITTAWAY, E. (2017), “‘Refugee woman’: A dangerous label”, *Australian Journal of Human Rights*, 10(1), 119-135. <https://doi.org/10.1080/1323238X.2004.11910773>

READ, J. G. e BARTKOWSKI, J. P. (2000), “To Veil or Not to Veil?: A Case Study of Identity Negotiation among Muslim Women in Austin, Texas”, *Gender & Society*, 14(3), 395-417. <https://doi.org/10.1177/089124300014003003>

RIBEIRO, M. (2017). *Políticas de acolhimento de refugiados recolocados em Portugal*, Lisboa: ISCTE-IUL (Dissertação de mestrado). Disponível em https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/14993/4/dissertacao_2017.pdf

ROBBERS, G., LAZDANE, G., e SETHI, D. (2016), “Sexual violence against refugee women on the move to and within Europe”, *Entre Nous*, 84.

SAEZ, A. M. (2008), “*Construcción de la Identidad de las Mujeres Africanas en la Región del Borgou (República De Benin)*”, in L. SUÁREZ, E. MARTIN, e R. HERNÁNDEZ (Coord.), *Feminismos en la Antropología: Nuevas Propuestas Críticas*, Ankulegi, pp. 241-258.

SANTINHO, C. (2012), “A importância da competência cultural no atendimento de saúde a refugiados e requerentes de asilo”, *Forum Sociológico. Série II*, 22, 73-81. <https://doi.org/10.4000/sociologico.594>

SANTOS, B. S. (1995), “Sociedade-Providência ou Autoritarismo Social?”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 42. Disponível em http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Sociedade_Providencia_ou_Autoritarismo_Social_RCCS42.PDF

SEF (2014), *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2013*. Disponível em https://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2013.pdf

SEF (2019), *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2018*. Disponível em <https://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa2018.pdf>

SEF (2020), *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2019*. Disponível em <https://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa2019.pdf>

VALENTINE, G., SPORTON, D., e NIELSEN, K. B. (2009), “Identities and Belonging: A Study of Somali Refugee and Asylum Seekers Living in the UK and Denmark”, *Environment and Planning D: Society and Space*, 27(2), 234-250. <https://doi.org/10.1068/d3407>

VIEIRA, A. (2018), *Refúgio e género: Uma aproximação a realidade da mulher em situação de refúgio em Portugal*, Lisboa: ISCTE-IUL (Dissertação de mestrado). Disponível em https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/17360/1/master_adriane_ribas_vieira.pdf

WEST, C. e ZIMMERMAN, D. H. (1987). “Doing Gender”, *Gender and Society*, 1(2), 125-151.

WILLIAMS L. S. (2002) “Trying on Gender, Gender Regimes, and the Process of Becoming Women”, *Gender & Society*, 16(1), 29-52. doi:10.1177/0891243202016001003

YOUNG, M. e CHAN, J. (2015), “The Psychological Experience of Refugees: A Gender and Cultural Analysis”, in S. SAFDAR e N. KOSAKOWSKA-BEREZECKA (Eds.), *Psychology of Gender Through the Lens of Culture: Theories and Applications*, Cam: Springer, pp. 17-36. https://doi.org/10.1007/978-3-319-14005-6_2

ANEXOS

ANEXO I. GUIÃO DE ENTREVISTA COM MULHERES REFUGIADAS

Trajatórias de Refúgio de mulheres em Portugal

Nome fictício:	Idade:
Cidade de nascimento:	Estado Civil:
Cidade onde morava antes de sair:	Filhos:
Línguas faladas:	
Nível de Educação:	Trabalhava: Sim / Não?
Ocupação na origem:	
Ocupação no destino:	
Profissão do pai:	Profissão da mãe:
Profissão marido origem:	
Profissão marido destino:	
Nível de educação filhos:	
Percurso migratório:	
Data de saída:	Data de chegada:
Tempo que durou o percurso:	
Com quem realizou o percurso:	
Programa/tipo de refúgio (reinstalada, espontânea, recolocada):	
Estatuto (refugiada, proteção subsidiária):	
Religião:	Praticante:
Família em outros países?	
Onde?	
Notas	

Gostaria que me contasse um pouco sobre seu país de origem...

- Com quem morava?
- Qual era sua rotina durante a semana e no final de semana?
- Onde e com quem passava a maior parte do seu tempo?

Falando agora sobre a sua trajetória até Portugal...

- Como foi a decisão de saída do seu país?
- Foi uma decisão de quem?
- Como foi o percurso até chegar em Portugal?
- Como era seu dia a dia no campo de refugiados/nestes países?

- Como se sentiu, fazendo o percurso sozinha/com os filhos?
- Sente que por ser mulher e mãe, este trajeto foi diferente, do que para os homens?
- Houve momentos que se sentiu em perigo ou com medo?
- Como foi a escolha por Portugal?

Depois de passar por estes países, vocês chegaram até Portugal...

Como foi quando chegou a Portugal?

- Qual organização lhe recebeu? Como foi o acolhimento?
- Recebe/recebeu algum apoio? Alguma instituição ajudou ou tem ajudado?
- Houve apoio suficiente/específico para mulheres?
- Teve todas as informações que precisava?
- Quais os maiores desafios na chegada em Lisboa?
- Você lembra quais foram seus pensamentos e sentimentos quando chegou em Lisboa?

Como é seu dia a dia/rotina agora em Portugal?

- Com quem mora?
- Onde passa seu tempo em Lisboa? Onde gostaria de passar seu tempo?
- Fez amigos em Portugal? Nos lugares onde frequenta conheceu pessoas novas, no trabalho, aulas, organizações? São de onde? No seu bairro, conhece seus vizinhos, conversa com eles?
- Quando precisa de alguma ajuda, com quem fala? E que tipo de ajuda costuma precisar?
- Acha que existe discriminação em Portugal? Porque tipos de motivos? Raciais? Religiosos? Já viu outras pessoas a serem discriminadas? Já experimentou discriminação, você ou sua família?

Sobre o acesso aos serviços e o sistema português...

- Como foi sua experiência para fazer a documentação em Portugal? Quem a ajudou?
- Foi bem tratada pelos serviços? Respeitaram os prazos legais para dar resposta ao seu processo? Já usou o Serviço Nacional de Saúde? Foi fácil fazer a inscrição? Tem acesso ao centro de saúde? Tem médico de família? Já foi ao hospital? Você ou a sua família precisam de serviços de saúde especializados? Tem acesso a esses serviços? Como comunica com o médico? No atendimento, é indiferente ser atendida por uma médica ou médico? Se solicitou médica, foi concedido este pedido? Tem tradutor/a? Quem fornece o serviço de tradução?
- Após o fim do programa de acolhimento no qual a entidade pagava a renda, como foi encontrar casa para morar? Já conseguiu encontrar? Como foi o processo? Quem ajudou? Recebe apoio financeiro para pagar a renda? Mudou para outra zona? Se mudou para outra zona, sentiu que foi necessário recomeçar tudo novamente? O que significou isso na sua integração?
- Foi fácil encontrar escola para os seus filhos? A escola os recebeu? Precisaram mudar de escola após o processo de acolhimento? Como foi a mudança? Consegue comunicar com os professores dos seus filhos? E eles, aprenderam português? A escola oferece apoios especiais?
- No caso de ter estudado no país de origem, a sua formação foi reconhecida em Portugal? Quem ajudou no processo de reconhecimento? Sente que a sua experiência e qualificação é reconhecida?

- Recebeu aulas de português? Quem ofereceu as aulas? Foram suficientes? Os cursos prometidos na sua chegada, foram oferecidos? Conseguiu aprender português?
- Como você vê/percebe o trabalho? Trabalha? (O que te motivou a trabalhar? Como foi a procura por trabalho, alguém ajudou ou escolheu por você?) Recebeu formação para trabalhar? Que tipo de formação? Ficou satisfeita com a formação? Gosta de trabalhar? Qual seu horário de trabalho? O que recebe é suficiente para pagar a renda e as despesas?

Como é a organização da sua família?

- Sentiu diferença na organização da sua família desde que saiu do seu país?
- A relação com seu marido mudou? E com os filhos? Quais têm sido as maiores mudanças?

Quais são seus costumes culturais e familiares, no seu dia a dia? Quais costumes tem mudado?

Quais são esses costumes?

- A prática da sua religião aqui é diferente que no seu país de origem? Como? Porquê?
- Vê diferenças com relação ao papel da mulher no país de origem e em PT? Para você, qual é o papel da mulher?

De que tem saudades?

- O que faz para lembrar de casa?
- Vê muita diferença na sua vida no país de origem em relação a Portugal?

Como é a sua experiência de viver em Portugal?

- Quais eram seus sonhos quando saiu do seu país e agora? O que gostaria que fosse diferente?
- Quais são seus sentimentos e pensamentos morando em Portugal durante este tempo?
- Acha que em Portugal você pode dizer o que pensa e o que sente? Se pode expressar livremente? As instituições querem saber qual é a sua opinião?

Quais foram as maiores dificuldades que enfrentou? (educação? Saúde? Trabalho?) Desde a chegada a Portugal, até agora, o que faria diferente?

- O que acha que as organizações poderiam fazer diferente para facilitar a integração em Portugal?
- Que tipo de ação ou programa que poderia ajudar ou facilitar a mulher refugiada?
- O que gostaria de dizer aos portugueses?

Para finalizar, gostaria que me contasse sobre as mudanças que viveu e o que pensa sobre o futuro...

- O que sente que mudou em você desde que saiu do seu país? Existem coisas que não fazia no país de origem e passou a fazer agora? Novas responsabilidades? Quais?
- Quais são suas preocupações hoje?
- Quais os desejos para o futuro?
- Pensa em ficar em Portugal? Do que depende esta decisão? (Pensa em voltar ao país de origem?)

ANEXO II. GUIÃO GRUPO DE DISCUSSÃO COM ENTIDADES

Grupo de discussão entidades

22 de julho de 2019

1. Apresentação de cada participante (10 min)
 - a) Cada participante deverá dizer seu nome, entidade a qual pertence e “No trabalho com refugiados eu aprendi...”
2. Apresentação das instituições (20 min)
 - a) Um representante de cada organização deverá apresentar sua instituição e o trabalho/ações/ programas desenvolvidos com refugiados.
3. Quebra-gelo – Tampar a caneta (20 min)
 - a) Com o grupo em roda, passar um fio entre cada participante (que deverá segurar o mesmo), amarrando as pontas, formando um grande círculo. Passar dois fios no centro do círculo, formando um X no meio e amarrar no fio principal. No X formado, pendurar a tampa de uma caneta. No chão será colocada uma caneta em pé.
 - b) O grupo tem a tarefa de em pé, e mexendo apenas o fio do círculo tampar a caneta. Em um primeiro momento, todos estarão de olhos abertos para cumprir a atividade. Em seguida, deverão escolher dois líderes, e o restante do grupo deverá estar de olho fechado. Os líderes irão guiar o grupo a fim de tamparem juntos a caneta. Por fim, deverão escolher dois líderes, e o restante do grupo deverá estar de olho fechado. Os líderes irão guiar o grupo a fim de tamparem juntos a caneta, porém sem usar português, desenvolvendo sons apenas.
 - i) Atividade tem por objetivo promover a interação do grupo, comunicação, superação de dificuldades, definir objetivos comuns e os desafios presentes.
 - c) Perguntas chave:
 - i) Como foi realizar esta tarefa?
 - ii) O que foi fácil e o que foi difícil?
 - iii) O que torna a atividade difícil?
 - iv) De que forma a realização da atividade foi possível?
 - v) O que esta atividade pode estar relacionada com o trabalho com refugiados?
4. Barreiras e Desafios – Género (30 min)
 - a) Quais as barreiras e os desafios enfrentados no trabalho com refugiados? E os desafios enfrentados em uma perspectiva de género?
 - b) Cada participante deverá escrever em post-its os desafios e em seguida abrir para o debate.
 - c) Após o debate colar os post-its no cartaz.
5. Coffee- Break (10 min)

6. Potencialidades/Oportunidades (30 min)

- a) De que forma pode ser possível vencer as barreiras e desafios apontados? E em uma perspectiva de género?
- b) Cada participante deverá escrever em post-its as oportunidades e possibilidades e em seguida abrir para o debate.
- c) Após o debate colar 3os post-its no cartaz.

7. Encerramento (20 min)

- a) Conclusão da discussão
 - i) Na atividade realizada anteriormente, tampar a caneta era o objetivo, em nosso quotidiano, quais seriam os objetivos no trabalho com refugiados?
 - ii) Se definirmos um objetivo comum, qual seria?
 - iii) Convidar os participantes a ficarem em pé novamente, retomando a atividade de quebrar-gelo. Colar os objetivos escritos nos post-its ao lado da caneta que está no chão.
 - iv) Realizar a atividade novamente (todos de olhos abertos).
 - v) “Em um trabalho conjunto, é possível trabalhar com os desafios, utilizar as oportunidades e alcançar estes objetivos juntos”.
- b) Feedback dos participantes

ANEXO III. FICHA DE INSCRIÇÃO PARA GRUPO DE DISCUSSÃO COM INVESTIGADORES

Grupo de Discussão Investigadores

03 de setembro de 2019

Nome:	
E-mail:	Contacto:
Formação:	
Instituição a que pertence:	
Áreas de investigação:	
Projetos/experiências de investigação na temática do refúgio em Portugal:	

ANEXO IV. GUIÃO GRUPO DE DISCUSSÃO COM INVESTIGADORES

Grupo de discussão Investigadores

03 de setembro de 2019

Objetivos do projeto relacionados ao grupo de discussão: Aprofundar e analisar os processos de refúgio e integração desde uma perspetiva de género; Analisar o desenvolvimento dos diferentes programas de acolhimento e integração de refugiados em Portugal focando tanto nos atores estatais como nas entidades da sociedade civil, desde uma perspetiva de género; Identificar cursos de ação futura que permitam melhorar as capacidades de ação coletiva e intervenção das próprias mulheres, visando melhorar a sua inserção social, económica, cultural e política em Portugal, via estratégias de empoderamento; Construir alianças comunitárias com académicos de modo a dar sustentabilidade ao projeto e gerar um grupo de advocacia em prol das populações refugiadas em Portugal.

1. Boas-vindas, apresentação do projeto e objetivo do Grupo de Discussão (5 min)
2. Cada participante deverá dizer seu nome, projeto de investigação e em uma frase “No trabalho de campo com refugiados aprendi...” (20 min)
3. Quais foram os desafios e dificuldades vivenciados no trabalho de campo com refugiados/as? Quais estratégias utilizadas para resolver? (30 min)
4. Dada a diversidade de experiências e âmbitos de investigação, quais as dificuldades no acolhimento e integração de refugiados em Portugal? (30 min)
5. O objetivo deste Grupo de Discussão era debater/falar sobre as experiências no campo e os resultados nos diversos âmbitos. Nossa metodologia é participativa e usa a construção de alianças comunitárias, daí o que como académicos engajados podemos fazer para criar/reforçar estas alianças? Qual o nosso papel? (30 min)
6. Encerramento (10 min)
 - a) Conclusão da discussão
 - b) Feedback dos participantes

ANEXO V. PROGRAMAÇÃO FÓRUM COMUNITÁRIO: MULHERES REFUGIADAS EM PORTUGAL (GUIÃO)

Fórum Comunitário: Mulheres refugiadas em Portugal

Datas: 12/02/21

Horário: 14h-17h

Local: Online – Zoom

PROGRAMAÇÃO

14:00 - Abertura (5 min)

14:05 - Apresentação de resultados do projeto (15 min)

14:20 - Debate e partilha de conhecimento sobre mulheres refugiadas em Portugal (15 min)

14:35 - Relatos de experiências das organizações que trabalham em campo (1h)

- ComParte;
- Associação Crescer;
- Lisbon Project;
- Plataforma de Apoio aos Refugiados;
- Associação Pão a Pão;
- Iniciativa de Empoderamento das Mulheres em situação de refúgio em Portugal do Fórum Refúgio Portugal.

15:35 - Grupo de discussão (Desafios no acolhimento e integração de mulheres/ famílias refugiadas com perspetiva de género) (45 min)

- Maternidade e mudança nos papéis de género;
- Saúde e Educação;
- Mercado de trabalho e Habitação;
- Pandemia Covid 19 e mulheres refugiadas;
- Colaboração entre entidades da sociedade civil e governamentais: Desafios e oportunidades.

16:20 - Feedback Grupos de Discussão (15 min)

16:35 - Encerramento (10 min)

ANEXO VI. INQUÉRITO ONLINE – MAPEAMENTO SOBRE O ATENDIMENTO A PESSOAS REFUGIADAS (GUIÃO)

Mapeamento sobre o atendimento a pessoas refugiadas em Portugal

O projeto “Trajetórias de Refúgio: análise de género, interseccionalidade e políticas públicas em Portugal” (PT/2018/FAMI/351) está a desenvolver um mapeamento das ações, programas e atividades desenvolvidas por entidades, organizações, associações e demais projetos voltados para pessoas refugiadas.

Em caso de ter interesse em participar desta iniciativa, preencha o formulário abaixo.

Posteriormente, as informações serão compiladas em um único documento que será enviado a instituições dedicadas a temática do refúgio e asilo com o propósito de criar bases para a formação de redes, alianças e parcerias.

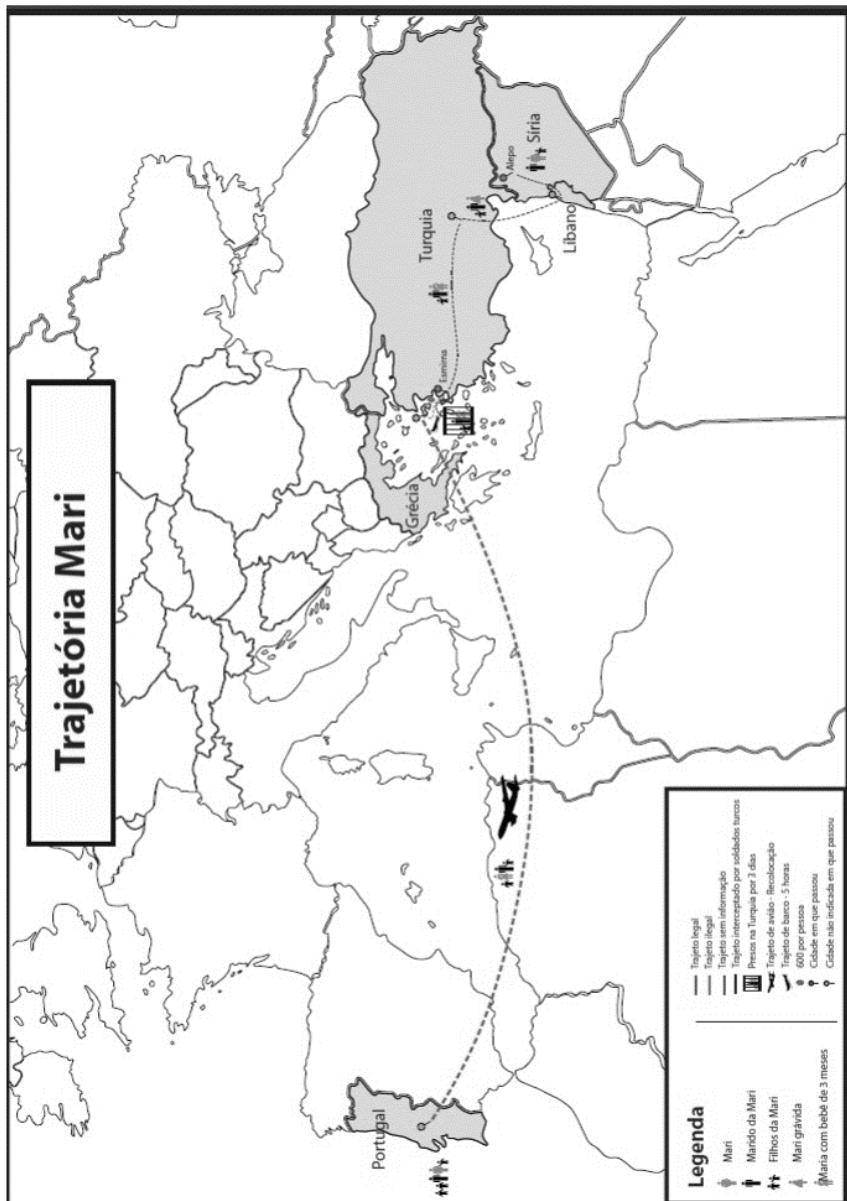
Muito obrigada.

Beatriz Padilla, Thais França, Adriane Vieira

- 1) Nome da organização
- 2) Estatuto legal da organização
- 3) Morada
- 4) Contacto telefónico
- 5) E-mail
- 6) Website/Redes Sociais
- 7) Horário de atendimento
- 8) Nome do responsável
- 9) Projetos/atividades desenvolvidos (Por favor, liste projetos/atividades desenvolvidas pela vossa organização, com seus respetivos objetivos.)
- 10) Possui atividades específicas para mulheres? () Sim () Não
10-b) Por favor, descreva as atividades desenvolvidas para as mulheres (Nome das atividades e breve descrição.)
- 11) Possui atividades específicas para crianças? () Sim () Não
11-b) Por favor, descreva as atividades desenvolvidas para as crianças (Nome das atividades e breve descrição.)
- 12) Número de refugiados/as atendidos por mês
- 13) Nacionalidades atendidas
- 14) Quais os principais desafios enfrentados no trabalho com pessoas refugiadas?
- 15) Que estratégias tem adotado a fim de vencer estes desafios?
- 16) Trabalha com organizações parceiras? () Sim () Não
16-b) Por favor, liste as organizações com as quais trabalha em parceria
- 17) Gostaria de colaborar com outras organizações? () Sim () Não
17-b) Que tipo de colaboração espera e/ou poderia oferecer?

18) Autoriza a divulgação dos dados de contacto da organização para a criação de uma base de dados de entidades/projetos que apoiam ou trabalham com pessoas refugiadas? (Obs: Os demais dados, serão anonimizados e utilizados apenas para fins de pesquisa no projeto de investigação “Trajetórias de Refúgio: análise de género, interseccionalidade e políticas públicas em Portugal” .) () Sim () Não

ANEXO VII. TRAJETÓRIA DE REFÚGIO - MARI





OBSERVATÓRIO
DAS MIGRAÇÕES

Acompanhe as atividades do Observatório das Migrações
em www.om.acm.gov.pt

Investigação com o apoio do Fundo Europeu para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI)



FUNDO
ÁSILLO, MIGRAÇÃO
E INTEGRAÇÃO



UNIÃO EUROPEIA



REPÚBLICA
PORTUGUESA



SGMAI
SECRETARIA
GERAL

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA



ACM
ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES, I.P.